

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA (ANPUH)

NITERÓI, R.J., 22 a 27 de julho de 1979

X.º SIMPÓSIO NACIONAL

ELENCO

Organizado pela Prof.a Dra. Alice Piffer Canabrava

Secretário Geral da ANPUH

PROGRAMA E REGULAMENTOS

Sessões de Estudos

- A. Tema Fundamental: O Estado e a Sociedade
(História Geral)
- B. Tema Fundamental: O Estado e a Sociedade
(História do Brasil)
- C. Pesquisas em Andamento
- D. Metodologia e Técnica do Ensino e da
Pesquisa Histórica
- E. Historiografia: Fontes Primárias e Secundárias

São Paulo - Julho de 1979

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA
(ANPUH)

X SIMPÓSIO NACIONAL - NITERÓI, RJ, 22 a 27 DE JULHO DE 1979.

P R O G R A M A

P R O G R A M A

X SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA.

NITERÓI-RJ, 22 A 27 DE JULHO DE 1979.

I - DIA 22 (DOMINGO)

- Inscrições: 14 às 17 hs. - Local: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF - Rua São Paulo, s/n - Valonguinho - Niterói-RJ
- Sessão Inaugural do Simpósio - 20:00hs.
- Local: Reitoria da UFF (Rua Miguel de Frias, nº 9 - Icaraí - Niterói).

II - DIA 23 (SEGUNDA-FEIRA)

- Mesa Redonda - 9hs às 12hs. - Local: Reitoria da UFF
Tema: Problemas Atuais da Pesquisa Histórica no Brasil, enfatizando a História Política e Social. Convidados: José Honório Rodrigues (UFF), Cecília Westphalen (UFPR), Kátia Q. Mattoso (UFBA), Antônio Gonsalves de Melo (UFPE), Maria Luiza Marcílio (USP), José Roberto do Amaral Lape (UNICAMP).
- Comunicações - 14hs.30min às 17hs. - Local: ICHF da UFF
- Sessão Especial - 14hs30min às 17hs. - Local: Auditório do ICHF da UFF (Rua São Paulo, s/n - Valonguinho - Niterói).
Tema: Metodologia do Ensino Superior e a Função Específica do Ensino de História. Convidado: Faculdade de Educação da UFF.
- Cursos - 18hs às 20hs. - Local: ICHF da UFF
- Sessão Cultural - 9:00 hs - Cine Arte - UFF

III - DIA 24 (TERÇA-FEIRA)

- Mesa Redonda - 9hs às 12hs. - Local: Reitoria da UFF.
Tema: A Categoria "Estado" e a Categoria "Sociedade" na Historiografia Brasileira. Convidados: Ciro Flamarion S. Cardoso (UFF), Carlos G. Motta (USP), Edmundo Fernandes Dias (UNICAMP), Gláucio A. Dillon Soares (BRASILIA), Maria Beatriz N. da Silva (USP), Simon Schwartzmann (IUPERJ).
- Comunicações - 14hs30min às 17hs. - Local: ICHF da UFF
- Sessão Especial - 14hs30min às 17hs. - Local: Auditório da ICHF da UFF
Tema: Metodologia do Ensino Superior e a Função Específica do Ensino de História.
- Cursos - 18hs às 20hs. - Local: ICHF da UFF.
- Conferência - 20hs30min às 21hs30min. - Local: Auditório do ICHF da UFF. Tema: Movimentos Messiânicos.

IV - DIA 25 (QUARTA-FEIRA)

- Mesa Redonda - 9hs às 12hs. - Local: Reitoria da UFF
Tema: As Instituições de Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro. Convidados: Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), Fundação Casa de Rui Barbosa, Faculdade Cândido Mendes (IUPERJ), Arquivo Nacional, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vassouras, Departamento de História da PUC, Instituto Histórico Niteroiense.
- Assembléia Geral da ANPUH - 14hs30min às 17hs. - Local: Reitoria da UFF
- Cursos - 18hs às 20hs. - Local: ICHF da UFF.
- Sessão Cultural - 21:00hs - F.A.C.

V - DIA 26 (QUINTA-FEIRA)

- Mesa Redonda - 9hs às 12hs - Local: Reitoria da UFF
Tema: As Instituições de Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (continuação). Convidados: Horto Florestal (Ministério da Agricultura), Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais (IBMEC), Curso de Mestrado em História (UFF), Curso de Antropologia Social (Museu Nacional), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco (Rezende-RJ), Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Museu Imperial de Petrópolis.
- Comunicações - 14hs30min às 17hs. - Local: ICHF da UFF
- Conferência - 20hs30min às 21hs30min. - Local: Auditório do ICHF da UFF
Tema: A Formação do Estado Nacional no Brasil.

VI - DIA 27 (SEXTA-FEIRA)

- Mesa Redonda - 9hs às 12hs. - Local: Reitoria da UFF
Tema: Os problemas do Profissional de História - O Professor e o Pesquisador. Convidados: Ulysses F.Guariba (USP), Aldyl de Carvalho Preis (UFF), Eduardo d'O França (USP), Helga Piccolo (UFRGS), Paulo Sérgio (UFGO), Dêa Fenelon (USP), Altiya P.Balhana (UFPR).
- Mesa Redonda - 14hs30min às 16hs30min. - Local: Reitoria da UFF
Tema: A Participação da ANPUH nas Sociedades Congêneres do País. Convidados: Alice P.Canabrava (USP), Fernando A.Novais (USP), José Ribeiro (ASSIS), Francisco J.C.Falcon (UFF), Pedro Ribeiro (UERJ).
- Sessão de Encerramento - 18hs30min.- Local: Reitoria da UFF - Com palestra do Prof.José Honório Rodrigues.

CURSOS - DE 23 A 26 DE JULHO

1. Estado e Sociedade em Roma. Convidado: Prof.Ulpiano Bezerra (USP);
2. Estado e Sociedade na Europa Medieval. Convidado: Profa.Vânia L.Frões (UFF);
3. Estado e Sociedade na Época Moderna. Convidado: Prof.Fernando A. Novais (USP);
4. História Regional. Convidados: a) Prof.Arthur Cezar F.Reis (UFF)-História Regional: b) Profa.Marilda Ciribeli (UFRJ)-História de Vassouras c) Profa.Eulália Lobo (PUC-RJ)-História do Estado do Rio de Janeiro: d) Departamento de História (UFF) - Representante.
5. Desenvolvimento Econômico Brasileiro (1930-1960). Convidado: Prof.Flávio Azevedo Marques de Saes (USP);
6. A Formação do Estado Nacional na América Latina. Convidado: Prof.Ciro Flamarion S.Cardoso (UFF).

REGULAMENTOS DO X SIMPÓSIO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA (ANPUH).

X SIMPÓSIO NACIONAL - NITERÓI-RJ., 22 a 27 DE JULHO DE 1979.

REGULAMENTO DO X SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA.

TÍTULO I

Das Inscrições

Artigo 1º - Poderão inscrever-se no X Simpósio da ANPUH os professores e estudantes universitários de História, os professores das matérias afins do mesmo nível e os professores de História dos estabelecimentos de ensino secundário.

§ Único - A inscrição ao X Simpósio será feita pela Secretaria Geral até 30 de junho, ou pela Comissão Executiva local, durante a realização do certame.

Artigo 2º - A inscrição dos professores de História e das matérias afins dos institutos superiores de ensino, assim como a dos professores de História do ensino secundário, está subordinada ao pagamento da taxa de participação, de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros).

§ primeiro - Aos estudantes, a taxa de participação é de Cr\$200,00 (duzentos cruzeiros)

§ segundo - A secretaria local do X Simpósio providenciará distintivos diferentes para cada categoria de participante.

Artigo 3º - A Diretoria da ANPUH conferirá aos participantes regularmente inscritos no X Simpósio, o certificado de comparecimento ao certame.

TÍTULO II

Das Comunicações

Artigo 4º - A apresentação de comunicações ao X Simpósio é reservada aos professores de História dos institutos de ensino superior, participantes do certame.

§ primeiro - As comunicações deverão ter por objeto, exclusivamente, os assuntos indicados no temário aprovado pelo IX Simpósio da ANPUH, realizado em Florianópolis, em julho de 1977, e dado a conhecer nas circulares distribuídas pela mesma entidade.

§ segundo - As comunicações deverão ser originais, não sendo aceitos trabalhos já publicados.

Artigo 5º - As comunicações, sob a forma de resumos, são recebidas pela Secretaria Geral, e delas transmitirá a relação, em tempo hábil, à Comissão Executiva do X Simpósio, para a programação dos trabalhos das Sessões de Estudos.

§ primeiro - Os resumos das comunicações deverão ser encaminhados à Secretaria Geral da ANPUH até 30 de maio do corrente ano, em uma página datilografada, para serem mimeografados pela Diretoria da entidade e constarem do Elenco a ser distribuído a cada participante.

§ segundo - O texto completo das comunicações — 25 páginas no máximo — fora as ilustrações, datilografadas em espaço duplo, deverá ser encaminhado em três vias, à Diretoria da entidade, para publicação posterior nos ANAIS.

§ terceiro - As comunicações serão objeto de exposição oral pelos autores em Sessão de Estudos.

§ quarto - A Diretoria da ANPUH reserva-se o direito de condicionar o rigoroso cumprimento do estatuído nos §§ primeiro e segundo para a publicação nos ANAIS e, bem assim, se necessário, de selecionar os trabalhos a serem impressos nos ANAIS.

Artigo 6º - As comunicações inscritas na Secretaria Geral, cujos autores não estiverem presentes ao X Simpósio, não serão programadas para debate nas Sessões de Estudos, nem impressas nos ANAIS do mesmo certame, permanecendo à disposição dos autores.

TÍTULO III

Das Sessões de Estudos

Artigo 7º - As Sessões de Estudos são as reuniões dedicadas exclusivamente à apresentação e debate das comunicações ao X Simpósio, programadas pela Comissão Executiva.

§ único - A condução das Sessões de Estudos será atribuída aos Diretores dos Núcleos regionais da ANPUH e, facultativamente, aos Professores de História dos institutos superiores de ensino.

Artigo 8º - As comunicações deverão ser apresentadas pelo Autor, de forma sintética, em exposição oral, na Sessão de Estudos, em dia e hora que lhes for programada.

§ primeiro - Cada autor de comunicação disporá, na Sessão de Estudos, de 15 (quinze) minutos, no máximo, para apresentar uma exposição oral da mesma, a qual deverá salientar os pontos fundamentais.

§ segundo - Os comentários atinentes às comunicações serão feitos imediatamente após a palavra do autor, mediante inscrição escrita encaminhada à presidência da Sessão, com o nome do interpelante.

§ terceiro - Cada intervenção terá a duração ideal de 3 (três) minutos. Findas as intervenções, o autor da comunicação disporá, se assim o desejar, de 15 (quinze) minutos para responder, de modo geral e sucinto, às críticas formuladas, com o direito de encaminhar à Secretaria do X Simpósio justificativa por escrito para constar dos ANAIS.

§ quarto - Após a resposta do autor da comunicação, cada interpelante poderá usar da palavra por 3 (três) minutos. Finalmente, o autor das comunicações disporá de 10 (dez) minutos, se quiser usar da palavra.

§ quinto - Sempre que julgar necessário, o Presidente da Sessão poderá suspender o debate.

TÍTULO IV

Dos Cursos

Artigo 10 - A ANPUH promoverá durante o X Simpósio, a realização de seis cursos, ministrados por professores universitários, e abertos a todos os participantes.

§ primeiro - Somente poderão inscrever-se nos cursos todos os participantes inscritos regularmente no X Simpósio.

§ segundo - A inscrição em cada curso, está sujeita à taxa de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros).

§ terceiro - Os participantes do X Simpósio, inscritos nos cursos farão jús aos respectivos certificados de frequência aos mesmos, conferidos pela Diretoria da ANPUH.

TÍTULO V

Das Reuniões

Artigo 11 - São consideradas reuniões do X Simpósio a Assembléia Geral e as reuniões constantes do programa elaborado pela Comissão Executiva.

§ primeiro - As Assembléias Gerais têm como objeto a discussão, em plenário, dos assuntos pertinentes à Associação Nacional dos Professores Universitários de História.

§ segundo - Poderão fazer uso da palavra, nas Assembléias Gerais, todos os participantes inscritos regularmente, reservado o direito de voto exclusivamente aos professores universitários de História.

TÍTULO VI

Das Moções e Propostas

Artigo 12 - As moções e propostas relativas aos interesses e objetivos próprios da ANPUH deverão ser apresentadas por escrito à Secretaria local do X Simpósio nos dias destinados às Sessões de Estudo, a fim de serem discutidas e aprovadas durante a Assembleia Geral.

§ primeiro - Não serão recebidas novas propostas e moções durante as Assembléias Gerais.

§ segundo - As moções e propostas serão submetidas à votação pelo Presidente da Mesa e as deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos sócios da ANPUH presentes à reunião.

TÍTULO VII

Das Eleições

Artigo 13 - A Secretaria local do X Simpósio providenciará urna e registro dos votantes, destinados a receber os votos e assinaturas dos sócios para eleição da Diretoria da ANPUH, para o biênio 1979-1981.

§ primeiro - O Presidente da ANPUH comunicará, na Assembleia Geral de instalação do X Simpósio, os dias destinados ao recebimento de votos e respectivo horário, e designará previamente a Comissão encarregada de apurar o resultado final, antes da realização das Assembléias Gerais finais.

§ segundo - O direito de voto é reservado aos professores de História dos institutos de ensino superior, regularmente inscritos no X Simpósio.

§ terceiro - O resultado das eleições será proclamado na última Assembleia Geral do X Simpósio.

TÍTULO VIII

Das Publicações

Artigo 14 - Cabe somente à Comissão Executiva do X Simpósio e à Diretoria Geral da ANPUH o direito de editar, resumir e enviar ao público e às autoridades competentes, as comunicações, exposições, debates, moções e propostas relativos ao trabalho científico desenvolvido pelo X Simpósio.

§ único - As moções e propostas relativas à ANPUH serão encaminhadas e publicadas pela Diretoria da mesma.

TÍTULO IX

Das Disposições Gerais

Artigo 15 - Caberá à Comissão Executiva do X Simpósio, ouvida a Comissão Organizadora do certame e a Diretoria da ANPUH, resolver os casos omissos no presente Regulamento.

REGULAMENTO DAS MESAS-REDONDAS

- 1 - O Presidente da Mesa-Redonda, após verificar a presença de todos os convidados cujo comparecimento lhe tenha sido confirmado pela Comissão Organizadora, dará início aos trabalhos chamando os participantes a tomarem seus lugares à mesa. (Recomenda-se que haja uma combinação prévia com os participantes a respeito da ordem de suas intervenções).
- 2 - Caberá ao Presidente fazer uma apresentação geral do tema e sua relevância para o Simpósio.
- 3 - Ao dar a palavra ao 1º debatedor, o Presidente deverá apresentá-lo ao público (nome, instituição, local, especialidade, atividades) e o mesmo deverá ser feito conforme forem sendo apresentados os demais debatedores.
- 4 - Cada debatedor terá o tempo de 20 minutos para fazer a exposição do seu tema, não devendo em nenhuma hipótese ultrapassar a duração de 30 minutos, cabendo ao Presidente da Mesa fazer observar esses limites.
- 5 - Recomenda-se que cada debatedor traga escrita a sua comunicação, ou o resumo a fim de facilitar a publicação dos trabalhos da mesa, independentemente da sua gravação ou não.
- 6 - Terminadas as exposições, o Presidente dará um intervalo de 10 minutos para que sejam recolhidas as perguntas da assistência a respeito de pontos específicos das exposições.
 - 6.1 - Tais perguntas deverão ser feitas por escrito e assinadas, podendo ser dirigidas, nominalmente, a um dos debatedores, ou à mesa como um todo.
 - 6.2 - A fim de ordenar e agilizar os trabalhos, a Presidência poderá reunir as perguntas em grupos, segundo os assuntos ou segundo os seus destinatários.
 - 6.3 - As respostas dos debatedores serão dadas a esses conjuntos de perguntas (conjuntos por temas ou expositores).
- 7 - Ficará a critério do Presidente a maior ou menor duração dessa 2ª parte (debates), devendo fazer o possível para que não se ultrapasse o prazo das 13 horas, ficando entendido que se houver falta de tempo, tanto as perguntas escritas, mas não lidas, quanto as respectivas respostas serão inoluídas na publicação dos trabalhos das Mesas Redondas. Nesse caso o Presidente deverá fazer comunicação em tal sentido aos presentes, antes de declarar encerrados os trabalhos.

C U R S O S .

PROGRAMA PARA O CURSO "ESTADO E SOCIEDADE NA GRÉCIA ANTIGA" (SUJEITO A ALTERAÇÕES).

ULPIANO T. BEZERRA DE MENESES

1. Apresentação. O problema. As fontes. A bibliografia.
2. Da sociedade homérica aos grandes legisladores: a institucionalização da Grécia.
3. A cidade-estado clássica: igualdade política e desigualdade social.
4. As monarquias helenísticas e o "cidadão do mundo".
5. Balanço.

Textos que deverão ser comentados: Homero, Solon, Tucídides, Pseudo-Xenofonte, Platão, Aristóteles, Aristófanes, Plutarco.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BARKER, Ernest - *Teoria Política Grega*. trad.bras., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1978.
- VERNANT, Jean-Pierre - *As origens do pensamento grego*. Trad. bras., 2a.ed., Rio de Janeiro, Difel, 1977.
- LÉVEQUE, Pierre - *A Aventura Grega* - Trad.port., Lisboa, Cosmos, 1967.
- SHOTWELL, James T. - "As cidades-estados da Grécia", in *A Interpretação da História e Outros Ensaios*. Trad.bras., Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- AUSTIN, Michel e Pierre Vidal-Naquet - *Economies et Sociétés en Grèce Ancienne*, Paris, A.Colin, 1972.
- FINLEY, M.I. - *The ancient Greeks, an Introduction to their life and thought*. Londres, Chatto and Windus, 1964 (trad.francesa *Les Anciens grecs: une introduction à leur vie et à leur pensée*, Paris, Maspéro, 1977).

1. O problema da natureza do Estado Absolutista.
2. Linhas de interpretação na historiografia: discussão crítica.
3. Poder real e forças sociais.
4. Tensões sociais, conflitos políticos, processo de mudança.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS:

1. MOUSNIER, Roland - *Os séculos XVI e XVII* (tomo IV da História Geral das Civilizações, dir. por M.Crouzet), trad.port., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1957.
2. LAPEYRE, H. - *Les monarchies europeennes du XVI siècle*. Paris, 1967.
3. SOBOUL, A., MOUSNIER, R. e LABROUSSE, E. - *L'Histoire Sociale, sources et méthodes*, Paris, 1967.
4. ANDERSON, Perry - *Lineages of the absolutist State*, Londres, 1974.
5. WALLEERSTEIN, I. - *The modern world system*, N.York, 1974.
6. POULANTZAS, N. - *Poder político y clases sociales en el estado capitalista*. Trad.esp. México, 1971 (há tradução portuguesa).
7. HOBBSBAWM, E. - "The general crisis of the European economy in the 17th century", *Past and Present*, 1954 (há trad.esp.).

1. A Crise de 1929, a Depressão dos Anos Trinta e o crescimento da indústria no Brasil.
2. O processo de substituição de importações.
3. O Estado e o desenvolvimento econômico.
 - a) Política Econômica durante o Estado Novo;
 - b) O Planejamento no pós-guerra e na década de 1950.
4. A crise do crescimento no início dos anos sessenta.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA:

- CASTRO, Antonio B. de - *Sete Ensaios Sobre a Economia Brasileira*. Forense, Rio de Janeiro (1º vol.-1969; 2º vol.-1971).
- COHN, Gabriel - "Problemas da industrialização no século XX", in MOTA, C.G. (Org.) - *Brasil em Perspectiva*, 2a.ed., Difusão Européia do Livro, S.Paulo, 1969.
- FURTADO, Celso - *Análise do "Modelo" Brasileiro*. 2a.ed., Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1972.
- FURTADO, Celso - *Formação Econômica do Brasil*, 8a.ed., Editora Nacional, S.Paulo, 1968.
- FURTADO, Celso - *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, 3a.ed., Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.
- GUDIN, E. e SIMONSEN, R.C. - *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1977.
- LAFER, Betty M. - *O Planejamento no Brasil*. Perspectiva, S.Paulo, 1970.
- LESSA, Carlos - *Quinze Anos de Política Econômica* - Unicamp, Campinas, Brasiliense, S.Paulo, 1975.
- MALAN, Pedro (e outros) - *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52)*. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1977.

- SALAMA, Pierre - "Au-dela d'un faux débat" in *Revue Tiers Monde*, T.XVII, nº 68, oct-déc., 1976, p.931/59.
- SOLA, Lourdes - "O Golpe de 1937 e o Estado Novo" in MOTA, C.G. (org.) - *Brasil em Perspectiva*. 2a.ed., Difusão Européia do Livro, 1969.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de - *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. Alfa-Omega, S.Paulo, 1976.
- TAVARES, Maria da Conceição - *Da Substituição de importações ao Capitalismo Financeiro*. Zahar, Rio de Janeiro, 1972.
- VILLELA, A.V. e SUZIGAN, W. - *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira (1889-1945)*. IPEA/INPES, Rio de Janeiro 1973.

Trata-se necessariamente de um curso muito sumário, organizado em função da hipótese de que a problemática da formação do Estado nacional na América Latina tem como cerne a estruturação de um bloco no poder viável, capaz de tornar-se hegemônico em relação à sociedade global, o que por sua vez dependeu da evolução econômico-social global, vista nos seus aspectos internos e externos.

A partir desta hipótese geral, serão desenvolvidos os tópicos seguintes:

- 23 de julho - Introdução. Colocação da hipótese em torno à qual se organizará o curso. Discussão de formas alternativas de análise.
- 24 de julho - A primeira metade do século XIX: crise de hegemonia; um Estado que não nasce. Exceções.
- 25 de julho - 1850-1870/80: as possibilidades de vinculação neo-colonial e os diversos caminhos de consolidação do bloco no poder.
- 26 de julho - De fins do século XIX a princípios do século XX: o Estado nacional no auge das economias exportadoras.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA (será ampliada durante o curso)

1. CARMAGNANI; Marcello - *Formación y crisis de un sistema feudal. América Latina del siglo XVI a nuestros días*. México, Siglo XXI, 1976, Cap.49 e 59.
2. HALPERÍN DONGHI, Tulio - *História da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
3. HALPERÍN DONGHI, Tulio - *Hispanoamérica después de la Independencia*, Buenos Aires, Paidós, 1972.
4. SUNKEL, Osvaldo e Pedro Paz - *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México, Siglo XXI, 1970 (existe uma edição brasileira em vários volumes).

Obs.: Será possível fazer cópias xerox do material não encontrado no mercado.

PROGRAMA PARA O CURSO "ESTADO E SOCIEDADE NA EUROPA MEDIEVAL".

VÂNIA L. FRÖES
da Universida-
de Federal Flu-
minense.

PROGRAMA PARA O CURSO "HISTÓRIA REGIONAL".

- a) Arthur Cezar F. Reis (UFF) - História Regional;*
- b) Marilda Ciribeli (UFRJ) - História de Vassouras;*
- c) Eulália Lobo (PUC-RJ) - História do Estado do Rio de Janeiro;*
- d) Departamento de História (UFF) - Representante.*

A.

TEMA FUNDAMENTAL: O ESTADO E A SOCIEDADE.
(História Geral)

JOÃO LUPI
Novo Hamburgo

O presente estudo utiliza o método da Educação comparada aplicado às Antigas Civilizações, procurando chegar a uma História da Educação por temas, interpretativa, e não meramente descritiva. Como ponto de partida analisa-se apenas um aspecto, considerado suficientemente amplo, e de conhecimento seguro através das fontes históricas. De fato, o Estado, desde que existiu, procurou sempre levar a educação para as suas finalidades. Desde o Estado-guerreiro, em que a nobreza tinha uma educação militarizada, modelada em arquétipos históricos até o Estado-burocrático, cujas escolas formavam escribas destinados aos níveis médios do funcionalismo; em todas as antigas civilizações — Egito, Esparta, China, América-colombiana — o ensino esteve a serviço mais do interesse do Estado do que dos interesses do indivíduo. Os sistemas de ensino tiveram também, nessas civilizações, uma função de integração nacional, descaracterizando as culturas regionais em favor da cultura própria do grupo dominante no império.

O processo pelo qual o Estado se assenhoreava do ensino sistemático era, evidentemente, variável, mas revestia mais frequentemente os seguintes aspectos: subvenções e verbas de manutenção, algumas formas embrionárias de fiscalização e supervisão dos resultados do ensino, nomeação dos professores pelo Estado. Havia métodos indiretos de domínio da educação pelo Estado, como a monopolização do mercado de trabalho para as profissões aprendidas nas escolas. Verifica-se finalmente que quanto mais centralizador e forte era o Estado, maior era o seu domínio sobre a educação, o que levou na Pérsia a um tipo de educação estatal, para uso exclusivo dos interesses e finalidades da elite dominante.

O PRINCÍPIO DO RESGATE NAS INSTITUIÇÕES HEBRAICAS ANTIGAS.

MARIA CHRISTINA DE CALDAS FREIRE ROCHA
do Depto.de História da UFRJ.

A presente comunicação é parte de uma pesquisa em andamento para o CEPG, sobre o princípio do resgate na legislação portuguesa. O tema escolhido para o presente simpósio trata do princípio do resgate nas instituições hebraicas antigas, princípio que, na citada sociedade, assumiu proporções especiais, pois todo o relacionamento social, moral, religioso e econômico era nele baseado. Pode ser observado nas idéias de propriedade, escravidão e formação do sacerdócio, mas também em conceitos morais e religiosos como na formação da nacionalidade na idéia de arrependimento, e hospitalidade, de tolerância, intercessão e de pecado e levará até o Cristianismo a idéia do resgate da alma.

Este princípio, cuja presença é notada no código de Hamurabi está intimamente ligada à escravidão que se apresenta, tanto entre os hebreus como entre os Babilônios, com algumas formas de adocamento.

MARIA DA GLÓRIA ALVES PORTAL
*do Depto. de História da Uni-
versidade de São Paulo.*

A comunicação procura indicar como a fonte reflete as relações de produção e as forças produtivas típicas do modo de produção escravista e explora os grupos sociais idênticos focalizados no livro XXXIII, questionando a forma como são abordados e os conceitos que a eles se aplicam.

ALDO JANOTTI

do Depto. de História
da FFLCH da USP.

Nos inícios da República a plebe romana se viu obrigada a organizar-se em Estado dentro do Estado propriamente dito. Tal "Estado plebeu", consequência imediata de um movimento revolucionário como foi a secessão de 494 a.C., durante muito tempo se caracterizou como uma organização nitidamente subversiva: não se tratava de um Estado de direito e sim de fato; não nascera da imposição da lei e sim da imposição da força, da força plebéia. Com os seus peculiares componentes — tribunos da plebe, leis sagradas, assembléia, plebiscitos, edis, juízes decenviros — formou-se à margem da constituição republicana um Estado que outra coisa mais não configurava senão a réplica plebéia do Estado patrício. Através dele a plebe pretendeu estabelecer garantias que visavam defendê-la face à prepotência do patriciado.

Evidentemente, o patriciado não poderia aceitar remisso a permanência de uma situação que, pela primeira vez, contestava a inconteste supremacia que até então impunha sobre a organização estatal republicana. Episódios relacionados com as lendas de Coriolano ou de Quíntio bem como com a queda de Ápio Cláudio, o decênviro, devem ser vistos como exemplos do inconformismo patrício.

No entanto, o patriciado não conseguiu o aniquilamento do "Estado plebeu". Este não apenas soube resistir como também, logo a seguir, soube imprimir um aspecto ofensivo às suas reivindicações. E a estas reivindicações, quer as referentes aos direitos civis, quer as referentes aos direitos políticos, o patriciado se viu na contingência de atender. Na medida em que se dava tal atendimento, os componentes institucionais do "Estado plebeu" passavam a fazer parte das instituições do Estado romano, perdendo por consequência seu caráter como entidade de fato, para adquirir o de entidade de direito.

Nas fontes literárias, jurídicas e epigráficas surgem frequentes referências às "ordens" existentes na sociedade romana. Nenhum escritor da Antiguidade preocupou-se, contudo, em definir o que seria uma "ordo". Certos autores modernos ao tentarem tal conceituação, afirmaram que fontes diferentes de rendimento ou funções econômicas diferentes serviriam de base para a definição de uma ordem. Assim a ordem confundir-se-ia praticamente com "classe social". Dentro dessa linha de argumentação, as duas principais ordens, a senatorial e a equestre, seriam divididas por interesses sócio-econômicos divergentes: os senadores seriam identificados como a aristocracia de grandes proprietários de terras e os cavaleiros como "homens de negócios", ligados às finanças e ao comércio. Pesquisas recentes tornam difícil manter esta concepção tradicional; não é possível transpor o conceito atual de classes, próprio da sociedade industrial à Antiguidade, fazendo-o coincidir com o da "ordo" romana. Senadores e cavaleiros não constituíam na realidade, duas classes sociais em conflito; ao contrário, juntos formavam a aristocracia romana estratificada em dois níveis, com estatuto cívico diverso.

A ordem não se definia como "classe" em termos de relações sócio-econômicas, mas apenas como um grupo em termos de relações cívicas; indicava primordialmente a condição cívica do cidadão. Implicava numa seleção artificial, feita pelo Estado e que só tinha sentido em relação a ele. Cada uma dessas "divisões definidas pelo Estado" manifestava-se como um conjunto estável de cidadãos que ocupavam uma posição específica na vida pública romana. Reconhecidas oficialmente (pelos censores ou outros magistrados), eram controladas através da inserção nominal de cada indivíduo que as compunham. Dotadas de um estatuto jurídico específico, ficava-lhes assegurado o exercício de determinadas funções ligadas ao Estado.

Os eventuais conflitos entre as duas mais altas ordens da República romana não são de cunho social; surgem no fim do século II quando certas funções (de juiz, de publicano) foram legalmente proibidas aos senadores e reservadas com exclusividade aos "equi-

tes". Aos senadores permaneciam destinadas as magistraturas, fonte não apenas de prestígio político e social como também de imensas vantagens financeiras; o desempenho de uma promagistratura nas províncias que estavam sendo conquistadas significava a principal possibilidade de enriquecimento para a ordem senatorial. Apesar de desempenharem diferentes funções no Estado, ambos os grupos aparecem como grandes proprietários fundiários; numa economia ainda essencialmente agrária, na qual as oportunidades de investimento não eram muitas, as fortunas terminavam inevitavelmente canalizadas para a aquisição de terras.

A cisão que ocasionalmente ocorreu entre as duas ordens foi de caráter jurídico e político, não indicando uma divisão mais profunda. Na realidade o meio equestre e o senatorial interpene-travam-se, sendo numerosos os contactos sociológicos entre os dois grupos. Por vezes os cavaleiros foram levados a apoiar os adversários "populares" da aristocracia senatorial; mas, em momentos decisivos, uniram-se aos senadores para resistir à ameaça contra a propriedade.

NACHMAN FALBEL
da Universidade
de São Paulo.

Nascido em 1115, João de Salisbury veio a ser um dos participantes mais significativos na disputa tradicional entre *regnum* e *sacerdotium* na sociedade medieval ocidental.

Secretário de dois grandes arcebispos da sede primaz de Canterbury, Teobaldo e o trágico Tomás Becket, esteve, João de Salisbury, envolvido nos acontecimentos históricos da querela que sacudiu até aos alicerces o reino da Inglaterra naquele tempo. Por isso mesmo a obra de João de Salisbury constitui uma profunda reflexão sobre tais acontecimentos e embora não possa ser considerada uma teoria acabada sobre o Estado, ela é uma contribuição importante ao pensamento político medieval.

Através de sua obra, João de Salisbury tentou fazer uma síntese da experiência política de Canterbury do século XII formulando uma doutrina que deveria ser aplicada pelos governantes. A obra mais importante sob este aspecto é o *Policraticus*, escrita durante o auge da crise com Henrique II quando foi removido de seu cargo junto ao arcebispo de Canterbury. Porém, para o estudo e o entendimento de suas concepções, necessário se faz consultar outra obra de sua autoria e da mesma época que o *Policraticus*, ou seja, o *Metalogicon*, bem como as suas epístolas.

Para João de Salisbury, a "República" é o conjunto de todos os cristãos que reconhecem a primazia da Igreja de Roma e que se identifica com o próprio *orbis latinus*, ou seja, a congregação dos fiéis em sua natureza corporativa. A "República" não é vista como um Estado ideal ou como uma construção do intelecto humano, mas é uma dádiva de Deus que deve ser mantida e regida de acordo com os preceitos divinos, sendo portanto um organismo vivo animado pela graça e equidade divina e controlado pelo governo do espírito. As leis que regem o corpo ou o organismo vivo são portanto, leis de caráter religioso ou sagrado e ainda que sejam promulgadas pelo poder secular, elas devem estar conforme a lei divina. Para o autor do *Policraticus*, tal posição se justifica pelo fato da natureza humana ser orientada pela alma, e assim como a alma guia o corpo individual, assim a função do espírito é mover o corpo político-social. O espírito, isto é, a fé cristã, é o agente que move o "corpo universal" da cristandade. O "corpo universal" imbuído da

fé é dirigido em direção a uma finalidade que vai de encontro a divina intenção da Criação.

O traço característico do corpo cristão é sua unidade que é representada no Papa ("vicarius crucifixi"). O Papa se encontra colocado em sua autoridade sobre as nações e os reinos pela vontade de Deus (a Domino constitutus super gentes et regna) e, portanto, ele é o juiz e governador de todos os cristãos (ideliu omniu ju dex est a Domino constitutus) e, portanto, de todo o corpo cristão. Esta unidade é conseguida pela incondicional obediência a Igreja Romana que é o *praesidium* de todos os fiéis. Desobediência significa cisma ou quebra de unidade e, em outras palavras, também é heresia e é exatamente a ofensa cometida por Frederico I que aspirava os poderes do papado, diz João de Salisbury. Em outro lugar o nosso pensador dirá o mesmo de Henrique II que também pretendia governar o corpo cristão sem considerar que não estava qualificado para tanto, e que era incompatível com a idéia de "Respublica" unitária. Sob outro aspecto, o papel do poder temporal é de editar leis mas também ouvirem, antes de tudo, aos sacerdotes pois é através deles que o corpo cristão é orientado e governado. Nesse caso, a lei e os fins da sociedade, ou a religião e a política são inseparáveis e, do ponto de vista teleológico, todas as leis são religiosas e sagradas: "Sacrarum namque legum omne officium religiosum et pium est" diz ele no Policraticus (IV.3). E ele entende como lei, uma regra para o bem viver social, "regula recte vivendi". As leis civis tratam daquela parte da administração da comunidade cristã que não são apropriadas para serem exercidas diretamente pelos sacerdotes, pois elas são parte da função do poder secular que é a da supressão física do mal e que em certo sentido se compara ao do "matador": "Quandam carnificis representare (Scil.princeps) videtur imaginem". Daí este poder receber a espada material e o príncipe ser um ministro do sacerdote. Na verdade se não houvesse iniquidade ou se as fraquezas humanas não forçassem a Deus instituir o poder real, os reinos em geral não existiriam: "Omnino regna non essent quae, sicut ab an iquis liquet historiis, iniquitas per se aut praesumpsit, aut extorsit a Domino".

Os sacerdotes ainda que possuam ambas espadas não usam a espada material, diretamente, mas somente através do poder secular seguindo João de Salisbury uma linha de pensamento que remonta aos primórdios da formação da teoria do poder espiritual.

Para resumirmos: a Igreja Universal é a corporificação de todos os cristãos e a "Respublica" um verdadeiro organismo vivo, um corpo que deve ser governado por uma única pessoa qualificada para tanto. Todas as partes da "Respublica" devem atuar visando todo o corpo e devem ser orientados em suas atividades pelo "finis" ou "telos" de todo o corpo ou como ele o define: "Ad publicam utilitatem omnia referantur".

FORÇAS SOCIAIS E CONVICÇÕES RELIGIOSAS NO PROCESSO POLÍTICO DAS REVOLUÇÕES INGLESAS DO SÉCULO XVII

JOSE JOBSON DE ANDRADE ARRUDA

DO Depto. de História da FFLCH
da Universidade de S. Paulo.

As Revoluções Inglesas do Século XVII se constituem no primeiro momento de contestação revolucionária da estrutura de poder vigente na época moderna. Significam, de certa forma, uma antecipação da Era das Revoluções, tradicionalmente demarcada a partir da Revolução Francesa. Nestes termos, as Revoluções Inglesas conotam uma certa precocidade, na medida em que antecipam em pelo menos um século a chamada Era das Revoluções. Num trabalho recente, a sair na Revista Civilização Brasileira, procuramos discutir o conceito de Revolução Burguesa no contexto da Era das Revoluções, comparando as Revoluções Inglesas com a Revolução Francesa, para concluir que, do ponto de vista do avanço do processo capitalista de produção, as Revoluções Inglesas merecem datar o início da Era das Revoluções.

Não está ainda perfeitamente assentada na historiografia a especificidade social das Revoluções Inglesas, havendo debates, muitas vezes áspersos debates, acerca dessa questão. Para alguns trata-se de uma revolução aristocrática. Para outros uma revolução burguesa. Há quem insista no caráter conciliatório, aristocrático -burguês, ou ainda os que vêem uma burguesia dominante e uma no-breza hegemônica. Do nosso ponto de vista é uma revolução burguesa, acima de tudo, porque moderniza o Estado e cria as condições indispensáveis à instalação do capitalismo moderno.

Todo problema reside, pois, em detectar as forças sociais em presença, trazendo à tona o problema controvertido da formação social da época moderna, no qual se enfrontam Soboul e Mousnier, no embate infindo entre a sociedade estamental (de ordens) e a sociedade de classes. Sem entrarmos no mérito da questão, sem descuidarmos da importância desse debate, pensamos, contudo, que o fulcro da questão reside noutro lugar, ou seja, o problema todo é saber porque a sociedade se encontrava assim estratificada? Qual o tipo de sociedade que molda o Estado Absolutista? Qual o tipo de sociedade que permitiu a ampliação do poder do Estado? A sociedade de ordens, na qual o controle social é mais eficiente e a mobilidade vertical depende do Rei? Ou a sociedade de classes, na qual este controle desaparece e passa a integrar a própria dinâmica social,

arrebatando ao Estado um forte instrumento de ação política? Afinal de contas, se a sociedade é considerada no seu todo como uma sociedade de ordens, ao nível do 3º Estado já se tem uma sociedade de classes em formação.

Todas estas questões remetem ao problema da definição do tipo de Estado existente na época moderna. Um Estado de transição? Um Estado em si? Qual a composição social que o sustentava? A aliança Rei-burguesia? O equilíbrio entre as camadas burguesas e nobres? Ou o conflito de classes potencialmente subjacente na sociedade, arduamente manejado pela Monarquia Absolutista em seu próprio benefício?

No caso específico da Inglaterra, as vinculações entre o Estado Absolutista e a sociedade, não podem ser claramente delineados, a menos que sejam inseridos no contexto dos conflitos religiosos, que concomitantemente mascaram e revelam a estrutura do poder.

A decomposição sócio-religiosa da sociedade inglesa às vésperas da Revolução Puritana revela: os calvinistas, predominando no seio da gentry; os puritanos na yeomanry; os independentes dentre os copyholders; os católicos na nobreza.

Na época dos Tudors existia um Estado Absolutista de fato, mas não de direito, pois o poder legalmente se concentrava no Parlamento. Os reis desta dinastia, particularmente Henrique VIII e Elizabeth I, buscaram a identificação do Estado com o anglicanismo. No conteúdo, isto é, na doutrina fundamental, o anglicanismo era protestantismo, na sua variante calvinista; na forma era catolicismo, pois preservava a hierarquia e a liturgia católicas. Como neste momento de afirmação do poder absoluto os maiores adversários da monarquia se encontravam na nobreza, o anglicanismo se inclina para o protestantismo, valorizando o conteúdo em detrimento da forma, isto é, o calvinismo em relação ao catolicismo, justificando as perseguições à nobreza recalcitrante.

Na época dos Stuarts as contradições da sociedade se agudizam. Os monarcas absolutistas já haviam desempenhado o seu papel: combateram o Papado, demesticaram a nobreza, unificaram o país, opuseram-se à hegemonia espanhola e ampliaram o raio de ação mercantil da burguesia inglesa através da pirataria. Neste momento, a gentry e a burguesia mercantil, penetrando na Câmara baixa do Parlamento dão início ao movimento de oposição, de resistência ao poder absoluto exercido pelos Stuarts, escudados nos seus direitos tradicionais fundados na Carta Magna. Exercendo o poder de direito, pretendia agora torná-lo de fato. Não restava aos Reis outra alternativa, senão a de tentar transformar o seu poder de fato num poder de direito, isto é, legitimar o seu poder. Na impossibilidade de des

truir a tradição institucional inglesa, que vinha da Idade Média, restava-lhe apenas uma saída: fazer com que o anglicanismo pendesse para o catolicismo, o que lhe permitiria desenvolver a tese do direito divino dos reis. A ênfase na forma em detrimento do conteúdo, correspondia à necessidade de perseguir os setores oponentes, identificados com o protestantismo nas suas múltiplas seitas.

A política religiosa empreendida pela realza estimulou a radicalização dos protestantes que tendem para a extremação religiosa, isto é, para o puritanismo. Nesse contexto, a luta pela hegemonia política dentro do Estado inglês assume a feição de uma contenda religiosa entre puritanos e católicos, identificando-se os revolucionários com o protestantismo e o poder constituído com o catolicismo. No fundo, tratava-se de uma luta pelo poder e a disputa religiosa mascarava a realidade mais profunda, na qual se debatia o problema crucial da modernização do Estado na Inglaterra.

VICTORIA NAMESTNIKOV EL MURR
do Depto. de Linguística e
Línguas Orientais da FFLCH
da Universidade de S. Paulo

As determinações estatais no sentido de efetuar a homogeneização dos Livros Sagrados na Rússia, em meados do século XVII, provocaram uma violenta reação por uma parte da sociedade. O Patriarca Nikon assumiu verdadeiro papel de anti-Cristo na concepção popular da época. Coube à figura de Avvakum personificar a chamada "VELHA RUSS!". Os "raskólniqui" ou "Velhos Crentes" foram perseguidos como oponentes do regime. Buscaram refúgio nas terras desabitadas do Norte da Rússia, do além Volga, do Ural e da Sibéria, onde se constituíram em guardiães de tradições orais e arquitetônicas de uma cultura eslava primitiva que se viu modificada nos demais territórios da Rússia. O "Raskol" pode ser visto como verdadeira inquisição só que entre adeptos da mesma fé. Remanescentes deste evento histórico encontram-se no Brasil havendo respeitável concentração de Velhos Crentes em Prudentópolis-PR., e um pequeno núcleo na Vila Alpina, em São Paulo.

A luta pela "Velha Fé" encobria na realidade, diferentes aspirações sócio-políticas de diversas camadas da população. Representantes das classes mais altas defendiam seus privilégios. O apoio dado pelos camponeses e pelas camadas mais baixas, em geral, representava sua reação contra o jugo da Igreja e do Estado. Em decorrência, houve vários levantes, sendo o mais significativo o de Solovetzk (1668-1676).

REALEZA E SOCIEDADE: PODER POLÍTICO E FORÇAS SOCIAIS NA MONARQUIA ABSOLUTISTA.

FERNANDO A. NOVAIS
do Depto. de História da Universidade de S. Paulo.

Na tradição da historiografia ocidental, a formação dos Estados sempre aparece, ao lado do Renascimento, das Reformas Religiosas, da expansão ultramarina, como um dos traços demarcadores da modernidade.

A forma predominante — a monarquia absolutista de direito divino — que assume o Estado nesta primeira fase, tem dado lugar a linhas divergentes de interpretação quanto à sua natureza, processo de formação, crise e, enfim, superação. Sinteticamente, três vertentes explicativas podem ser apontadas: 1) o Estado absolutista é visto como Estado da Burguesia, isto é, como expressão da hegemonia desta classe social, encarnação de seus valores e executor de seus interesses; 2) o Estado Absolutista é visto como Estado da Nobreza, vista então como camada dominante ao longo da época moderna, até as revoluções liberais, e a realeza absolutista como forma de garantia dessa dominação; 3) o Estado Absolutista é visto como Estado de transição.

A comunicação visa a discutir criticamente essas proposições, numa tentativa de fazer avançar o equacionamento do tema.

STEVEN CURTIS TOPIK
da Universidade Federal Fluminense.

Enquanto historiadores, temos estudado muito as causas e os efeitos da desigualdade entre nações e classes e prestado muito menos atenção às desigualdades regionais e urbano-rurais. Neste estudo tratar-se-á da pobreza relativa do campo nas várias regiões da Colômbia, acentuando o papel do Estado na exploração interna.

Existem duas correntes de pensamento que tratam dos problemas regionais e rurais: os difusionistas e os dependistas. Os primeiros, como Jacques Lambert, sustentam que, nestas áreas a desigualdade é resultado de um sistema pré-capitalista ou feudal. E que estas áreas não foram ainda incorporadas ao mundo capitalista, estando, portanto, numa etapa histórica anterior. A solução que eles sugerem encontra-se na adoção de um programa estatal desenvolvimentista, cabendo ao Estado nacional forçar pela primeira vez um surto capitalista nessas áreas de desenvolvimento tardio.

Por outro lado, contestando o modelo dualista, André Gunder Frank e outros estudiosos apresentaram o modelo dependista. Frank afirma que todas as áreas de um país periférico sempre fizeram parte do mundo capitalista e que todas as áreas mais atrasadas estão nesta situação por causa de sua participação numa etapa anterior do capitalismo. Ele constrói um modelo de exploração metrópole satélite a nível internacional, nacional, regional e local, todos os quais inter-relacionados numa hierarquia de exploração. Para Frank, a desigualdade regional é consequência do sistema capitalista e da política do Estado, essencialmente iguais desde a época colonial. E, embora sua abordagem tenha sido criticada, principalmente no que se refere a sua definição de capitalismo e ao seu conceito de subdesenvolvimento por autores como Leclau e Cardoso, há poucos estudos que tratam de sua visão sobre a desigualdade regional.

Neste estudo testar-se-ão os dois modelos empiricamente usando o caso da Colômbia— país com diferenças geográficas marcantes, analisando especialmente o papel do Estado. Primeiro, examinaremos os mecanismos atuais da política estatal que sustentam a desigualdade regional.

gualdade: a tarifa alfandegária, as obras públicas, os empréstimos públicos e estrangeiros. E, ainda, os mecanismos econômicos, tais como: mercado de capital, sistema comercial, rede de transporte e mão-de-obra. Pretende-se verificar que, ao contrário do resultado esperado pelos dualistas, o Estado desenvolvimentista vem aumentando as diferenças regionais, o que nos levará a concordar com o modelo dependista. Mas, mesmo confirmando em parte a análise de Frank, discordaremos dele no que se refere ao papel histórico do Estado na criação dessa desigualdade.

Tentaremos também demonstrar que o modelo de Frank é estático e portanto anti-histórico e que, além disso, ele desprezou a importância de fatores geográficos, políticos e institucionais como o papel da cidade na realização de sua análise. Consideraremos as diferenças existentes no papel que o Estado desempenha na desigualdade regional da época colonial, liberal-oligárquica e, finalmente, na etapa desenvolvimentista. Consideramos, ainda, as transformações havidas no decorrer dos séculos, no que se refere ao modo de produção, produto final e mercados. Tentaremos, deste modo, criar um modelo dialético da desigualdade.

B.

TEMA FUNDAMENTAL: O ESTADO E A SOCIEDADE.
(História do Brasil)

MARIA YEDDA LEITE LINHARES
da UFRJ e do Depto. de História
da Agricultura do CPDA/EIAP/FGV

FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA
da UFF e do CPDA/EIAP/FGV.

A *História Política do Abastecimento (1918-1974)* surgiu como segunda parte de um projeto bem mais amplo desenvolvido em 1977/78, no Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (EIAP/FGV), sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Yedda Leite Linhares e colaboração do Prof. Francisco Carlos Teixeira da Silva, cabendo o financiamento da pesquisa a SUPLAN-MA.

Procuramos destacar os seguintes aspectos da problemática do abastecimento: 1) a intervenção do Estado na economia do abastecimento enquadrava-se em conjunturas específicas gerando órgãos de vida transitória, que condensavam a oposição de variados setores da sociedade como comerciantes agrários e a burguesia industrial, sempre que o tabelamento atingia os produtos alimentícios processados; 2) falsamente dotados de autonomia, tais órgãos não tinham uma visão global da sociedade e da economia nas quais se inseriam, destinando-se, assim, a uma atuação não apenas setorial mas, também, limitada; 3) ao serem criados num momento de crise eram mais importantes no nível do discurso, de eficácia momentânea, do que propriamente na prática concreta. Assim, os órgãos gerados eram utilizados, politicamente, para demonstrar eficiência por parte de uma administração às voltas com o espantinho da impopularidade e, ao mesmo tempo, serviam como "bode expiatório" da ira popular, das insatisfações dos setores vinculados ao comércio e à produção e das oposições vociferantes. Na realidade, tais órgãos não estavam aparelhados para uma ação em profundidade capaz de apresentar soluções concretas. Daí, a sua eficiência, a curto prazo, no nível discursivo e a frustração das expectativas que despertavam.

Utilizamos para a elaboração deste trabalho jornais, revistas, relatórios ministeriais, boletins de prefeituras, os anais municipais e da Câmara dos Deputados, processos do Conselho Federal de Comércio Exterior e a documentação de órgãos como o Comissariado de Alimentação Pública, COFAP, SUNAB etc...

RODOLPHO TELAROLLI

*do Departamento de
Economia da UNESP.*

Tendo-se como certo que a evolução do poder local ocorreu com nuances variadas, de acordo com as condições específicas do desenvolvimento de cada região do país, bem como em decorrência da autonomia estadual garantida pelos princípios federativos da República, justifica-se o estudo da questão, tendo como cenário o Estado de São Paulo.

A pesquisa está estruturada em duas partes. Na primeira estudar-se-á o poder local nos aspectos relativos à organização e à evolução político-administrativa municipal, ao nível exclusivamente formal. Especificamente cuidar-se-á das funções, poderes e atuação das Câmaras Municipais e das relações entre o Município e o Estado (organização do poder judiciário, organização policial, sistema eleitoral).

Para tanto, os instrumentos primordiais são os debates registrados nas constituintes, os próprios textos das constituições e a legislação ordinária (leis e decretos do poder estadual que regularam a organização municipal, bem como as referidas relações Estado-Município).

Na segunda parte o objeto da pesquisa é o poder local nas suas circunstâncias reais. É a prática do poder local que será analisada, através de alguns de seus aspectos, selecionados como significativos: a terra, o comércio e as profissões liberais como fontes de poder; o confronto entre o poder privado e o poder público; a natureza e os limites do antagonismo situação x oposição; a indigência do município como fonte de dependência e base da política de barganha; a prática eleitoral e a fraude; a violência e a impunidade, além de outros.

Entre outros elementos, como instrumentos para análise de que trata esta segunda parte, serão utilizados os estudos da evolução política de duas cidades do interior (Piraju e Araraquara), material de imprensa da capital e do interior, relatórios de Secretarias e repartições do Estado e os anais da Câmara dos Deputados e do Senado Estadual.

MARIA AUGUSTA SANTANA MORAES
*do Instituto de Ciências Humanas e
Letras da Univ. Federal de Goiás*

Os últimos dias do governo de Nilo Peçanha foram agitados pelas questões políticas dos Estados do Rio, Amazonas e pela carta protesto de Amarílio de Vasconcelos, propondo combater os corruptos e negociastas, caso assumisse a pasta da Viação a ele oferecida pelo recém eleito Hermes da Fonseca.

Este deixara através de plataforma eleitoral a idéia de que sua política poderia assumir novos rumos.

Logo após assumir o poder Hermes propõe a criação de um novo Partido Político, que se consubstancia no Partido Republicano Conservador, onde se projetará o pensamento político do então Presidente do Brasil.

Teoricamente o Brasil viveria um período de democratização, com direito da representação das minorias, afirmado na criação da Lei das inelegibilidades.

Não obstante, a ação do presidente Hermes caminhará para o naufrágio do liberalismo proposto.

UMA FORMA COLETIVISTA DE VIDA (PALMA, SP) NO PROCESSO DE IMIGRAÇÃO BRASILEIRA

PROFA. IRINA VASSILIEFF
da Universidade de São Paulo

Ao estudar a vinda dos imigrantes letos para a Alta Paulista, na década de 1920, chamou-nos a atenção, na pesquisa do fenômeno, uma etapa significativa no processo histórico de implantação e desenvolvimento da colônia de Varpa, distrito do Município de Tupã, S.P.

Os imigrantes letos vieram para este empreendimento levados especialmente por motivos de caráter religioso (fuga do comunismo ateu, procura de uma "Terra Prometida", perspectiva da iminência dos fins dos tempos, e proselitismo missionário).

Na medida em que a colônia se desenvolvia, ocorreram divergências que atingiam o próprio estilo de vida dos colonos. Tais divergências levaram um grupo a optar por uma forma de vida coletivista inspirada nos próprios textos da Bíblia.

Este grupo ficou, inicialmente, conhecido como Fazenda de Palma e, atualmente, como Corporação Evangélica de Palma.

Localização: uma gleba de 211 alqueires, localizados dentro da colônia de Varpa (São Paulo).

População: O grupo inicial compunha-se, aproximadamente, de 350 pessoas, sendo, na sua quase totalidade, adultos.

Motivos: A própria diluição do ideal primitivo que havia trazido os pioneiros a Varpa está na raiz desta tomada de posição radical, que se configuraria em um esquema astante rígido de vida comunitária, chamada por um dos seus participantes de um "comunismo elevado e evangélico".

Objetivos: Tinha como objetivos não apenas a colocação dos bens materiais em comum, mas uma tentativa de solidariedade concreta que marcaria o ritmo de vida espiritual e social dos membros.

Características: São muitos os traços que identificam a singularidade desta experiência coletivista, a saber: as orações e cultos feitos em comum numa única Igreja, uma administração centralizada, as tarefas distribuídas segundo a idade, forças e aptidões de cada um, as remunerações segundo tabelas regulamentares, o

tipo de habitação (distribuídos os grupos em oito casas de madeira com apartamentos) e as refeições em comum.

Conclusões:

1. Nasceu essa tentativa de vida coletista sob o signo da dissidência. E tal espírito de luta e contradições marcará o itinerário de sua existência.

2. A experiência teve, no seu processo, altos e baixos, chegando a um nível de desenvolvimento marcante, exteriorizado, sobretudo, em diversas manifestações culturais.

3. Muitos foram os "handicaps" que enfrentou a experiência dos quais vale a pena assinalar a dificuldade do seu prolongamento ou sobrevivência, devido à não procriação e à longevidade dos seus participantes.

Em resumo, a forma de comunidade tentada em Palma por imigrantes europeus, com motivações fundamentalmente religiosas, não deixa de ser um caso singular no conjunto das correntes imigratórias do Brasil.

No presente trabalho, a autora tomou por objeto de estudo a liderança do coronel Abílio Wolney, desenvolvida nos primeiros vinte anos da Primeira República, na região nordeste de Goiás e centrada sobretudo no município de S. José do Duro.

Partindo da revisão de bibliografia referente a modalidades de dominação política, seus condicionamentos, características e tipos do contato com estudos centrados na análise do mandonismo local através de uma perspectiva global, como hipótese de trabalho, surgiram questões relativas às peculiaridades de um poder autoritário desenvolvido na região nordeste de Goiás.

A partir da tese de Campos relativa à partilha do poder em nível nacional, por ele considerada desigual, questionamos a existência da sua correspondência no plano regional.

A análise da tipologia do "coronelismo" encontrada em diversos autores, estudiosos do fenômeno, evidenciou a força do particularismo no caso de S. José do Duro, de maneira a que se tentasse investigar as diferenças existentes entre o autoritarismo estatal, estadual e o local.

O momento histórico onde se pretende analisar as relações "Estado" e "Sociedade" dentro da formação rio-grandense reveste-se de singular importância, por se tratar a dimensão gaúcha do Governo Provisório, um período ainda muito pouco estudado pela historiografia regional. Desde a sua formação, o Rio Grande do Sul apresentou-se com a sua economia subsidiária e dependente da economia nacional. A pecuária, constituída em atividade dominante, vinha experimentando, ao longo da República Velha, crises sucessivas, alternadas por períodos de relativo desafogo (como, por exemplo, o período da guerra). A classe dominante articulava-se em agremiações de classe que congregavam cada uma das frações em que se dividiam os pecuaristas: criadores agrupados na Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL) e charqueadores no Sindicato de Charqueadores. Os pecuaristas, constituídos em classe hegemônica, encontravam-se, no final da Primeira República, congregados politicamente na Frente Única Gaúcha, importante base de apoio com que contou Getúlio Vargas na articulação da Aliança Liberal para a efetivação da revolução de 30.

Com o advento da Nova República, a pecuária gaúcha veio vivenciar os efeitos da crise de 29, que se conjugaram a uma situação já difícil de superar. Uma criação ainda extensiva e uma charqueada constituída em moldes arcaicos, produzindo com baixa tecnologia um artigo de má qualidade para um mercado altamente competitivo, sofriam a exploração dos frigoríficos estrangeiros estabelecidos no Estado, que impunham campanhas baixistas. Tendo como pano de fundo a agudização das condições da principal atividade econômica do Estado, a classe dominante rio-grandense passou a pressionar cada vez mais o poder público (interventoria de Flores da Cunha) para a obtenção de medidas tendentes à salvação da pecuária. Ao mesmo tempo, generalizava-se no Estado o movimento associativista e os pecuaristas, no bojo desse processo, apoiado pelos governos central e regional, buscavam saídas diferenciadas para a crise. Estas iam desde a conservação da velha charqueada como centro da economia pecuária gaúcha (proposta do Sindicato dos Charqueadores), até a alternativa da formação de cooperativas de es-

tancieiros para eles próprios beneficiarem seu gado. A proposta realmente renovadora, contudo, constituía-se no projeto de fundação de um frigorífico nacional que visasse a abastecer primordialmente o mercado interno.

Durante a vigência da República Nova, os pecuaristas se ve-riam afetados por dois tipos de conflito intraclasse. Um deles foi a cisão, já anteriormente revelada na República Velha, entre criadores e charqueadores, cada qual resguardando seus interesses específicos. A outra foi o antagonismo que se estabeleceu e que acabou por separar em duas facções políticas divergentes a classe dominante local. O primeiro grupo, identificado com uma postura denominada aqui de "regionalista", ainda nos moldes de uma concepção do exercício do poder vigente na República Velha, experimentava como que um processo de reversão de expectativas para com o Chefe do Governo Provisório que colocara no poder central, escapando-lhe a dinâmica das novas condições econômicas, sociais e políticas que o Estado de após-30 enfrentava. Nesta perspectiva, rompeu com Vargas e foi às armas com São Paulo na contra-revolução de 1932. O outro grupo, identificando-se com a orientação política e econômica do governo central e com a inserção do Rio Grande do Sul no esquema da divisão nacional do trabalho, constituiu-se num novo partido político — o Partido Republicano Liberal, sob a liderança do Interventor Flores da Cunha. Vencida a rebelião paulista e promovida a pacificação do Rio Grande por Flores da Cunha, a "ala nacional" fez valer sobre a classe dominante a orientação centralista. Controlando o poder político regional, enquadrou os problemas da pecuária gaúcha, quanto à sua solução, dentro das perspectivas governistas: intervenção do Estado na economia, controle do poder público sobre as propostas modernizantes de mudança da pecuária e tutela do Estado sobre as classes produtoras, através da regulamentação do cooperativismo-sindicalista e a imposição de institutos — no caso da pecuária, o Instituto Sul Rio-grandense de Carnes.

KAZUMI MUNAKATA

ORIENTADOR: PROFA.DRA.MARIA STELLA M.BRESCIANI
do Depto.de História do Inst.de Filosofia e
Ciências Humanas da UNICAMP.

Na comunicação "O lugar do movimento operário", apresentada no encontro regional da ANPUH (núcleo de São Paulo), realizado em Araraquara no ano passado, procurei apresentar, através de uma crítica sistemática, ainda que não exaustiva, da bibliografia sobre o movimento operário, uma proposta de análise da história recente do Brasil baseada não no privilegiamento de um determinado agente, mas na dinâmica mesma da luta de classes. Neste nível de generalidade, a proposta não é tão difícil de ser assimilada. E, no entanto, quando se trata de viabilizar a proposta numa análise efetiva da história brasileira surgem inúmeros obstáculos quase que intransponíveis, que se resumem em uma palavra: o caráter do Estado.

Com efeito, erigiu-se no terreno das ciências sociais — seja História, Sociologia, Economia ou Política — um modelo explicativo alicerçado em uma "teoria das peculiaridades" que atribui ao Estado no Brasil uma especificidade tal que o promove ao papel de sujeito por excelência do processo histórico mais recente deste país. Evidente que tal modelo não deixa de comportar variantes, mas estas acabam sempre por girar em torno de alguns temas fixos — que foram sintetizados pela recente obra de Marilena Chauí⁽¹⁾ — e que podem ser resumidos em uma frase: a incapacidade hegemônica das classes dominantes e a impossibilidade de produção de uma alternativa hegemônica das classes dominadas. Daí, o surgimento de um *Estado de Compromisso* que, sem se vincular organicamente a nenhuma classe em especial, promove o devir da história brasileira.

A impossibilidade de conciliar tal modelo explicativo com a proposta de uma história baseada na luta de classes salta aos olhos. Por isso, para que a crítica esboçada em "O lugar do movimento operário" fosse coerente com seus propósitos, tornou-se necessário abordar a questão espinhosa do Estado no Brasil, ainda que para isso fosse preciso enfrentar toda uma sólida tradição historiográfica e sociológica que já praticamente consagrou-se como *certeza e senso comum*. Rudimentos deste empreendimento estão

contidos na parte final de "O lugar do movimento operário", onde afirmo que o Estado de pós-30 no Brasil é efetivamente um Estado que tem um caráter de classe: é um Estado burguês. Evidentemente, isto é pouco, e requer mais qualificações — o que pretendo desenvolver na presente comunicação.

Não proponho um novo modelo — mesmo porque desconfio de qualquer método de conhecimento que tenha como base a formulação de modelos, como é, aliás, o caso da chamada "teoria das peculiaridades" — mas tão somente algumas hipóteses acerca do Estado no Brasil que possam orientar, direcionar e dimensionar um trabalho de pesquisa.

- (1) Cf. Chauí, Marilena - "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira", in Chauí, Marilena e Franco, Maria Sylvia Carvalho: *Ideologia e Mobilização Popular*, Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, 1978, pp.19-21.

SILVIO FRANK ALEM
da Paraíba.

Nossa comunicação trata do movimento reivindicatório dos professores de 1º e 2º Graus do Magistério Público da Paraíba, movimento que resultou na greve da categoria, entre os dias 8 e 19 de maio do corrente ano.

A rede estadual ocupa, na Paraíba, cerca de 15.000 professores. Deste total, a maioria é leiga; divididos em mais de dezena de classificações funcionais, incluem-se entre os professores, cerca de quatro mil que percebem menos que o salário mínimo regional. Reivindicava-se um piso salarial superior ao mínimo, um reajuste de 100% e melhores condições de trabalho, num total de 15 itens. Somente duas das reivindicações foram atendidas pelo Governador, desde o primeiro momento, interlocutor nas negociações. Uma Assembleia Geral decretou a greve no 1º de Maio, com vigência para daí a sete dias. Dia 20, outra Assembleia pôs fim à paralização, resolvendo por uma "trégua" com vigência até setembro: as concessões obtidas durante o período foram consideradas insuficientes. As aulas cessaram em todos os maiores municípios de Estado, funcionando apenas escolas primárias em pequenas cidades, grosso modo, ocorrendo um máximo de "furos" às vésperas do fim da paralização.

A luta dos professores paraibanos se insere no amplo movimento que mobiliza hoje os assalariados do país. Foi conduzida pelas lideranças, de forma a não ultrapassar os limites de uma luta econômica, mas como várias das greves deste período recente, ganhou dimensões políticas desde seu início.

Nosso trabalho tenta mais do que registrar uma greve de funcionários professores, num Estado afastado das manchetes da grande imprensa do país, e igualmente não privilegiado pela historiografia. Trata-se, a propósito do movimento, de levantar elementos para a compreensão da conjuntura recente, a nível do Estado e do país, avançando no entendimento da correlação de forças explicitada. A greve dos professores da Paraíba, mais do que a luta de uma categoria por objetivos estritamente econômicos, acabou por se constituir numa manifestação de amplos setores sociais — urbanos. Serviu de catalizador para uma insatisfação difusa ou consciente,

que levou a que os pais não mandassem seus filhos às Escolas, a despeito da manipulação dos órgãos de informação; a que os secundaristas, em várias cidades, fizessem piquetes dirigidos a professores não solidários — apesar das ameaças que desde o início foram feitas a docentes e discentes. Contou com o apoio e, ao final, mediação, da Igreja; obteve ampla manifestação de uma Instituição de enorme peso político no Estado: a Universidade.

Após a volta às aulas, alargou-se o fosso pré-existente entre Estado e Sociedade.

Na proposta de contribuir para a História-do-hoje, utilizamos a imprensa diária, folhetos e Boletins do Comando de Greve, das entidades que apoiaram o movimento, bem como entrevistas gravadas. Beneficiamo-nos do apoio do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFPB.

POMBAL E OS JESUÍTAS NO BRASIL - A expulsão dos inacianos e seu reflexo na educação da Colônia, com ênfase à Amazônia.

OPHIR MARTINS DUARTE
da Universidade Federal Fluminense.

R E S U M O

I - INTRODUÇÃO

- a) POMBAL - da ascensão ao poder, à expulsão dos padres da Companhia de Jesus (dados biográficos).
- b) Pombal e a Companhia de Jesus - Causas das divergências entre as duas grandes potências do poder no Reino Português.
- c) Vitória de Pombal - os inacianos fora de Portugal e de seus domínios.
- d) Consequências dessa expulsão na educação em Portugal e Brasil, em especial na Amazônia.

II - O ENSINO JESUÍTICO

- Organização e filosofia

III- A REFORMA POMBALINA DA EDUCAÇÃO

- Organização e filosofia

IV - CONCLUSÃO

V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- 1) ANDRADE, Antonio Alberto Banha de - A Reforma Pombalina do Ensino Secundário no Brasil, São Paulo, 1978, Editora da Universidade de São Paulo, Saraiva S/A., Livres Editores.
- 2) AZEVEDO, Lúcio J. - Rio de Janeiro, 1922, Editores: Anuário do Brasil, Rio de Janeiro; Seara Nova, Lisboa; Renascença Portuguesa, Porto.
- 3) CARVALHO, Laerte Ramos de - As Reformas Pombalinas de Instrução Pública, São Paulo, 1978, Editora da Universidade de São Paulo, Saraiva S/A., Livres Editores.
- 4) SAVIANI, Demerval - Educação Brasileira - Estrutura e Sistema, São Paulo, 1978, Saraiva S/A., Livres Editores.

Em setembro de 1758 recebia João Manuel de Melo a nomeação para terceiro governador de Goiás, e a 17 de outubro lhe eram entregues umas instruções secretíssimas.

O documento expõe em nove capítulos os dois pontos fundamentais que deveriam receber um "especial cuidado" da parte do governador: fazer abortar o plano de subversão tramado pelos jesuítas, e instaurar um processo de corrupção contra o governador demissionário, D.Alvaro Xavier Botelho de Távora, Conde de São Miguel, Jesuítas e Távora, casualmente os dois objetos maiores do ódio de Pombal.

O plano dos jesuítas, "dirigido contra a religião e o estado", é apresentado com as mais terminantes palavras: "ocorre presentemente a extrema necessidade em que me acho constituído de defender toda a fronteira de meus domínios do Brasil, e em especial destas de que vos encarrego, do ambiciosíssimo e vastíssimo projeto que os religiosos jesuítas haviam formado, e em grande parte executado, para usurparem pelo centro dos sertões não menos do que toda a América Meridional, de forma que dentro de dez anos de tempo se fariam inacessíveis e superiores a todas as potências da Europa, se intentassem em causa comum expugná-los".

As instruções, que se seguem capítulos II-VIII, têm por finalidade "desconcertar e desvanecer aquele clandestino projeto de iniquidade e rebelião", concentrando para isso numa ação comum as forças dos três governos de Pará, Mato Grosso e Goiás.

Igualmente enfático, se mostra o documento com respeito à corrupção do Governador: "Ultimamente, porque com grande desprazer meu fui informado de que o Governador que ides suceder abusou da confiança que dele fiz, preferindo torpes e escandalosas conveniências pecuniárias à administração da justiça, sem a qual não há povo que possa subsistir, e que mancomunado e associado com o atual Ouvidor, tem feito muitas e muito repreensíveis e escandalosas extorsões, que necessitariam a minha indefectível justiça a prover de oportuno e eficaz remédio os clamores daqueles vassallos oprimidos, fazendo cessar neles o escândalo, de lhes resulta de tantos e tão inesperados atentados ..."

A ação contra a subversão jesuítica e a longa devassa administrativa contra a corrupção instauradas no governo de João de Melo em Goiás (1759-1770) nos proporcionam um acesso privilegiado para o estudo da estrutura administrativa e do funcionamento dos governos coloniais da época do iluminismo. Este é o objeto do presente trabalho.

A Subversão Jesuítica e a Propaganda Ideológica do Governo

O primeiro que chama a atenção no caso da ação contra os jesuítas em Goiás é a extrema desproporção entre a declaração de motivos e os fatos. São dadas ao governador instruções secretíssimas; nelas sete dos nove capítulos são dedicados a encarecer o extremo perigo que os jesuítas representavam para o governo português em Goiás e Mato Grosso; chegasse ao extremo de permitir que seja empregado ouro do quinto — sempre intangível — na ajuda a Mato Grosso "porque a tudo deve prevalecer a defesa e segurança da importantíssima fronteira de Mato Grosso". Ante declarações tão peremptórias somos levados a pensar que os jesuítas constituíam em Mato Grosso e Goiás uma verdadeira potência, capaz de por em perigo a mesma existência do estado. A realidade, porém, é decepcionante: a presença dos jesuítas em Goiás e Mato Grosso era pouco mais que simbólica.

Ao tempo em que se expediam estas ordens, havia em Goiás quatro jesuítas e dois em Mato Grosso. Eram apenas diretores espirituais de aldeias de índios, localizadas em lugares remotos, regidas por administradores militares. Aldeias diminutas, em franco declínio, a caminho da extinção.

Nada disto era desconhecido para o governo português, que tinha preparado paulatina e sistematicamente esta situação. Contudo, tanto o governo central de Lisboa, como os governadores de Goiás, seguindo seu compasso, insistem em criar e manter o mito do perigo jesuítico.

Em 1761 — dois anos após a expulsão dos jesuítas — o governo lembrava ao governador que os xacriabás "e outros gentios bravos são feitos tais pelos jesuítas" e manifestava a intenção de abrir a navegação do Tocantins — proibida desde os primeiros dias da Capitania — para que os jesuítas ficassem mais descobertos e os índios mais mansos. Em 1765, insistia-se em afirmar: "O mesmo Senhor reconhece que estes miseráveis — caiapó e xavantes — são incitados pelos infames jesuítas espanhóis para nos trazerem estas hostilidades". E em 1767, o secretário de estado pedia vigilância para que não se introduzissem os jesuítas na Capitania sob o disfarce de diferentes hábitos.

Tudo indica que se trata de um precoce despertar do governo para o emprego sistemático da propaganda ideológica. Mediante uma campanha constante e bem dirigida cria-se, ou aumenta-se sem proporção, a imagem de um inimigo ameaçador para justificar a repressão.

Neste caso a campanha desmoralizadora dirige-se em primeiro lugar contra os jesuítas para justificar sua expulsão primeiro das colônias e depois do Reino, e finalmente a extinção da ordem. Os documentos oficiais dão, contudo, a impressão de tratar-se de um movimento mais amplo de desmoralização do clero, como um meio de exigir sua completa sujeição.

Um documento sumamente expressivo a este respeito são as instruções dadas a José de Almeida e Vasconcelos, governador que substituiu a João de Melo em 1770. Nestas instruções abundam expressões como estas: "refrear o desordenado orgulho e insaciável cobiça dos eclesiásticos", "coibir as escandalosas desordens e vexações procedidas da sôrdida ambição dos eclesiásticos assim seculares como regulares", "os eclesiásticos, que deviam instruir os povos com as santas doutrinas do evangelho...eram os mais ignorantes, os mais dissolutos e os mais ambiciosos".

A Devassa da Corrupção Administrativa

A devassa de corrupção iniciada contra o Conde São Miguel, em virtude de sua lógica interna, acabou envolvendo o funcionalismo todo da Capitania, desde suas origens.

Os resultados, após seis anos de rastreamento foram os mais espetaculares: resultaram pronunciados com diversos graus de culpa o Conde de São Miguel, um secretário de governo e procurador da Fazenda, quatro ouvidores, dois intendentes e provedores da Fazenda, seis tesoureiros e muitos outros funcionários menores da provedoria e intendência, assim como diversos particulares associados a suas negociatas. O maior processo de corrupção, provavelmente, de toda a história do Brasil colonial.

Estes fatos parecem confirmar o severo juízo do governo português que atribuía o atraso de Goiás "às mesmas iniquidades e prostituições que em todos os séculos foram a ruína dos mais florescentes impérios". Pois "seria preciso fazer grossos volumes para substanciar todas as extorsões, desordens, descaminhos e violências praticados naquela infeliz Capitania por aqueles mesmos a quem o Governo dos povos e a administração da Justiça e Fazenda se tinha confiado".

A análise, porém, do longo processo redigido pelo desembargador Brandão permite ao historiador uma visão global do sistema administrativo e suas repercussões no corpo social, que induz umas

conclusões um tanto divergentes das pretendidas pelo governo.

O quadro social que emerge da convergência de informações esparsas contidas no processo, é de pobreza quase geral, e sobretudo de angustiante instabilidade: habitações todas modestas, falta absoluta de dinheiro líquido na praça, falências contínuas, opressão das dívidas, exiguidade dos patrimônios, avidez pelos "ofícios" e pelos pequenos empregos oficiais remunerados etc.

Neste território remoto, pobre desde o início, e cada vez mais empobrecido pela decadência das minas, governo e funcionários disputam aos mineiros o exíguo excedente, que resta da mineração depois de pagar os prazos das dívidas aos comerciantes dos portos.

O governo leva a parte do leão nesta disputa. Além dos impostos normais — quinto, entrada, dízimos — taxa e sobretaxa a concessão dos "ofícios": ao "donativo" se seguem depois os "novos direitos", mais tarde as "terças partes".

O controle central, por outra parte, é tão rígido e minucioso que torna impossíveis os grandes desfalques, e muito escassos os pequenos roubos. São muito poucos os casos de real fraude contra a Fazenda Real levantados por Brandão nos trinta anos (1733-1765), que cobriu a devassa.

Mas essa rigidez do controle, ao mesmo tempo que entorpece toda a administração, mancomunada autoridades e funcionários numa defesa comum: formam-se clientelas, pois os governadores, ouvidores e intendentes colocam seus protegidos nos postos remunerados do funcionalismo e nos ofícios, muitas vezes passando por cima das determinações legais, contando para isso com a cobertura da Câmara. Surgem outras clientelas locais, como a dos Aguirre em Vila Boa.

Estes grupos, que se apoiam em favores mútuos, tornam inócuos os mecanismos de controle: recenseamento anual das contas, juízo de residência ao entregar o cargo, visita de correição.

Assim, mais que uma verdadeira corrupção o que grassa é um espírito de compadrio, seguido muitas vezes de relaxamento; contas não anotadas, livros que se perdem etc. Dos dois clichês do funcionário colonial, corrupto e relaxado, este último é o que parece caracterizar melhor o funcionalismo goiano.

MARIA DE LOURDES JANOTTI
do Depto. de História da
FFLCH da USP.

A historiografia do séc.XIX representa importante fonte para a compreensão do pensamento liberal no Brasil. Das contradições surgidas no confronto entre as idéias e a prática política do império nascem interpretações históricas que vêem o passado como uma luta entre a liberdade e a opressão que se estende até o presente. Esta posição não foi isolada e tão pouco preponderante.

Enquanto João Francisco Lisboa, Justiniano José da Rocha e Sales Tôrres Homem adotaram esta perspectiva, Varnhagen e Pereira da Silva são pela justificativa da tradição colonial.

João F.Lisboa (1812-1863), maranhense, jornalista, panfletário, político e Historiador da época colonial, foi a princípio um liberal exaltado, depois um moderado e, finalmente, um "conformado" não chegando a uma contestação do regime por julgar o povo sem condições de assumir um papel decisório.

A obra de Lisboa é um constante esforço para compreender os mecanismos de poder expressos nas instituições políticas. A Constituição é a maior garantia da sobrevivência do Estado e a revolução se justifica quando reivindica o respeito às leis ou quando estas se afiguram injustas.

Posicionou-se contra o centralismo, a autoridade exagerada do poder executivo e a corrupção eleitoral.

Sua interpretação da sociedade admite distinção entre classes superiores e massas da população. Engloba os políticos na classe superior como um grupo definido, mais atuante, sobre o qual recaem as maiores responsabilidades.

Quanto às massas populares, considera-as apáticas e inativas dentro do processo político. A escravidão é vista sob o ângulo ético e econômico, sem contudo existir para ela uma perspectiva mediata de solução.

Através de uma análise historiográfica, pretende-se captar o pensamento liberal do grupo social do autor.

GEORGE P. BROWNE

*da Universidade
Federal de Santa
Catarina*

Durante o reinado de Dom Pedro I, 1822-1831, o seu governo recrutou para o Brasil mais de dez mil imigrantes alemães e irlandeses. Este recrutamento teve duas finalidades, o engajamento de mercenários para os batalhões de estrangeiros criados em 1823 e 1824 e a criação de colônias estratégicas em áreas fronteiriças das províncias do sul. Tanto as tropas estrangeiras como as colônias dependeriam de e apoiariam o governo Imperial. A curto prazo colaborariam nas campanhas militares e na conquista de posições importantes à segurança das comunicações entre São Paulo e Porto Alegre. A médio e longo prazo deveriam oferecer ao governo, e diretamente ao Imperador, bases de apoio não identificados com a sociedade tradicional luso-brasileira, latifundiária, escravocrata e voltada a uma economia de exportação.

O programa de recrutamento de imigrantes encontrou crescente oposição no parlamento brasileiro. Tomou as feições de um ataque às prerrogativas e poderes do Imperador. Culminou na dissolução dos batalhões de estrangeiros e na suspensão de quaisquer despesas com colonização em 1830. Contribuiu às disputas que levaram à abdicação do Imperador em abril de 1831. Não é de surpreender que os interesses tradicionais que dominavam o parlamento se opusessem ao recrutamento e que durante a década seguinte descentralizassem o poder político, reorganizassem o exército e desprezassem qualquer iniciativa de apoio à imigração.

Este estudo sugere que a política imigratória adotada durante o primeiro reinado se insere numa estratégia de fortalecimento do governo central. Se bem sucedida teria fortalecido o exército, desenvolvido alternativas de produção agrícola e incentivado um desenvolvimento mais rápido nas províncias sulinas. O trono usufruía do apoio de colonos e exército para diversificar suas bases de poder, diminuindo a dependência na oligarquia latifundiária. O sucesso da oposição em abolir o apoio à colonização e aos batalhões de estrangeiros e em derrubar o Imperador confirmou a dominação da oligarquia tradicional.

A PROPRIEDADE DA TERRA, OS "VADIOS" E O PAPEL DO ESTADO NA CONCEPÇÃO DE JOSÉ AROUCHE DE TOLEDO RENDON

NANCI LEONZO

do Depto. de História da USP

Da discussão de vários problemas de âmbito social se ocuparam alguns homens ligados à administração colonial. Acreditavam eles que ao Estado cabia tentar solucioná-los.

Salientamos neste trabalho duas daquelas questões: a da propriedade da terra e a do "vadio", isto é, a do homem que a ela não tinha possibilidades de acesso legal.

Para tanto dispomos de um documento inédito de autoria de José Arouche de Toledo Rendon (1756-1834).

Rendon desempenhou na Capitania de São Paulo várias funções públicas de natureza civil e militar.

Dentre seus escritos que grande divulgação mereceram lembramos as "Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na Capitania de São Paulo", redigidas no segundo semestre de 1778, a "Memória sobre a plantação e cultura do chá e sua preparação até ficar em estado de entrar no comércio (...)", elaborada em 1833 e a "Memória sobre as aldeias dos índios da Província de São Paulo, segundo as observações feitas no ano de 1778".

Em 1819, no exercício do cargo de Inspetor de Milícias, elaborou, a pedido do Capitão-General João Carlos Augusto de Deynhau sen, o parecer em análise com o intuito de sugerir "o modo e os meios mais adequados para diminuir o grande número de demandas, que flagelão o povo, arruinão as famílias, e desvião os braços da agricultura".

De tal manuscrito nos serviremos com o propósito de contribuir para o conhecimento de assuntos cujo estudo reputamos como essencial para a compreensão da sociedade colonial.

LAWRENCE JAMES NIELSEN
da Universidade Federal
de Santa Catarina.

Até o período da expansão muçulmana, que começou no final do século sete, a varíola não era conhecida na Europa. Com a conquista da Península Ibérica no século oito, este flagelo penetrou no continente Europeu, tornando-se epidêmico e em poucos séculos endêmico. Com a expansão européia que iniciou no final do século quinze, a varíola foi levada para as Américas, chegando em Santo Domingos na primeira década do século dezesseis.

De seu novo reservatório na população humana cariba, passou logo para os Continentes Americanos.

De novo, repetiu a sua experiência na Europa. Dizimou as populações americanas com grandes epidemias. Aos poucos tornou-se endêmica, chegando a ser um flagelo permanente já nos primeiros anos do século dezesseis.

Com os avanços tecnológicos e científicos do século dezoito, os espanhóis começaram a aplicar as novas técnicas de vacinação para combater a varíola nas últimas décadas do século dezoito. Os portugueses, no entanto, aguardaram o novo século para iniciar o seu combate contra este mal. E, só com a Independência, o Governo Imperial, em benefício da sociedade brasileira, passou leis e criou instituições burocráticas para coordenar o combate contra a varíola. Mas, a experiência na Província de Santa Catarina indica que houve mais interesse em passar leis e menos em dar os recursos humanos e financeiros, e até as técnicas para combater de vez o mal. Neste trabalho, examina-se a campanha contra a varíola em Santa Catarina de 1822 a 1870.

ELIZABETH DARWICHE RABELLO

*do Depto. de História Social,
Política e Econômica, do Ins-
tituto de História e Servi-
ço Social - Campus de Fran-
ca - UNESP.*

O comerciante paulista na primeira metade do século XIX participou em vários setores da vida paulista. Embora nesse período o grande proprietário de terras continuasse a ter grande prestígio político e social, constituindo a elite da sociedade paulista, o comerciante começou, sem dúvida alguma, a ser mais valorizado. Alguns passaram a ter acesso à Câmara de São Paulo, como Procuradores do Conselho, mas principalmente como vereadores. Encontramos também comerciantes participando da vida militar e muitas vezes ocupando cargos importantes.

Com um crescente poder político e militar, constituíam-se os comerciantes num grupo de pressão?

Não há dúvidas que em determinadas situações costumavam unir-se. Quando interesses econômicos entravam em jogo, os comerciantes, dos mais simples aos mais complexos, passavam a reivindicar medidas de proveito comum.

Os comerciantes de São Paulo, na primeira metade do século XIX, não contavam ainda com uma Associação Comercial como já existia no Rio de Janeiro, embora tentativas possam ser registradas como a de 1829, quando se quiz formar uma Sociedade que se preocuparia com o aspecto comercial.

Mesmo sem o apoio de uma Associação eles procuraram defender-se através do encaminhamento de várias reclamações enviadas para a Assembléia Legislativa da Província de São Paulo e Câmara Municipal de São Paulo. Estas reclamações partiam não só dos grandes comerciantes como também dos mais humildes. Elas eram ora contra impostos, ora contra concorrência das feiras ou mesmo contra as simples quitandeiras. Exigiam, também, por parte do governo, melhores condições de segurança para poderem exercer suas atividades.

Constituídos ou não em Associação, não deixaram de defender seus interesses, não só com pedidos isolados, mas também de grupos.

ARTESANATO E MANUFATURA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1808-50): UM
ESTUDO DAS INICIATIVAS ESTATAIS E PARTICULARES.

RÔMULO GARCIA DE ANDRADE

ORIENTADOR: ARTHUR CESAR FERREIRA DIAS
da U.F.F.

As iniciativas estatais de instalação de manufaturas no Rio de Janeiro a partir de 1808 tinham o objetivo de evitar a dispersão de valiosa mão-de-obra vinda de Portugal, formar trabalhadores capacitados para as atividades têxteis e para a construção de novas máquinas que seriam remetidas a outras Províncias, além de um lucro aos cofres da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, à qual se achavam subordinadas. Três foram as tentativas, a primeira concretizou-se na montagem do Real Colégio de Fábricas.

Esse "Colégio" começou a funcionar em março de 1809, chegou a ter 114 pessoas entre mestres, aprendizes e serventes, dos quais 90 aprendizes, o que nos dá a medida da importância do estabelecimento como formador de uma futura mão-de-obra especializada. Era composto de "oficinas", como as de tecidos do largo de seda e algodão, de galões e fitas, de torneiro, de serralheiro e ferreiro, de carpinteiro e marceneiro, de abrigão, de tinturaria. Complementava as oficinas uma "Aula das primeiras letras e música" e uma "Aula do desenho". Todo o trabalho era baseado na habilidade e força humanas, sem um maior desenvolvimento tecnológico. Essa iniciativa governamental, de vida curta, extinguiu-se em Fevereiro de 1811.

Uma nova "Fábrica" foi montada em 1815 junto à ponte do Catumbi a partir de uma máquina filatória com "outros engenhos auxiliares", vinda de Lisboa, "para o público a ver em exercício, e para se poderem tirar modelos para se enviarem às Capitanias, onde a fiação do algodão {se fazia} até agora manual e tão desvantajosamente", o que nos leva a pensar que talvez a máquina fosse movida a água, como as que serão usadas na manufatura da Lagoa Rodrigo de Freitas. Era administrada por um Mestre, auxiliados por 10 escravos; o algodão era a matéria prima. Com um déficit de 3:492\$ 694rs, encerrou-se essa segunda iniciativa.

A terceira e última investida estatal nesse campo aconteceu em 1819 na Real Fábrica de Fiação de Algodão, Tecidos de Pano e Malhas, situada na Lagoa Rodrigo de Freitas. Lá trabalhavam 23

peçoas, sendo 5 Mestres, 1 Feitor, 1 Vendedor e 10 escravos na maioria especializados; as máquinas eram movidas a água. Funcionou até 1823 quando suas máquinas e teares foram vendidos a particulares pela quantia de 3:000\$000rs a serem pagos no prazo de dois anos.

As iniciativas particulares também passavam a ser consideradas "Fábricas Reais" após receber Provisão, o que significava ter licença para funcionar e contar com isenção de impostos alfandegários sobre as matérias primas estrangeiras e nacionais necessárias. Tal foi o caso de Manoel José de Miranda que, "excitado pelo Alvará de 19 de abril de 1808", iniciou em 1809 uma "fábrica" de tecidos na Rua dos Ciganos, onde trabalhavam três teares. Pediu concessão de Provisão da Fábrica Real, obtendo-o no mesmo ano de 1809. Somente depois de 1845 é que houve um crescimento quantitativo e qualitativo desses empreendimentos, podendo ser citada como exemplo a Manufatura de Chapéus de Braga & Rocha, situada na Rua de São Pedro, que em 1848 tinha 48 operários sendo 30 oficiais brancos e 18 escravos com uma produção anual de 44.000 chapéus ou a da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, que possuía utensílios "não só para o fabrico de 8 barcas de vapor que a Cia. emprega" como para outros trabalhos encomendados.

Durante o período em questão (1808-50), tanto a agricultura, como o comércio e a manufatura eram considerados "Indústria"; o termo "Fábrica" não se distinguia de "Manufatura". Nossa abordagem, porém, segue a distinção entre Artesanato, Manufatura e Fábrica e nesse sentido podemos dizer que a atividade artesanal e uma incipiente manufatura foram predominantes até meados dos anos quarenta.

Para o estudo dessas atividades artesanais e manufatureiras, utilizamo-nos principalmente da documentação existente no Arquivo Nacional pertencente à Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil. É ela rica em dados esclarecedores do nível tecnológico da produção, das relações de produção, do preço da matéria prima e do manufaturado, do tipo de alimentação e seu custo, o preço do escravo e o aluguel pago pelo escravo especializado, suas rebeliões, o aprendiz e sua passagem a mestre, aluguéis, saúde, o ideário econômico e político dos membros do Tribunal da Real Junta.

Metodologicamente, damos bastante importância ao aspecto histórico-econômico mas vinculando-o sempre ao social, ao jurídico-político e ao ideológico. No uso das fontes primárias achamos como Garr que "naturalmente os fatos e os documentos são essenciais

ao historiador. Mas que não se tornem fetiches. Eles por si mesmos não constituem a História". As características apontadas por Eugene Genovese em *A Economia Política da Escravidão*, na parte que estuda a subordinação da cidade e das manufaturas ao campo em uma economia escravista (no caso dele os Estados Unidos de antes da Guerra da Secessão) são perfeitamente válidos para o século XIX brasileiro, e aproveitamos suas sugestões. Jacob Gorender também abre muitos caminhos com *O Eslavismo Colonial*, assim como Witold Kula em *Problemas Y Métodos de La História Econômica*.

NANCY PRISCILLA NARO
da PUC-RJ

O Estado brasileiro de antes 1850 poderia ser caracterizado pela presença de uma autoridade central, o Imperador, e um aparelho burocrático racional. O Estado, visto através do foco de violência coletiva, estaria ainda em fase de transição entre o que o Charles Tilly chama de Estado em transformação e o Estado centralizado moderno. No caso do primeiro, o Estado central concorre ainda com o poder regional e com o poder particular de entidades e grupos privados, não podendo subordiná-los totalmente ao governo central.

O trabalho visa questionar o modelo de Charles Tilly que foi elaborado no contexto europeu da época moderna, ou seja, a partir do século XVIII. Esse modelo que se refere a violência coletiva na perspectiva européia, define três tipos de violência coletiva:

- 1) violência coletiva primitiva;
- 2) violência coletiva reacionária;
- 3) violência coletiva moderna.

A própria questão de violência coletiva é desenvolvida através de parâmetros cronológicos que marcam as fases da evolução do Estado moderno europeu. As características de cada um dos três tipos de violência coletiva evoluem desde o âmbito local restrito até o âmbito nacional e continental, tomando como exemplos de violência coletiva moderna as greves de sindicatos e os movimentos de guerrilha rural e urbano no século XX. No caso do movimento praieiro, considerado aqui como exemplo de violência coletiva característica da fase "reacionária", temos um exemplo de movimento que se desenvolveu dentro de um âmbito local e provincial. Ao mesmo tempo, a própria ideologia do movimento reflete as reivindicações maiores evidenciando preocupações que caracterizaram os movimentos europeus daquela década. O movimento tinha por base a cidade de Recife, espalhando-se através da zona da mata pernambucana e chegando a envolver áreas limítrofes da província vizinha. Numa declaração de intenções o *Manifesto* reivindica, entre outros direitos, a liberdade de organização e de expressão, o sufrágio universal e o fim do sistema de recrutamento.

Além de desenvolver os aspectos do modelo aplicáveis ou não à realidade brasileira da época anterior à 1850, o trabalho se preocupa também com a questão de dependência econômica, vista neste caso com referência à realidade pernambucana desse período.

A questão aqui colocada lembra que os anos de crise européia, ou seja, os anos de 1825, 1836, 1847, coincidem diretamente com anos marcados por movimentos de natureza violenta na província de Pernambuco. O caso dos cabanos (1832 a 1835) mostra que o impacto da crise européia não influiu tanto nesse movimento, e sim no movimento denominado Carneirada de 1835. O caso da revolução praieira, porém, mostra uma relação direta entre as crises econômicas e sociais sofridas nas metrópoles européias — Inglaterra, França, e Portugal — e o impacto dessas crises sobre uma economia dependente latino-americana: Pernambuco.

De terceira consideração envolve a questão de "sociedade" e a análise do sistema de controle local e provincial que define os passos do movimento praieiro até sua repressão por órgãos provinciais e imperiais. Nesse contexto será notado os objetivos, as idéias e os motivos que levam um grupo à sublevação. A deflagração da revolução praieira é vista aqui como uma resposta de natureza popular à falta de acesso de homens livres às terras próprias, à empregos burocráticos civis, e à empregos no setor comercial dominado por estrangeiros, tanto no porto e capital de Recife, como no meio rural da zona da mata e sertão. O caso do agreste será tratado a parte. E também visto como um movimento de resistência desses mesmos grupos a um processo que visa a concentração de terras produtoras de açúcar nas mãos da oligarquia tradicional da província, ou seja, os plantadores de açúcar do litoral pernambucano.

FRANCISCO PINTO CABRAL

Mestre em História, Doutorando sob a orientação do Prof. Emanuel Soares da Veiga Garcia.

O Tratado de Ayacucho, firmado pelo Brasil e Bolívia em 1867, embora à época atendesse à sua finalidade principal, que era evitar que a Bolívia se aliasse ao Paraguai, na guerra que este movia ao Brasil, continha vícios de interpretação que, após três décadas, levariam à "Questão Acreana", ou seja, a luta pela posse do território cuja posse não ficara perfeitamente definida no Tratado.

A questão toda girava em torno dos dizeres do Artigo 2º do mesmo Tratado, passíveis de interpretações diferentes, conforme o interesse do interpretante.

Na década de 50 do século passado, começaram a afluir ao território banhado pelo rio Acre, região considerada amazonense, face à indefinição das lindes brasilo-bolivianas, não demarcadas no terreno, as primeiras levadas de retirantes nordestinos, em busca de meios de sobrevivência, difícil no nordeste, muito pobre, além de ciclicamente fustigada pelas secas. No Acre, como logo se chamou o território, começava a surgir nova riqueza, constituída pelo leite extraído da seringueira, depois transformado na borracha de múltiplas aplicações nos paínes industrializados de então. Após a terrível seca de 1877 — ano em que aliás se comemora oficialmente o início da migração nordestina para o Acre — intensificou-se a chegada de nordestinos, notadamente cearenses.

Para a Bolívia, o Acre continuava a ser totalmente desconhecido, donde o nome de "Território de Colônias" ou "Tierras no Descubiertas" constante nos seus mapas. Ainda em 1886, o Ministro boliviano no Rio de Janeiro, discursando perante o Imperador Pedro II, afirmava categoricamente que o Aquiri, ou Acre, não havia ainda sido descoberto — para eles, evidentemente — mas que em breve o seria.

Com a crescente aceitação da borracha nos mercados mundiais, a Bolívia deu-se conta da riqueza produzida no território para ela desconhecido, e resolveu reivindicar a sua parte nela. Datam daí, os primeiros choques com os pioneiros brasileiros, agora considerando-se acreanos e donos da terra pelo direito de precedência no local, juridicamente conhecido por "Uti Possidetis", princípio consagrado desde as primeiras tentativas de definir as fronteiras luso-espanholas na América, em 1750.

Reconhecendo-se incapaz de levar avante a tarefa de manter a posse e desenvolver o território que julgava seu — segundo a interpretação discutível de Ayacucho — a Bolívia resolveu arrendá-lo a uma Companhia de Carta, semelhante às que atuavam na África e Ásia. Tais companhias, além do poderio econômico, contavam ainda com a proteção dos Governos onde tinham sede, justamente o que pretendia a Bolívia, sem atentar nas consequências que lhe poderiam advir desse fato.

Essa atitude, como era inevitável, provocou protestos imediatos dos seus vizinhos na região — Brasil e Peru — que logo se deram conta do perigo de tal presença junto às suas fronteiras.

Os Acreanos por sua vez, sem esperar a ação do Governo brasileiro, liderados pelo gaúcho José Plácido de Castro, tomaram armas para defender o seu direito à região, e após seis meses de luta, lograram bater as tropas bolivianas, regulares e irregulares, enviadas para expulsá-los, e firmar definitivamente o seu senhorio no território por eles descoberto e desbravado havia quase meio século.

Como a questão ameaçasse as relações Brasil x Bolívia, o Governo brasileiro interveio, e convidou o boliviano para resolver o litígio diplomaticamente. Assim, a 17 de novembro de 1903, assinou-se o Tratado de Petrópolis, que solucionou definitivamente o problema e preservou a paz entre os dois povos irmãos.

Além da solução que lhe dizia respeito diretamente, a ação brasileira teve o mérito, talvez mais importante em termos de americanismo, de impedir a instalação das Companhias de Carta no continente americano, livrando-o da ameaça da conquista — ou pelo menos da tentativa — representada por tais companhias, instrumentos usados pelas potências colonialistas da época.

ADALGISA MARIA VIEIRA DO ROSÁRIO
HAMILTON DE MATTOS MONTEIRO
da Universidade de Brasília.

Análise de uma pastoral emitida pelo Arcebispo da Bahia, o Marquês de Santa Cruz, em 1860, condenando a ociosidade. Enfocar-se-á o tema dentro das transformações que ocorriam na economia nordestina, juntamente com outras medidas, como as posturas municipais contra a mendicância.

A posição do alto clero e de ordens religiosas como a dos franciscanos, diante das revoltas sociais e das migrações "proletárias", será vista a partir de sua atuação dentro do "aparelho ideológico" do Estado.

O VETO À TAXA SOBRE ESCRAVOS NO PLANO DAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E SOCIEDADE (SÃO PAULO - 1878)

ZÉLIA MARIA CARDOSO DE MELLO
*da Faculdade de Economia da
Universidade de São Paulo.*

Durante o período 1851-1881 observam-se transações de escravos originários das Províncias do Norte os quais viam-se dirigidos para o sul do País; esse tráfico, apesar de não constituir novidade, alcançou proporções muito grandes e deve ser entendido a partir das necessidades de parte dos fazendeiros de café depois de privados da fonte de abastecimento externo.

A contar dos anos 70 esse tráfico começou a ser combatido mais intensamente mediante a proposição de leis onerando a entrada e saída de escravos nas diversas Províncias.

No caso de São Paulo, em 1873 colocou-se em discussão o Projeto nº 119, o qual propõe no seu artigo 2º, a revogação do imposto de 200\$000 sobre a matrícula de escravos que entrassem na Província, estabelecida pela lei nº 12 de 1871. Porém, em fevereiro de 1874 — através do Projeto nº 60 — recoloca-se o problema: o seu artigo 1º trata da subvenção a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração fundada na Província e no seu artigo 4º criou-se o imposto de 500\$000 sobre todo e qualquer escravo que fosse averbado na Província. Em abril de 1874 o Projeto foi aprovado em 3ª. discussão à exceção do artigo 4º; esse foi discutido separadamente em fevereiro de 1875 aprovando a Ass.Provincial requerimento para que voltasse a Comissão de fazenda para reconsiderar a matéria.

Em 1878 apresentou-se novo projeto, desta vez impondo a taxa de 1:000\$000 sobre cada escravo averbado na Província; depois de aprovado não obteve a sanção do Executivo Provincial. Finalmente, em 1881, estipulou-se o imposto de 2:000\$000 para os escravos averbados na Província.

Visamos nesta comunicação a explicar — no plano das relações entre Estado e Sociedade no Brasil — porque não se viu transformado em lei o projeto apresentado e aprovado pela Assembléia Provincial em 1878. Nossas fontes primárias consubstanciaram-se nos Annaes da Assembléia Provincial de São Paulo e no jornal "A Província de São Paulo".

Através da análise documental e com apoio nos trabalhos de R.Faoro e F.Iglesias, observamos em que medida o aludido fato nega ou confirma as relações entre povo, representantes na Assembléia Provincial e Presidentes de Província, propostas por esses autores.

Ademais, examinamos as implicações da taxa sobre escravos para os vários extratos sociais, os argumentos colocados no curso das discussões e quais interesses concorreram para a aprovação, por parte do legislativo, do referido projeto.

AS RELAÇÕES ESTADO/SOCIEDADE 'NUMA PROVÍNCIA PERIFÉRICA: O CASO DO RIO GRANDE DO SUL (1845-1889)

HELGA IRACEMA LANDGRAF PICCOLO
do Departamento de História da
UFRGS e da UNISINOS.

A partir de discursos pronunciados na Assembléia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul, o estudo visa analisar as relações entre a província e o governo central após o término da Revolução Farroupilha (1845), revolução durante a qual a província proclamou-se independente do Império (proclamando a República Rio-Grandense em 1836).

Sabendo-se que o governo central tinha nos presidentes de província os seus delegados, procura o estudo especificamente verificar como se colocaram as relações entre o governo provincial e os grupos sociais dominantes no Rio Grande do Sul, ligados à criação de gado e à produção do charque, no pós 1845. Foi ou não a atuação governamental autônoma diante de possíveis pressões dos grupos sociais com interesses econômicos específicos? E tinham esses grupos sociais condições de exercer pressão sobre o governo central e o governo provincial?

Procura-se também inferir do estudo se as relações Estado/Sociedade tiveram conotações especiais no caso do RGS, devido a especificidades do seu processo histórico, principalmente por causa de sua condição de província fronteiriça com região com a qual os atritos foram constantes.

No século XIX, principalmente na sua segunda metade, ocorreu um processo de transformações econômicas no Rio Grande do Sul ligado à colonização e imigração estrangeira, especialmente alemã, e que fez emergir novos grupos sociais. O sistema político vigente, conseguiu incorporá-los? E como diante da emergência desses novos grupos sociais, se comportou o grupo econômico e socialmente dominante e hegemônico em termos políticos regionais? Teve especificamente o projeto político do partido liberal de Gaspar Silveira (hegemônico desde 1872) condições de absorver ou cooptar esses grupos sociais novos, surgidos no bojo do processo de transformações ocorrido? Ou tiveram esses novos grupos sociais esperar por um novo projeto político - o do Partido Republicano Riograndense, fundado em 1882 - para nele encontrar resposta aos seus interesses, às suas reivindicações?

A essas perguntas, a esses questionamentos o estudo procura dar resposta.

Conforme declarou repetidamente o Imperador, após a emancipação, definia-se o Estado como liberal, cabendo-lhe propiciar a liberdade para a produção de mercadorias, sem intervir na economia do país. O processo de libertação iniciou-se com a abolição de restrições ao comércio, à lavoura e indústria. Contudo, mantiveram-se várias restrições, gerando assim, a contradição entre a doutrina liberal professada pelo Governo e a política adotada.

O Estado procurou atuar no âmbito do suprimento da mão-de-obra, das relações de produção, do capital, do crédito, da tecnologia e da terra, tendo como instrumentos de ação, em sua política agrícola, o Conselho do Estado, o Conselho da Fazenda, o Real Erário e a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. O Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, rejeitava o fisiocratismo e, apesar de defender a política liberal, intervinha na economia em maior escala do que a antiga Real Junta.

Ainda que, por mais tempo no poder, o Partido Conservador como o Liberal, tinham uma proporção praticamente equivalente de Ministros que eram fazendeiros. As divergências entre ambos, sobre vários assuntos, podem ser atribuídas ao predomínio dos fazendeiros do Nordeste no Partido Conservador e de fazendeiros do Vale do Paraíba, São Paulo, no Partido Liberal.

A política relativa à mão-de-obra e às relações de produção e a tecnologia: o Estado procurou promover a substituição da mão-de-obra escrava pela livre, através de estímulos à imigração. Várias medidas foram tomadas com este fim, propiciando, sobretudo, a formação de colônias, a serem entregues à empresa particular ou aos moradores, quando já próspera. Tal interferência do Estado deveria ser transitória, pois o objetivo era favorecer a iniciativa privada. Tais colônias deveriam desenvolver a agricultura destinada ao abastecimento do mercado interno, com mão-de-obra livre e proporcionar braços às lavouras de exportação. As colônias não alcançaram os objetivos previstos e nos anos 70 as verbas a elas destinadas são reduzidas.

O Estado, através das leis de 13 de setembro de 1830 e de 11 de outubro de 1837, regulamentou a locação de serviços aplicável, sobretudo, aos imigrantes. Há interpretações divergentes sobre a significação real dessa legislação.

A proibição do tráfico negreiro, em 1850, trouxe de fato o término desse comércio em 1853. Tentou em vão coibir a venda de escravos do Nordeste para as plantações de café do vale do Paraíba. Vários fatores contribuíram para o custo crescente do escravo, em nível para se tornar anti-econômico. Ao mesmo tempo, o Ministério da Agricultura desenvolvia uma ação no sentido de aproveitamento dos libertos para a agricultura, na qual têm relevo os estabelecimentos de ensino agrícola.

Ao considerar o fazendeiro incapaz de adotar a máquina, o Estado procurou separar a lavoura da produção agro-industrial. As principais iniciativas neste sentido foram a garantia de juros para a construção de ferrovias, a organização de companhias de navegação, os engenhos centrais, a construção ou encampação dos meios de transporte. Há a registrar também os subsídios à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, entidade de caráter particular, a qual, entre suas atividades, estava o de outorga de privilégios a inventores e introdutores de máquinas.

Nos orçamentos do Império pode-se acompanhar as verbas destinadas ao financiamento das ferrovias, como a despesa principal. Outro aspecto importante da política governamental foi o da pacificação dos índios com vistas de integrá-los como mão-de-obra.

Vários tipos de relações, diferentes, distinguem as relações entre o trabalhador e o senhor de terras nas áreas do Nordeste e da Amazônia. As secas e epidemias, mais frequentes na segunda metade do século XIX, propiciaram a emigração dos sertões para a Amazônia. No litoral, a grande oferta de mão-de-obra favoreceu a venda de escravos para as áreas de cafeicultura. Na zona da Mata, a figura mais comum foi a do agregado.

O cultivo do algodão desenvolveu-se nos anos da guerra civil americana. A plantação da cana foi responsável pela introdução do escravo nas capitanias do Rio de Janeiro e de São Paulo no século XVIII. Encontrava-se aí um número reduzido de agregados e colonos. Na lavoura de café, deu-se preferência ao braço escravo até a década dos setenta. Na década de 80 o aluguel de um escravo equivalia ao salário de um imigrante e vieram a ser mais caros que este. O imigrante que, de início, foi contratado à base da parceria, gradualmente foi convertido em assalariado, sem capacidade de barganha, com redução de seu poder aquisitivo.

Política Relativa ao Capital, ao Crédito e à Terra.

Já demos notícia sobre as principais medidas governamentais com referência ao transporte, aumento da produtividade da agricultura e da agro-indústria, com a garantia de juros, os subsídios às Companhias de Navegação, à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e à abertura da carteira de crédito do Banco do Brasil e dos Bancos de Crédito Real. O problema do crédito foi motivo de extenso debate parlamentar no século XIX. Em 1850, foi sancionada a lei sobre a propriedade privada da terra, regulamentada em 1853. Desde 1846 havia sido criado o registro de hipotecas e, em 1864, a reforma da lei hipotecária visou garantir a hipoteca sobre terras e estabeleceu as bases das sociedades de crédito real. Em 1875 estabeleceram-se as normas para a fundação de bancos de Crédito Real e para a garantia de juros ao capital investido na construção de engenhos.

Apesar do poder político dos fazendeiros, tanto no Partido Conservador como no Liberal, que alternaram nos Ministérios durante o Império, os comerciantes conseguiram converter a terra em mercadoria, manter um controle sobre o crédito à produção agrícola e sobre sua comercialização. Em algumas das praças comerciais mais importantes os comerciantes nacionais foram preteridos pelos estrangeiros enquanto que noutras mantiveram sua supremacia. A origem social dos ministros de 1840 a 1889 fora quanto ao Partido Conservador de 13,12%, e quanto ao Liberal de 8,69%, e dos proprietários rurais de 47,54% e 47,83%, respectivamente, porém no Partido Republicano do Rio de Janeiro, os comerciantes representavam 14,04% dos seus membros e os proprietários rurais apenas 1,76%.

FLÁVIO AZEVEDO MARQUES DE SAES
*da Faculdade de Economia e Ad-
ministração da Universidade de
São Paulo.*

O Estado brasileiro na Primeira República tem sido caracterizado muitas vezes como a expressão do predomínio da economia cafeeira e, como tal, instrumento de defesa dos interesses dos fazendeiros de café. Se o predomínio da economia cafeeira parece incontestável, coloca-se em questão se o Estado representaria efetivamente os interesses de fazendeiros de café. Cabe notar, esta questão já está presente em algumas obras recentes e pretendemos, nesta comunicação, observá-la sob prisma específico: o da política monetária e cambial no período 1896/1906, marcado por crise no mercado cafeeiro.

O ponto de partida se situa na observação dos diagnósticos da crise e das propostas para resolvê-la. Tais elementos encontram-se dia a dia na imprensa da época. Nesta comunicação, centramo-nos na questão monetária e cambial à qual se atribuía vital importância.

Basta lembrar alguns eventos do período para se situar a questão que se pretende discutir: no início da República, com a Reforma Bancária, amplia-se o volume de meios de pagamentos, ao mesmo tempo em que se observa rápida desvalorização da moeda nacional . Em 1898, contrata-se o *Funding-Loan* com os credores ingleses e se adota política monetária restritiva que também tinha o objetivo de provocar a valorização do câmbio. Se lembrarmos, com Celso Furtado, que a "socialização das perdas" se alcançava pela desvalorização cambial, podemos imaginar o impacto que a inversão do movi-mento cambial devia gerar sobre os fazendeiros de café.

Nessa conjuntura, surgem na imprensa múltiplas opiniões (de fazendeiros, de comerciantes, de banqueiros etc.) a respeito de como enfrentar a crise que se manifestava para os fazendeiros.

Evidencia essa discussão que a heterogeneidade de interesses no seio da própria economia cafeeira já era suficiente para gerar profundas discordâncias a respeito da política monetária e cambial. Em particular, nota-se a preferência dos "lavradores" pelo câmbio baixo e por uma política monetária expansionista que facilitasse o acesso ao crédito. Já entre os empresários cafeeiros "urbanos" (comerciantes, banqueiros, dirigentes ferroviários) prevalece a adesão ao câmbio alto (e às medidas necessárias para tanto).

Nessa discussão, o termo "lavoura" adquire significado especial para distinguir os fazendeiros residentes em suas propriedades no interior daqueles residentes na Capital e ligados a atividades não agrícolas. Tal distinção se reproduz nos interesses econômicos mais imediatos, como procuro evidenciar nesta comunicação.

LAIMA MESGRAVIS
do Departamento
de História da
FFLCH da Univer
sidade de S. Pau
lo.

Conforme já foi comprovado por pesquisas recentes, divulgadas ou em curso, as elites brasileiras, que dirigiram o processo da Independência deixaram bem clara a sua preocupação de evitar a participação da grande massa do povo brasileiro, o que seria inevitável em caso de conflito prolongado.

Racionalizações claras, alusões indiretas ou discussões de sentido subjacente revelam o temor de um levante geral da massa de escravos e marginalizados do sistema latifundiário e escravo - crata o que levaria a prováveis reivindicações de aprofundamento do processo de liberalização. Daí, o "acordo", tácito ou explícito, entre as correntes mais "conservadoras" ou mais "liberais", abrangendo, inclusive, os elementos portugueses aqui radicados, e que prevaleceu na maior parte do País.

As divergências entre diferentes correntes da elite política, surgidas logo após a Independência, ampliaram-se até a deposição de D. Pedro I e explodiram às claras, nas duas décadas que se seguiram.

Com seus problemas agravados pela crise econômico—financeira da primeira metade do Séc. XIX, os grupos marginalizados — escravos, libertos, agregados de todos os tipos — participaram ativamente dos momentos revolucionários.

De início, a chamado de facções descontentes das camadas dominantes, fossem elas conservadoras ou liberais, que os usavam para depor ou destruir seus contrários.

Depois, quando adotavam posições próprias, como por exemplo, ataques à propriedades comerciais ou rurais ou ainda, libertação de escravos e ocupação de terras, revelando de forma confusa e inorganizada os fundamentos sócio-econômicos e raciais de seu descontentamento, eram abandonados à própria sorte.

É o "segundo tempo" ou "segundo momento" de movimentos como a Cabanada, a Balaiada, a Cabanagem e outros menos estudados, em que as massas populares e seus líderes são renegados pelos iniciadores

da "revolução" que, agora, se apressam em dissociar-se dos "bandidos", "criminosos", "desordeiros", reclamando contra eles medidas repressivas violentas.

Um simples exame da documentação oficial publicada, assim como dos autores mais ou menos contemporâneos (já aproveitados em alguns trabalhos recentes), além de desmentir certas correntes historiográficas, que insistem no mito do "pacifismo" do Império, revela o intenso conteúdo social destes movimentos.

Por outro lado, fica também evidenciada a grande dificuldade com que o Estado Monárquico reprimiu essas manifestações revolucionárias, ao mesmo tempo que aparelhava a organização político-administrativa para debelar tentativas futuras.

Ante o fracasso das medidas de descentralização do período Regencial no que se refere à organização militar, policial, judiciária e política, foram feitas sucessivas reformas que resultaram em um compromisso entre as necessidades do mandonismo local e a política centralizadora. Desta forma, enquanto o grande proprietário, como coronel da Guarda Nacional, detinha a autoridade policial e política do município, onde ainda resolvia certos problemas sócio-econômicos individuais de sua clientela, o poder central (composto por seus representantes letrados aos quais garantia as bases eleitorais) dava as diretrizes gerais por meio das autoridades por ele nomeadas.

Apesar da insatisfação e das críticas de "coronéis" das províncias e dos políticos da corte, pode-se dizer que o sistema funcionou a contento no que se refere à manutenção das estruturas básicas que privilegiavam os grupos dominantes cujo poderio, atingindo o apogeu durante a República Velha só a partir de então sofreu alguma contestação mais efetiva.

Resumindo, a presente comunicação pretende demonstrar a existência objetiva de conflitos sociais e raciais durante o Império, que se manifestaram através de revoluções ou de movimentos de menor expressão que exigiram a adaptação do aparelho estatal, em seus diversos níveis, no sentido de manter intactos os mecanismos de exploração e dominação da grande massa do povo brasileiro por uma pequena camada privilegiada.

C.

PESQUISAS EM ANDAMENTO.

TEREZINHA NAKÊD ZARATIN

*do Depto. de Linguística
e Línguas Orientais da
FFLCH, da USP.*

O teatro de prosa chinês foi importado do ocidente no início deste século; os autores chineses contemporâneos inspiraram-se nos modelos ocidentais para criar suas comédias e tragédias, procurando adaptar, ao gosto e à mentalidade chinesa, esquemas e regras dramáticas próprias de uma civilização estrangeira. O teatro musical chinês, por outro lado, tem uma longa existência na História da China e os chineses, por muitos séculos, conheceram apenas um gênero de espetáculo teatral, onde estão integradas a música, a recitação e a dança.

Um estudo sobre o teatro chinês, do período mencionado, deve abordar primeiramente a maneira pela qual essa tentativa de implantação de uma forma de espetáculo estranho à tradição chinesa se transformou num dos muitos conflitos provocados, nas formas de expressão literária na cultura chinesa, pelo Movimento da Revolução Literária (1916-1922). O período que vai do início da República Liberal (1912) até a fundação da República Popular é, para a História da China, o momento da busca de valores, de formas de pensamento e ação revolucionárias, de formas de organização em todos os setores da atividade humana. Também o teatro é atingido pelas críticas e tentativas de inovação e modernização. Essas críticas, a princípio feitas pelos promotores da Revolução Literária ao teatro musical — que continuou, porém, a gozar da preferência do público por muitos anos ainda — após 1950 recrudescem, dessa vez não partindo de jovens intelectuais, mas sim da parte dos responsáveis pela política cultural do governo.

Surge, então, um outro tipo de espetáculo, não mais no estilo do teatro musical tradicional, nem tão pouco nos moldes do teatro de prosa do tipo ocidental. Essa nova modalidade de espetáculo, mais apta para representar a realidade socialista, tem seu protótipo remoto na peça *Pai-mau niu* (*A moça dos cabelos brancos*) representada pela primeira vez em Yenan em 1944.

Semelhante aos balês patrióticos russos, o novo gênero de teatro musical chinês baseia-se em acrobacias com acompanhamento de música e de canto e se diferencia do teatro chinês tradicional, seja pela escolha dos temas, inspirados em acontecimentos contemporâneos, seja na maior simplicidade dos costumes e do vestuário onde aparecem macacões de operários, roupas de camponeses, uniformes de soldados etc.

Após um primeiro estudo do período que vai do início da revolução literária (1916) e da adoção da língua popular na literatura chinesa até a retomada das críticas ao tradicional teatro musical, por parte dos responsáveis pela política cultural do governo (1950) nota-se no teatro chinês a constante busca de uma forma conciliatória, dentre o redemoinho de acontecimentos e influências que assolam a vida chinesa.

VIEIRA E OS ÍNDIOS - SEU APOSTOLADO NA AMAZÔNIA
O APOSTOLADO DE VIEIRA NA AMAZÔNIA, FOI UM BEM OU UM MAL
PARA A REGIÃO?

OPHIR MARTINS DUARTE
(Da Universidade Federal Fluminense)

R E S U M O

- I. Introdução
Explicação do trabalho
- II. Caracterização da região
 - a) quanto ao aspecto geográfico
 - b) quanto à economia
- III. O apostolado de Vieira Na Amazônia
 - a) seu ingresso na Companhia de Jesus
 - b) sua vocação missionária
 - c) sua chegada ao Maranhão
 - d) suas lutas em prol dos indígenas
 - 1. na Côrte
 - 2. na Amazônia
 - e) seus desenganos
- IV. Conclusão
- V. Referências Bibliográficas
 - 1. AZEVEDO, J. Lucio - *História de Antonio Vieira* - Lisboa 1931 - Liv. Clássica Editora - 2 vls.
 - 2. LEITE, S.J., Serafim - *História da Companhia de Jesus* - 1938 - Lisboa - Rio - Portugalia - Civilização Brasileira.
 - 3. LERY, Jean de - *Viagem à Terra do Brasil* - 1941 - 2a.Ed. São Paulo - Livraria Martins.
 - 4. MARTINS, Wilson - *História da Inteleigência no Brasil* - 1977 - São Paulo - Editora Cultrix Ltda.
 - 5. PRADO JUNIOR, Caio - *Formação do Brasil Contemporâneo* - 1977 - 15a. Ed. - São Paulo - Editora Brasiliense.
 - 6. RODRIGUES, José Honório - *História da História do Brasil* 1979 - São Paulo - Cia. Editora Nacional - MEC.

SISTEMA COLONIAL E PRODUÇÃO AÇUCAREIRA: UM ENGENHO DO SÉCULO XVII
(SERGIPE DO CONDE - BAHIA).

VERA LÚCIA AMARAL FERLINI

ORIENTADOR: JOSÉ JOBSON DE A. ARRUDA
da Universidade de São Paulo.

Uma questão controvertida na moderna historiografia é a da especificidade da constituição das economias coloniais. A discussão acerca da categorização das relações sócio-econômicas engendradas, mormente na América, a partir da expansão marítimo-comercial, tem levado muitos pesquisadores a classificar modos de produção particulares, com dinâmica própria ou articulados ao capitalismo.

A aproximação ao problema do modo de produção na época da acumulação primitiva de capitais exige, no âmbito da economia colo-nial, um estudo detalhado das relações de produção, do envestimen-to, da rentabilidade, da apropriação do excedente e da própria substância do valor que permite o intercâmbio Colônia-Metrópole, na tentativa de buscar, tanto a especificidade colonial, como o seu caráter histórico-global.

Tal natureza da formação colonial tem sido debatida, de forma polêmica, nos últimos quarenta anos e, recentemente, a questão assumiu sentido mais específico: o de caracterizar o setor agrário brasileiro e propor estratégias de desenvolvimento. Nesse sentido o debate situa-se no centro dos problemas políticos da América Latina.

A presente pesquisa busca elucidar alguns pontos da economia colonial, tomando por campo de pesquisa a documentação do Engenho de Sergipe do Conde (Bahia, século XVII). Incidimos nossas preocupações, inicialmente, na relação entre os senhores de engenho e os lavradores de cana. Isto porque, a economia do Brasil Colonial, durante os séculos XVI e XVII, teve como polo principal a cana-de-açúcar. A produção canavieira implicou na constituição de articulações econômicas e sociais que marcaram profundamente nossa his-tória. A produção de açúcar realizava-se através de dois setores estruturalmente articulados. O setor produtivo constituía-se dos canaviais que podiam ser terras do engenho ou de particulares. No primeiro caso, as terras do engenho podiam ser cultivadas às ex-pensas de seu proprietário ou arrendadas a lavradores, homens do-

tados de capitais suficientes para organizarem a lavoura. Tanto no caso das terras arrendadas a lavradores, quanto no caso dos lavradores proprietários, poderia ocorrer a vinculação da produção à moagem em um engenho, o que vinha constituir a "cana obrigada", também, a produção no esquema de "cana-livre" fazia parte do conjunto.

A documentação básica — os Livros de Conta do Sergipe do Conde e as escrituras de vendas de terras do Engenho — tem sido utilizadas para tentarmos refletir sobre as relações fundiárias na Colônia e sobre a transferência de renda do setor propriamente agrícola (os canaviais) para o setor de transformação.

Colocamos então em discussão três aspectos básicos da nossa pesquisa: o tratamento quantitativo dos Livros de Contas do Sergipe do Conde, utilizados para verificarmos a parte de açúcar retido pelo engenho e a parte correspondente aos lavradores; o movimento de arrendamento, os preços de venda de terras, vinculadas ou não à moagem; e, finalmente, a própria essência da renda fundiária, no âmbito colonial, na medida em que não consideramos a Colônia dentro de esquemas feudais ou pré-capitalistas, mas como uma estrutura sócio-econômica orgânica dialeticamente inserida na formação do capitalismo.

CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DEMOGRÁFICA E ECONÔMICA DE ALGUNS
CENTROS MINERATÓRIOS (1718-1804).

FRANCISCO VIDAL LUNA
*da Faculdade de Economia e Administração
da Universidade São Paulo.*

O trabalho tem por objetivo o estudo de algumas características da massa de cativos existente em Minas e de seus respectivos senhores. Além dos elementos particulares referentes a estes dois segmentos populacionais pretende-se analisar a estrutura de posse de escravos e o peso relativo dos elementos alforriados, enquanto proprietários de cativos.

Como fonte básica de dados, servimo-nos de diversos documentos fiscais e censitários, correspondentes a cinco diferentes localidades de Minas Gerais, no espaço cronológico entre 1718 a 1804.

IRACI DEL NERO DA COSTA
da Faculdade de Econo-
mia e Administração da
Universidade de S. Paulo

Na segunda parte de nossa pesquisa "Vila Rica: População", tra-
tamos pormenorizadamente os problemas relativos à estrutura popu-
lacional de Vila Rica (hoje Ouro Preto), como se apresentava ao
abrir-se a décima nona centúria. Para tanto, baseamo-nos em dados
censitários — concernentes a 1804 — levantados a nível de Resi-
dências (também entendidas, na literatura especializada, como fo-
gos ou domicílios). Visamos, no estudo ora em andamento, a efe-
tuar a mesma análise para alguns outros núcleos mineratórios com
vistas a estabelecer as similitudes e dissemelhanças entre os mes-
mos, na tentativa de compor o quadro genérico da estrutura popula-
cional vigente na área exploratória em fins do século XVIII e iní-
cios do século passado.

Interessa-nos, sobretudo, captar as peculiaridades dos nú-
cleos urbanos estabelecidos em função da lide mineratória, os
quais revelaram particularidades até então inexistentes na socie-
dade colonial brasileira.

PREÇOS DE ESCRAVOS: PROBLEMAS METODOLÓGICOS E HIPÓTESES DE TRABALHO

ALICE PIFFER CANABRAVA

*do Departamento de Economia
da Universidade de São Paulo*

A partir da experiência vivida na exploração de um acervo documental em Campinas, S.P., pertencente aos arquivos cartoriais, e relativos ao século passado, a comunicação visa mostrar as dificuldades de ordem metodológica no trato dos dados empíricos e adiantar algumas hipóteses sobre o comportamento dos preços, no período 1840/88, com base nos primeiros resultados obtidos.

LUCINDA COUTINHO DE MELLO COELHO
Prof.^a Adjunta da UFRJ - IFCS

Ao desenvolver o estudo da mão de obra escrava africana no Brasil, tivemos nossa atenção voltada para um dos elementos de aquisição de escravos: o tabaco.

De posse dos primeiros dados que nos forneceram embasamento necessário, desenvolvemos dedicada investigação junto aos arquivos e bibliotecas, conseguindo levantar, catalogar e analisar numerosas fontes de real importância.

A pesquisa está em fase final, pretendendo entregar para publicação, ainda este ano.

MYRIAM ELLIS
da Universidade
de S. Paulo

A bibliografia histórica brasileira carece de estudos monográficos sobre temas que venham a proporcionar aos historiadores, no futuro, possibilidades de elaboração de uma síntese mais segura. Faltam-nos, por exemplo, estudos de História administrativa, de História fiscal ou tributária, de História financeira, de História da moeda, do trabalho, do custo da produção, do consumo, do comércio, dos monopólios de Estado, dos negócios, da formação de capitais, dos negociantes — História empresarial. Convém lembrar, a propósito, que o capitalismo internacional esteve presente na formação brasileira, desde o início.

No estrangeiro, enquanto os comerciantes já conquistaram seu lugar no campo da História, do lado de cá do Atlântico ainda aguardam pesquisadores os comerciantes luso-brasileiros das praças litorâneas do Brasil, das áreas de mineração e vizinhanças, a maior parte dos quais representantes dos da Metrópole, seus agentes, emissários, empregados e até testas de ferro, para os negócios da Colônia, dos quais se destaca a arrematação de contratos — dos Dízimos, dos Caminhos, das Entradas às Minas, da Aguardente do Reino, do Sabão, do Sal, da Dízima da Alfândega do Rio de Janeiro, do Tabaco, do Diamante, e muitos outros mais.

Graças ao ouro do Brasil e ao alento que a mineração conferiu ao comércio entre a Metrópole e a Colônia, muita gente enriqueceu lá e aqui. Inúmeras fortunas se formaram à custa das minas e do abastecimento das vilas do ouro, à sombra protetora do monopólio. Muitos comerciantes chegaram a passar, de modestos mercadores de simples venda a varejo, a negociantes de grosso trato, o que significava, no período pombalino, aquele que tinha conhecimento das boas regras mercantis e da escrituração em partidas dobradas.

Foram recolhidas de arquivos portugueses e brasileiros as fontes manuscritas em que se apoiam estas notas iniciais, que nada mais são do que sugestões de trabalho e pontos de partida para o estudo da presença, na História do Brasil, de antigos comerciantes integrados ao comércio colonial.

Fontes de primeira ordem e dignas de especial destaque para a História do monopólio português e da Fazenda Real no Brasil são

os Contratos de arrendamento de privilégios de comércio e de cobrança de rendimentos fiscais. Firmados no Conselho Ultramarino, após arrematação pública pelos próprios interessados, seus procuradores ou prepostos, oferecem aos estudiosos, a par com a documentação afim, cuja existência logram demonstrar, possibilidades de trabalho sobre a ainda ignorada História da Fazenda Real no Brasil, como também podem conduzir a um melhor conhecimento do nosso passado, no que tange à História empresarial, importante capítulo da formação brasileira.

A saudosa historiadora portuguesa, Virginia Rau, em seu livro *Estudos de História Econômica* (Lisboa 1961, Editora Ática) deixou escrito; *O estudo da sociedade luso-brasileira do século XVIII ficará incompleto se nele não inserirmos a contextura da vida profissional e particular dos "mercadores de grosso trato" que no Brasil e em Portugal, arrematavam contratos, emprestavam dinheiro a juros, negociavam em sal, em diamantes e toda a sorte de mercadorias, participavam e interferiam na vida econômico-social de Portugal e seus domínios.*

As hipóteses de trabalho, as sugestões para pesquisas e as indicações de fontes aqui apresentadas visam a demonstrar alguns aspectos ainda não totalmente desvendados da nossa História do período colonial, da qual extensas áreas permanecem por desbravar.

Do monopólio português no Brasil, propriamente dito, com suas inúmeras implicações, emerge a figura ainda mal conhecida do comerciante — do mais modesto mercador, o ambulante, o de loja, vara e covado, ao negociante de grosso trato, o empresário do período colonial — que cresceu à sombra do monopólio do Estado e progrediu graças ao ouro do Brasil.

Qual teria sido a sua contribuição à economia luso-brasileira? ao giro do comércio? aos diferentes níveis de capitalização? aos investimentos na Colônia? ao seu progresso material e social? quanto aos comerciantes que aqui viveram, em que condições teriam vivido? E qual teria sido a sua posição, qual o seu comportamento, a sua atuação no evoluir do processo da nossa emancipação política?

MARIA BÁRBARA LEVY
Doutora em História, Pesquisadora Sênior do IBMEC-Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

MERCEDES CURVELLO DE OLIVEIRA
Becharel em História, Assistente de Pesquisa do IBMEC - Inst. Brasil. de Mercado de Cap.

O trabalho analisa as relações de financiamento, abrangendo as inter-relações entre as transações financeiras e o processo produtivo.

Os mecanismos embrionários de financiamento são analisados considerando-se a colonização não apenas como simples desdobramento da expansão comercial européia, mas principalmente como uma das formas de acumulação primitiva de capitais anterior e necessária à acumulação capitalista.

Conceituando-se o capital usurário como diferente e anterior ao capital financeiro, focaliza-se aquele como um dos agentes dessa acumulação primitiva. Sua contemporaneidade e articulações com o capital comercial é constatada através do modelo idêntico de acumulação de ambos — dominando a circulação e desligados da produção, reproduzem-se enquanto mercadoria negociada. É através da diferença entre o preço do dinheiro no momento do empréstimo e o lucro realizado no momento do reembolso, representado pela taxa de juros, que o capital usurário é acumulado. Em contraposição, o capital financeiro constitui uma parcela do capital global que sob a forma de capital-dinheiro assegura o financiamento do processo de reprodução capitalista, quando as disponibilidades monetárias deixam de ser vendidas como mercadorias, escapando às determinações da equivalência, para vincularem-se à produção social. Revela-se a contemporaneidade do capital financeiro com o industrial numa etapa em que a circulação dominada pela produção e a ela integrada constitui uma de suas fases.

Conceituados capital comercial e usurários como formas do capital mercantil e caracterizadas suas funções no contexto econômico da época, analisa-se através da caracterização de ativos e agentes financeiros a acumulação do capital usurário nos espaços coloniais.

Constata-se a incapacidade de Portugal em canalizar para investimentos diretos na produção os lucros provenientes da exploração colonial. A reexportação dos excedentes, dirigindo-se primei-

ramente à Holanda e posteriormente à Inglaterra fica sugerida.

Focalizam-se os principais pressupostos do mercantilismo, prática econômica dessa fase de acumulação primitiva, abordando-se a nível jurídico-político o papel do Estado Absolutista como gestor da oferta de moeda e da concentração da posse da riqueza.

Nas relações de financiamento da produção açucareira, analisa-se como a burguesia mercantil através de seus agentes intermediários controla a produção, promovendo um fluxo constante de renda para circulação que entrava as possibilidades de uma acumulação interna. Na exportação do açúcar, no fornecimento da mão-de-obra escrava, no equipamento e abastecimento dos engenhos, no custeio das safras e nos fretes evidenciam-se as diferentes formas de subordinação dos produtores ao capital comercial e usurário. A caracterização dos agentes leva ao estudo de instituições abrangendo as companhias de comércio, com especial atenção às de capital de origem flamenga.

Constata-se, nos momentos de queda dos preços, como o capital usurário reage, permanecendo com a mesma lucratividade anterior, tendo como instrumento a elevação da taxa de juros.

As determinações no sentido de elevar o preço monetário das moedas coloniais são analisadas como recurso para sustar a evasão dos valores monetários e debelar os déficits comerciais. Aborda-se como o Estado Português ao criar uma moeda "provincial" de menor valor e circulação interna aciona através da gestão da moeda outro mecanismo de transferência de renda.

Nas relações de endividamento interno, evidencia-se a atrofia e arcaísmo das fontes de recursos constituídas essencialmente por mercadores e confrarias religiosas através de contas correntes.

No período de exploração das minas, analisa-se essencialmente as alterações de financiamento com uma cadeia de agentes externos e os processos particulares de endividamento interno.

Analisa-se a instalação de uma pesada estrutura fiscal-administrativa militar que se ergue sobre a atividade mineradora e a colônia em geral, abordando-se como as Casas de Fundição ao se configurarem como uma apropriação em benefício do aparelho de Estado aprofundam a ruptura entre este último e determinados setores da burguesia metropolitana.

Conclui-se mostrando como a penetração dos novos pressupostos liberais, ao final do século XVIII, propõe determinadas alterações nas formas de financiamento, embora não conduza de imediato a uma acumulação de capital financeiro voltada para a reprodução do sistema.

A BARREIRA DE CUBATÃO COMO INDICADOR DA CONJUNTURA ECONÔMICA
DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1835 - 1877)

FRANCISCO ALVES DA SILVA
*Orientador: José Jobson
de Andrade Arruda.*

O estudo das Barreiras paulistas nos foi sugerido pelo professor José Jobson de Andrade Arruda, num trabalho recentemente publicado pelos Anais do Museu Paulista. Com efeito, é possível detectar a conjuntura econômica da Província de São Paulo, através das Barreiras, sendo essa a finalidade da nossa pesquisa.

Utilizando os documentos da Barreira de Cubatão, fizemos um levantamento exaustivo de todos os produtos, especialmente da queles que se constituíam na base da economia de São Paulo, no período de 1835 a 1877. De imediato nos foi possível elaborar algumas tabelas e confeccionar vários gráficos dos chamados produtos de exportação (açúcar, café, couros), bem como das "miungas" (produtos alimentícios) e concluir que no cômputo das exportações paulistas, estes últimos, contribuíram de forma decisiva para a dinâmica comercial da Província.

Naturalmente, além de permitir a quantificação do fluxo comercial e fornecer uma aproximação ao montante da produção, a documentação da Barreira permite avançar ainda mais, pois comporta a análise dos preços dos produtos por ela transacionados, bem como dos salários pagos aos funcionários da Barreira e alguns trabalhadores especializados na conservação e construção dos caminhos.

Neste passo do trabalho, nossa pesquisa se concentra no levantamento dos preços e salários, sem os quais, afinal de contas, acreditamos ser impossível realizar uma análise global da conjuntura econômica da Província de São Paulo.

Vários problemas surgiram para o desenvolvimento deste estudo, particularmente, no campo da bibliografia, extremamente escassa a propósito deste tema. Sobre a economia da Província neste período, utilizamos alguns trabalhos genéricos sobre a His

tória de São Paulo, e, especialmente, o texto da professora Maria Tereza Schorer Petrone (A Lavoura Canavieira em São Paulo, São Paulo, Difel, 1968). Compulsamos, concomitantemente, o vastíssimo material relativo aos relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo. Mais recentemente, tivemos acesso às comunicações feitas por alunos do Curso de Graduação sob orientação da Profa. Célia Regina Ferreira dos Santos (ANPUH, 1975, Araraquara), nos quais foram utilizados alguns registros como indicadores para o comércio de café na época do Império.

Enfim, a orientação metodológica se fundamenta na bibliografia de História Econômica Quantitativa, vista duma perspectiva crítica, encontrada nos trabalhos do nosso orientador, Professor José Jobson de Andrade Arruda e no livro de Katia Queiros Mattoso (Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX, Hucitec, São Paulo, 1978).

HERNANI MAIA COSTA

ORIENTADOR: JOSÉ JOBSON DE A. ARRUDA
da Universidade de São Paulo.

A presente comunicação destaca os primeiros passos de uma pesquisa, desenvolvida na Área de História Econômica, sob a orientação do Prof. José Jobson de Andrade Arruda. Centrada em uma farta documentação manuscrita (Livros das Barreiras) e impressa (Anais da Assembléia Provincial, Relatórios Presidenciais e Coletâneas de Leis Provinciais), já nos permite o adiantamento de algumas conclusões.

As barreiras paulistas, estabelecidas pela Lei nº 11, de 24 de março de 1835, tinham por objetivo prover o governo provincial de uma receita para aplicação especial no sistema viário, vital para o crescimento econômico de São Paulo, a época referida.

Através das Barreiras, seriam cobradas taxas pelo uso de estradas, revertidas, na formação de um fundo especial, em benefício das mesmas. Nessa medida, assemelham-se ao *pedaticum* romano, que tributava os povos dominados em benefício da preservação das estradas do Império. Como uma das categorias de taxas itinerárias, lembra em muito as *peagens* feudais, como um dos privilégios senhoriais na Idade Média. Na formação do Estado Moderno, nos quadros do desenvolvimento mercantil, foram os tributos de passagem um importante elemento na formação das economias nacionais, indispensáveis à constituição do Estado Moderno Nacional.

Na província de São Paulo as Barreiras permitindo a construção e a conservação de estradas, correspondem às necessidades da agricultura e do comércio, já estrangulados pela conjuntura de baixa dos anos 30.

O sistema de barreiras, permitiu a manutenção de uma rede de estradas e de carros de tropas em toda Província, onde se faziam necessários os bons caminhos, ligando áreas produtoras aos portos de embarque. Em um primeiro momento (1835/50) elas foram mais numerosas nos caminhos para o Rio de Janeiro, ou seja, Vale do Paraíba e litoral. Num segundo momento (1850/70) é perceptível o

equilíbrio entre o Vale e o Oeste Paulista, para finalmente perderem a importância, quer seja pela decadência do Vale do Paraíba , quer seja pelo aparecimento das ferrovias, não sem antes, terem cumprido o seu papel histórico nos quadros do crescimento econômico de São Paulo.

LORAINÉ SLOMP GIRON
da Universidade de
Caxias do Sul.

O imigrante italiano constitui-se num elemento na sociedade do Rio Grande do Sul. A chegada deste contingente com a função específica de suprir a carência de mão-de-obra na Província, no último quartel do século XIX, provocou reações entre os habitantes locais, bem como uma modificação nas relações de produção. Os imigrantes não constituíam um grupo homogêneo, existindo entre eles facções distintas, que provocaram, entre eles, movimentos antagônicos. As relações sociais entre os imigrantes, as reações provocadas com sua chegada, as relações entre imigrantes e "brasileiros" constituem o tema desta pesquisa, não só na época da colonização como a permanência dos antagonismos através de um século de fixação (1875-1979).

Procurou-se explicar as relações sociais através das relações de produção, esta explicação demonstrou-se válida em muitos aspectos, também explicando o racismo e o antagonismo entre os imigrantes.

Os objetivos do trabalho foram: buscar causas dos antagonismos entre os imigrantes, determinar o tipo de reação que sua chegada provocou entre os habitantes da Província e estabelecer a existência de preconceitos na atualidade.

Foram levantadas as seguintes hipóteses:

- os antagonismos verificados entre os imigrantes, no período inicial da colonização, são decorrentes de problemas políticos trazidos da Itália;
- o surgimento de uma classe de proprietários dos meios de produção acelerou estes conflitos iniciais;
- a discriminação racial contra os pretos tende a diminuir no decorrer do tempo; assim, as faixas etárias mais jovens terão menos preconceitos do que as mais velhas;
- a discriminação racial é maior na zona rural do que na urbana;
- o preconceito está ligado à cor e também às relações de produção, apesar dos negros não estarem incluídos nas mesmas.

As hipóteses foram confirmadas, com exceção daquela que afirma que a discriminação tende a diminuir com o tempo, pois longe de diminuir se mantém igual entre as faixas etárias mais jovens e as mais velhas.

O método utilizado no estudo do período inicial foi o Histórico tradicional, sendo analisados milhares de documentos, existentes no Arquivo Histórico do Museu Municipal de Caxias do Sul. Para o período intermediário (1910-1950) foram utilizados os periódicos locais, que corresponde ao período da industrialização. As relações sociais atuais foram pesquisadas através da aplicação de questionários, que procuram medir estereótipos e comportamentos entre: descendentes de imigrantes italianos, alemães, negros e "brasileiros" — denominação local dada aos descendentes de portugueses. Constatou-se que:

- Houve por parte dos brasileiros uma evidente discriminação contra os imigrantes italianos, tanto por parte das elites intelectuais como pelas camadas mais pobres da população;
- o preconceito racial está ligado à cor, também sendo decorrente das relações de produção;
- o preconceito não tende a diminuir com o passar do tempo;
- o preconceito é maior na zona rural do que na urbana;
- na zona rural há um preconceito contra os alemães, o que não ocorre na zona urbana.

FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA
da Universidade Federal Fluminense
e Pesquisador do Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola.

O trabalho que ora apresentamos — *A Agricultura e o Reformismo Liberal no Século XIX* — faz parte de um projeto bem maior, executado ao longo do ano de 1978, no Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, EIAP-FGV. Este projeto, denominado *Agricultura Brasileira e seus esquemas explicativos: Análise Histórico-gráfica*, elaborado pelo Departamento de História da Agricultura, propunha-se a "explicar como se explicou" a agricultura brasileira ao longo da sua produção historiográfica.

Coube-nos analisar a produção teórica de escritores, políticos, jornalistas que denominamos agentes do oficialismo, elementos que por sua posição chegaram a representar o ponto de vista de amplos setores dominantes, mesmo que momentaneamente estivessem excluídos do poder político, mas que, ainda assim, dominavam outras estâncias de poder, como os jornais e editoras, as faculdades, grupos na Câmara etc..., podendo desta forma educar a opinião pública. Estes eram os publicistas, popularizadores e ideólogos que, como dirá Eric Hobsbawm, serão encontrados onde quer que haja uma elite atraída pela modernização.

Nesta comunicação fixaremos nossa atenção em um desses "intelectuais": Ruy Barbosa. Talvez possa parecer um tema envelhecido, "esquecido" na História, mesmo (e ainda por isso) que o indivíduo seja Ruy Barbosa. Justifiquemo-nos.

Em primeiro lugar, quando se trabalha com um indivíduo, colocam-se problemas teóricos: como tratá-lo historicamente. Quanto a Ruy, permitia-se, até agora, que sua obra fosse um tema capturado pela biografia com certo sabor hagiográfico. Ao contrário, pretendemos vê-la no bojo do movimento reformista liberal. Não negamos, entretanto, seu caráter de homem de cultura, e mesmo afirmamos seu caráter como intelectual, como ideólogo — que marca e educa, de forma definitiva, grandes parcelas da pequena burguesia urbana que nele se auto reconhece — é o mito, politicamente eficaz.

Em segundo lugar, aqueles que trataram o tema buscando o ambiente social, muitas vezes cometeram equívocos como é o caso de brilhante trabalho de San Thiago Dantas. Ao identificar Ruy com a luta da burguesia em ascensão contra a ordem feudal decadente, em pobrece uma análise que poderia ser extremamente rica se não estivesse subjacente o dualismo, que ao tempo de Dantas era um quadro teórico pretensamente revolucionário.

Em terceiro lugar, nos propusemos caracterizar o período em que Ruy desempenha o papel de intelectual da Ditadura Republicana (como ele mesmo diz), tendo em vista seus projetos quanto à transição do trabalho escravo ao livre, sua decisão de abandonar a velha lavoura do Rio de Janeiro e sua aliança com os paulistas, e ainda os projetos de bancos hipotecários e o registro geral de terras com a proposta de aplicar ao Brasil a legislação Torrens, em vigor na Austrália.

Por fim, seu choque permanente com o positivismo, a defesa do spencerianismo e a incorporação da sociologia dos "Fathers" da classe média norte-americana ao discurso político brasileiro.

ERNESTA ZAMBONI

do Departamento de História - USP

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Thereza Schorer Petrone

Com o objetivo de estudar a formação e organização da propriedade agrária, na área de Ribeirão Preto, durante o século XIX, fizemos um levantamento, em cartórios, no Arquivo do Estado de São Paulo, de documentos que nos permitiram estudar a dinâmica que regeu a organização da malha fundiária.

Nesta região, antes de tornar-se "frente pioneira do café", existiu a grande propriedade sem atividade econômica digna de nota, tendo sido formada pela doação de terras em sesmarias e ou pelo apossamento de terras devolutas e inaproveitadas. A propriedade foi assim parcialmente formada, com lavouras de subsistência e e pecuária extensiva.

Na segunda metade do século XIX, as fazendas sofreram processos de fracionamentos ocasionados, inicialmente, pela partilha de herança e, posteriormente, pela venda de terras, dando origem a inúmeras propriedades territoriais.

A penetração da frente pioneira do café, ocasionou a aglutinação de inúmeras pequenas parcelas de terra, formando um novo tipo de grande propriedade, onde a terra passou a ser intensamente aproveitada com lavouras de café, dentro de um espírito empresarial capitalista.

O quadro da modernização brasileira na 2a. metade do século XIX sugere, ao lado da formulação de esquemas explicativos, a necessidade de pesquisas empíricas que permitam a apreensão do processo, enquanto ele ocorre, e caracterização de sua especificidade. Na busca do caráter específico que a modernização assume, a realização de análises a nível regional ou em escala mais restrita é de real importância, considerando-se as lacunas de que padece a historiografia, em especial, na área econômica.

A nossa comunicação prende-se a uma avaliação da conjuntura paraibana no período que sucede à euforia provocada pela boa colocação do algodão no mercado internacional. A década de 1880 é bem um reflexo das condições geradas pelo desenvolvimento da cultura algodoeira — pressente-se um processo de concentração de capital, efetivado essencialmente, através do monopólio na esfera da circulação; percebe-se uma movimentação social mais intensa, no que parece interferir, além dos problemas da monarquia, em desintegração, os específicos de uma formação social mais dinâmica que assegura a preservação de pequenos produtores, meeiros, mas lhes retira qualquer possibilidade de ascensão social, ou até mesmo, de subsistência, a exemplo da mortalidade causada pela fome, peste etc.; percebe-se ainda um interesse maior de Estado em intervir no sentido da modernização, através de uma política econômica de tendência reformista.

O assunto já mereceu estudos de diversos autores que buscam esclarecer sobre a desarticulação de pequenos grupos "capitalistas", mas consideramos ser necessário retomar o estudo do tema para um aprofundamento no sentido da visualização dos mecanismos e formas de atuação, a nível concreto.

Pretendemos, ainda, para efeito de comparação, abordar problemas relativos à situação da cultura canavieira no período. Buscaremos avaliar até que ponto se relaciona a expansão algodoeira com a crise açucareira, aspecto constantemente referido em nossa historiografia. Há, segundo os dados estatísticos, uma queda da pro-

dução canavieira que coincide com o ascenso do algodão, interessantes, porém, examinar os elementos comuns ou não que influíram no processo. Como exemplo da queda da exportação paraibana de açúcar podemos mencionar que no biênio 1864/65 o índice de saída paraibana alcança percentagem de 11,53% da exportação nordestina e que esse coeficiente não atinge daí em diante proporção maior, situando-se até 1887/88, em uma média de 1,15%, devendo-se chamar a atenção de que no biênio 1898/99 atingiu a 3,36%.

Buscaremos, enfim, além de divulgar documentos relevantes para a pesquisa histórica paraibana, levantar sugestões sobre temas que carecem de estudos mais apurados, pois a sua omissão reflete, necessariamente, sobre a possibilidade de compreensão mais real do nosso processo de formação histórica. Para tanto, utilizaremos na nossa pesquisa, relatórios de Presidentes de Província e, especialmente, o relatório do Engenheiro de Minas Dr. Francisco Soares da Silva Retumba.

SONIA BAYÃO RODRIGUES VIANA
(Do Depto. de História da
Universidade de São Paulo)
Orientador: José Jobson de
Andrade Arruda

Nosso tema de estudo refere-se ao Engenho Central de Quissaman, o primeiro do Brasil, fundado em 12/setembro/1877, no município de Macaé, província do Rio de Janeiro. Sua fundação liga-se as tentativas feitas para melhorar as condições de concorrência de nosso açúcar no mercado exterior, na 2a. metade do século XIX.

A certeza da existência de um importante núcleo documental em fontes primárias, praticamente desconhecido e, portanto, ainda não utilizado, foi um dos fatores determinantes de nossa escolha por garantir a originalidade de nossa pesquisa a nível de documentação.

A empresa em questão ainda existe, tendo completado seu centenário, em 1977, pertencendo aos descendentes de seus fundadores.

Nosso estudo se baseará, sobretudo, nos Relatórios anuais apresentados pela Diretoria do engenho às assembléias gerais de seus acionistas no período de 1877 a 1904. Estes Relatórios contêm, cada qual, uma rápida análise do ano financeiro da empresa e são acompanhados de uma grande variedade de anexos, tais como: balanço geral, demonstração da conta de lucros e perdas, conta da receita e despesa, lista dos fornecedores de canas (com os volumes de matéria-prima fornecidos e preços pagos pela Cia.), tabela do pessoal (funções e salários), quadro demonstrativo das safras, etc.

Além destes, são fundamentais: os Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Coleção de Leis do Império do Brasil, Anais da Assembléia Legislativa provincial do Rio de Janeiro, Anais do Parlamento Brasileiro (Câmara dos Deputados), Anais do Senado do Império do Brasil, Relatórios dos Engenheiros Fiscais dos Engenhos Centrais, Estatutos da Sociedade Engenho Central de Quissaman, Contrato com a Cia. Anônima Fives-Lille, para a construção do engenho, Atas das assembléias dos acionistas da Cia.

Entre os periódicos levantamos: "O Observador Econômico e Financeiro", "O Auxiliador da Indústria Nacional", "O Jornal do

Comércio", "O Monitor Campista", "O Jornal do Agricultor", "O Brasil Açucareiro", "Revista Agrícola", "Revista de Engenharia", "Anais da Biblioteca Nacional", etc.

Um grande número de estudos acerca dos problemas da indústria açucareira e da necessidade de criação dos engenhos centrais surgiram na época e estão sendo examinados como fonte auxiliar.

Nosso objetivo é elaborar a história do Engenho Central de Quissaman, procurando avaliar sua real importância dentro da conjuntura econômica da época, conjuntura essa extremamente desfavorável, a longo prazo, ao açúcar brasileiro cujos preços baixos comprometiam os esforços feitos no sentido de recuperação da indústria açucareira, o que se refletiu nitidamente também em Quissaman.

Partiremos da aplicação da abordagem quantitativa a um fato histórico específico buscando desta maneira uma explicação qualitativa para a realidade que ele reflete.

Na análise das flutuações já constatadas - lucro líquido, preços da cana, preços do açúcar, salários, etc. - utilizaremos as variações anuais por ser o período abordado relativamente curto; a nosso ver, a adoção das médias decenais (próprias para períodos de tempo mais longos) seria inadequada pois como pudemos observar, com exceção dos salários, todas as demais variáveis oscilavam anualmente.

CORALY GARA CAETANO
de São Paulo.

É presente no quadro de nossas preocupações o estudo do processo de desenvolvimento do Capitalismo em nosso país e, em particular, o desenvolvimento da indústria.

Reconhecendo a complexidade do tema e considerando a inexistência de pesquisa empírica sobre o assunto, delimitamos nossa investigação a um de seus aspectos: que é precisamente averiguar quais eram as reivindicações concretas da "burguesia industrial", no período 1880-1920.

Encaminhada a pesquisa na análise do debate político, que tem como ponto de inflexão a polêmica entre a chamada indústria natural e a artificial, procuramos no desenvolvimento desta polêmica, acompanhar, através da forma como se explicitam as reivindicações, recuperar o processo de diversificação da produção. Nesta medida estamos investigando as reivindicações concretas do capital no setor fabril, tomando como pressuposto de que são as condições objetivas, ou melhor, a tentativa desta fração de classe de estabelecer as condições mínimas para a reprodução do capital, tais como controle da matéria prima, concorrência de mercado, controle sobre a importação de equipamentos e controle da força de trabalho, que permitem compreender a especificidade de seu desenvolvimento.

Privilegiamos, inicialmente, como fonte de pesquisa, os documentos parlamentares (Anais da Câmara, Senado, Mensagens Presidenciais), isto porque tentamos recuperar a nível do discurso político, como se apresentavam as reivindicações da "burguesia industrial", por exemplo: qual o seu posicionamento quanto ao protecionismo, tarifa cambial.

Partimos agora para a pesquisa em fontes, tais como (CIB, Revista da Indústria e Comércio) e jornais (O Estado de São Paulo, O País, Jornal do Comércio, ...) procurando recuperar a nível do concreto as suas reivindicações.

GIUSEPPINA SFERRA

O objeto de pesquisa é verificar se as manifestações do movimento operário brasileiro e mais especificamente o de São Paulo, são expressão da influência da ideologia anarquista trazida e imposta por elementos politizados do exterior ou constituem expressão da realidade vivida, isto é, se a consciência expressa na prática social é fruto da realidade concreta resultante da sujeição imposta pelo sistema industrial que levou à organização da classe.

A escolha do tema está vinculada ao interesse pelo assunto e às possibilidades da pesquisa. A definição pelo período 1906-1907 se justifica por ser um período que ocorrem greves representativas, e aí se identificar claramente as primeiras manifestações da presença anarquista nas greves, e por ser a composição da força de trabalho ainda predominantemente estrangeira.

O presente trabalho tem como pressuposto teórico a impossibilidade de se ver a atuação do movimento operário só como sendo a de um grupo anarquista, mas sim ver a atuação deste grupo político militante que tem uma atuação destacada que leva uma proposta reformista ou revolucionária, mas como sendo fruto da realidade concreta vivida. Assim tomou-se como problemática central, investigar a organização e desenvolvimento do movimento operário brasileiro a fim de verificar a participação operária no período enfocado.

Como fonte principal de pesquisa tomou-se a imprensa operária e a opção dos jornais "A Terra Livre" e "La Battaglia" por serem estes que noticiam e analisam o movimento operário, de aí identificar-se a atuação de grupos militantes sobre o proletariado, levantarem as condições de vida e trabalho que o operariado de São Paulo está inserido no período, como se dá a reprodução da compra e venda da força de trabalho, o processo de produção nessa fase de industrialização incipiente, as manifestações quanto ao tipo de luta, as reivindicações, sua atuação antes durante e após a greve. A tentativa é de aperceber-mos como compreendem a realidade, definição das estratégias de luta de

classe, para organizar o movimento operário pois há diferenças, as quais resultam das diferentes propostas organizatórias do movimento.

"A Terra Livre", jornal de concepção anarco-sindicalista, que propõe a ação direta e organizacional, via associações operárias, ligas, sindicatos, organizar a classe operária e através de greves parciais, ginástica revolucionária chegar à Revolução social e reformulação da sociedade.

"La Battaglia", de concepção anarquista e revolucionária, por via ação direta, através da educação política preparar a greve geral e expropriadora da burguesia, isto é, a Revolução social, chegar a uma nova sociedade sob bases igualitárias.

ENGENHOS CENTRAIS E USINAS NO NORTE FLUMINENSE 1875-1906: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

MARIA EMILIA PRADO MARCHIORI
da Universidade Federal Fluminense

Este trabalho tem como ponto de partida, o estudo do estabelecimento de Engenhos Centrais e Usinas a partir da segunda metade do século XIX, no norte fluminense.

Este estudo tem por objetivo fundamental, a discussão de algumas das colocações tradicionalmente aceitas sobre o tema Engenhos Centrais, tal como a de que teria sido a usina sucessora temporal do Engenho Central. E, principalmente as que colocam a experiência dos Engenhos Centrais como um momento em que ocorreria a dissociação da produção, para em seguida com a Usina ocorrer novamente o processo de concentração da produção. Por fim, vinculada à essa colocação de dissociação, as análises que veem nas três décadas que durou a experiência dos Engenhos Centrais como um momento de "democratização" da produção.

Por fim, podemos dizer que este estudo, tendo como pano de fundo o norte fluminense, pretende oferecer novos questionamentos, abrir novos caminhos de análise à experiência dos Engenhos Centrais. Em nenhum momento do estudo pretendemos oferecer explicações, muito menos explicações conclusivas mas sim, o nosso objetivo fundamental em todo decorrer do estudo é o de levantar questionamentos a partir da análise de alguns dados concretos.

SOBRE A EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO EM SÃO PAULO NA
PRIMEIRA REPÚBLICA

ANA MARIA C. I. DA COSTA
(Da Faculdade de Educação da USP)
Orientador: Heládio G.
Antunha

Consideramos algumas das características da expansão do ensino público primário paulista no período abarcado pela Primeira República. Contemplamos as variações observadas no número de escolas, classes, matrículas, frequência, corpo docente, promoções, conclusões de cursos e habitantes do Estado.

As evidências empíricas acima arroladas permitem-nos discutir a suficiência, eficiência e rendimento da rede escolar aludida. Analisamos os grupos escolares, típicos dos centros urbanos, e as escolas isoladas, peculiares da área rural.

O IMPACTO DA CRISE DE 29 NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA, NA ÁREA CAFEIRA
NO ESTADO DE SÃO PAULO.

THOMAZ DE AQUINO NOGUEIRA NETO
*da Faculdade de Economia e Ad-
ministração da Univ. São Paulo.*

Esta pesquisa se propõe a investigar as alterações sofridas pela estrutura fundiária nas regiões produtoras de café do Estado de São Paulo, que entraram em crise na década de 30.

Para tanto é preciso, antes de mais nada, identificar as regiões em que efetivamente houve crise, entendida como a desorganização da estrutura produtiva agrícola com objetivos estritamente comerciais. É lícito supor que mesmo sem a Grande Depressão, a crise cafeeira abater-se-ia em grandes áreas do Estado, pela simples superprodução. Por isso é necessário que se classifique as regiões segundo a atividade que veio a prevalecer durante a década, como a própria continuidade do café ou sua substituição por cana ou algodão, de grande destaque no período, ou a simples desarticulação da estrutura produtiva existente, passando a prevalecer a cultura de subsistência ou a própria transformação do campo em pastagens naturais.

Identificada uma dessas regiões proceder-se-á ao estudo das transações com terras visando, principalmente, avaliar o nível de concentração antes e depois do processo.

SÉRGIO ODILON NADALIN
do Dep. de História da
Universidade Federal
do Paraná.

1. PROBLEMÁTICA

A Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba existe, oficialmente, desde 1866, congregando famílias imigrantes alemãs e seus descendentes. Trata-se, portanto, de um grupo etno-cultural inserido numa comunidade maior, de origem luso-brasileira e em contato também com outros grupos étnicos imigrantes.

Algumas variáveis já estudadas demonstraram a endogamia do grupo durante pelo menos três quartas partes de sua história, caracterizando-se a década de 1940 como um marco divisório no processo de integração⁽¹⁾.

No que concerne à origem, as gerações que se associaram na referida paróquia protestante foram preponderantemente imigrantes de cultura germânica nos primeiros vinte e cinco anos de sua história, teuto-brasileiras nos cinquenta anos que se seguem, e brasileiras no período final. Contudo, o período intermediário, a partir da guerra de 1914-1918, foi influenciado quantitativamente por novas levas de imigrantes alemães, diferentes das gerações constituídas pelos pioneiros, apesar de pertencerem à mesma *Volksge-meinschaft*. Qualitativamente, as consequências da chegada de *ale-mães-novos* para a comunidade ainda estão para serem verificadas.

Um estudo recente do grupo mostrou uma diminuição da fecundidade para o período de observação de 1895 a 1919, em relação ao período anterior à 1895, quando o número médio de crianças por família era de seis filhos. Além disso, verificou-se que outros comportamentos mudaram, como por exemplo a proporção de concepções pré-nupciais⁽²⁾.

Consequentemente, configura-se o interesse da pesquisa, ou seja, o de verificar de que forma continuou a evolução demográfica da comunidade, até pelo menos 1939.

2. OBJETIVO

A pesquisa pretende obter dados que permitam caracterizar o comportamento demográfico do grupo entre 1920 e 1939, bem como verificar mudanças do mesmo comportamento entre 1866 e 1939, utilizando-se de dados obtidos anteriormente. Tal trabalho insere-se

no projeto de pesquisa que visa a estudar a dinâmica da população evangélica luterana de origem alemã em Curitiba (1866-1969), e no projeto que um grupo de professores do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná vem desenvolvendo, e que pretende reconstruir a história demográfica do Paraná.

3. METODOLOGIA

Os métodos a serem utilizados resumem-se no tratamento da documentação de base (registros paroquiais) a partir da metodologia desenvolvida por Michel Fleury e Louis Henry⁽³⁾.

Deste modo, será dada continuidade ao trabalho de reconstituição de famílias, já realizado para o período anterior à 1919, utilizando-se dos dados vitais referentes ao grupo, além de outros documentos pertencentes ao acervo do arquivo da comunidade. Será introduzido, finalmente, um corte transversal em 31 de dezembro de 1939, para finalizar a observação longitudinal das fichas de família.

O estudo será complementado pela análise dos intervalos entre o casamento e o primeiro nascimento e entre os nascimentos, e pelo estudo da dimensão da família e da descendência.

NOTAS:

- (1) NADALIN, Sergio Odilon. *A origem dos noivos nos registros de casamento da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba; 1870-1969*. Curitiba, UFPR. Curso de Pós-Graduação em História (Dissertação de Mestrado), 1974, p.74-84.

_____ *Une paroisse d'origine germanique au Brésil: la communauté évangélique luthérienne à Curitiba entre 1866 et 1969*. Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Tese de Doutorado), 1978, p.164-202.

- (2) Ibid., p. 303 e 339.

- (3) FLEURY, Michel & HENRY, Louis. *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*. Paris, I.N.E.D., 1976, 182 p.

HENRY, Louis. *Manuel de démographie historique*. Genève-Paris, Librairie Droz, 146 p.

_____ *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1977, 165 p.

EDMUNDO EPIFANIO DIAS

do Depto de História da USP

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Thereza Schorer Petrone

A proposta inicial da pesquisa é acompanhar a produção algodoeira na agricultura e indústria de São Paulo na década compreendida entre os anos 1924 e 1934, tentando captar as influências da conjuntura de 1929 - uma crise econômica mundial - e de 1930 - uma grande alteração política interna - nesse setor.

A preocupação básica ao escolher o tema foi justamente tentar contribuir para a discussão das relações entre a atividade econômica e a vida política no Brasil, e mais ainda, verificar o peso dos acontecimentos exteriores nas mudanças políticas internas de um país dependente. Foi escolhido São Paulo, principal centro das atividades agrícolas e industriais da época, porque tinha um papel determinante nas mudanças políticas e, obviamente, econômicas da década de 30.

ADOLAR KOCH
da Univ. Federal do R.
Grande do
Sul

1 - DEFINIÇÃO DO TEMA

Pretendemos mostrar com este estudo uma visão da situação industrial gaúcha no seu processo de formação, destacando as dificuldades na sua origem, tanto ao nível de produção como de comercialização, mostrando acima de tudo, que se trata dum setor econômico com enormes obstáculos no seu processo de desenvolvimento, gerados principalmente pela situação periférica gaúcha.

A maneira de abordar a problemática, envolve uma apreciação global de análise da dinâmica da formação social gaúcha, colocando a mesma num processo de transição. No interrelacionamento dos níveis, infra-estrutura e super-estrutura, encobertos pela relação de classes, será destacado o processo de industrialização não como um fato econômico bruto, mas como um setor inserido na dinâmica da totalidade.

Considerando o RGS como uma formação social específica dentro da formação social brasileira, podemos colocar que temos um setor de produção dominante na época em questão, o agro-pecuário, dependente a nível nacional. A indústria corresponde a um setor de produção secundário que dentro da situação global de transição, de formação do capitalismo no Rio Grande do Sul, engatinha desde a fase de acumulação primitiva, visando a tornar-se o setor de produção dominante na formação social gaúcha. É importante lembrar, que o setor agro-pecuário, mesmo sendo a atividade de produção dominante, não impõe ao RGS as características capitalistas plenamente configuradas. Pode-se ressaltar apenas que, desde a República Velha, os primeiros passos estão sendo dados para tanto.

Através da transferência de capitais do café para o setor industrial, na formação social específica de São Paulo, já temos uma expansão mais adiantada em direção ao capitalismo no centro. Esta realidade faz com que o RGS, como uma economia voltada basicamente para mercados, já se afirmasse como periferia dentro do processo capitalista nacional. Aqui reside uma grande questão: a baixa capitalização do setor agro-pecuário de certa maneira não possibilitou transferências de capitais para indústria.

Temos no RGS um momento de transição, que é o de procura do caminho capitalista. O próprio termo transição revela uma situação de vir a ser, o que significa ao nível sócio-econômico, a elaboração, não duma maneira linear, mas dialeticamente, duma forma capitalista de formação social plenamente configurada. A peculiaridade gaúcha de periferia e de possuir como modo de produção dominante um capitalismo em construção no momento em questão, e tendo nesta situação, um engatinhamento industrial, faz com que não exista clareza no comportamento em torno do poder político, e igualmente na relação de classes. Elas existem sim, mas a situação transitória oferece peculiaridades que num momento histórico conjuntural não nos permite buscar a realidade com facilidade.

2 - HIPÓTESES

1. Na formação de capitais para indústria, além da via comércio e artesanato, houve transferência do setor agro-pecuário?

2. Que tipo de dependência industrial existe em relação ao centro brasileiro? De mercado? de Tecnologia? de Matéria-Prima? E em relação ao estrangeiro? Quais as influências do entre-guerras? Quais os problemas trazidos através da concorrência paulista ao processo industrial gaúcho?

3. Qual a situação da indústria como setor de produção secundário na formação social gaúcha em transição?

4. Qual a representatividade do setor industrial ao nível político? Existe uma burguesia industrial?

5. Que tipo de contradições foram geradas, dentro da estrutura de classes, a partir do processo de industrialização em gestação?

A MIGRAÇÃO NORDESTINA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO NA CIDADE DE SÃO PAULO.

LUIZ ANTONIO DOMINGUES

ORIENTADORA: PROF.DRA.LUCIARA SILVEIRA DE A.E FROTA.
da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(PUC)

Tem a presente, a finalidade de comunicar aos Colegas do X Simpósio Nacional da ANPUH, a pesquisa em andamento sobre o Migrante Nordesteño na cidade de São Paulo.

Podemos dizer que o Migrante Nordesteño dirige-se a São Paulo à procura de trabalho, visando assim a melhorar suas condições de vida. Chegando a São Paulo, defronta-se com dificuldades ligadas a obtenção de colocação, tais como: analfabeto ou semi-analfabeto, inexistência de qualificação profissional.

Em decorrência dessas condições, o Nordesteño só encontrará trabalho, na maioria das vezes sujeitando-se a cargos não qualificados, com pequenos vencimentos, além de não dispor de condições que o levem a frequentar cursos profissionais e de alfabetização. Dentro dessas circunstâncias o Migrante não consegue enganjar-se dentro da indústria, verificando-se uma mobilidade provocada pela extensão da oferta de mão-de-obra não qualificada existente no mercado de trabalho, advindo daí um dos fatores de instabilidade para o operário nordestino.

Levando-se em consideração todos os problemas, o Migrante se fixa na cidade, adaptando-se às novas condições de vida, dando sua contribuição ao desenvolvimento, podendo citar aqui a afirmação de José Francisco de Camargo⁽¹⁾.

"É a migração rural urbana que ao lado da inter-rural, assume importância incontestável no desenvolvimento da economia brasileira. No processo desse desenvolvimento a industrialização se salienta como manifestação mais acentuada daquelas transformações da estrutura, em concomitância com o fenômeno da urbanização." Assim podemos dizer que a migração constitui fator primordial para o desenvolvimento, dado que a mobilidade da mão-de-obra pressiona o Estado a equacionar os vários problemas.

(1) CAMARGO, José Francisco - "Características e Tendências Principais das Migrações Internas no Brasil, nas suas relações com a urbanização e a industrialização." Boletim Paulista de Geografia, nº 33, outubro, 1959.

É após a guerra que a industrialização, já com uma infra-estrutura vai se desenvolver. Com Getúlio Vargas dá-se um grande avanço na industrialização, podendo-se citar a criação da Petrobrás, Cia.Siderúrgica Nacional e o B.N.D.E.. Com Juscelino abrem-se as portas ao capital estrangeiro para estimular a industrialização, através do Plano de Metas. Convém justificar que a delimitação cronológica na pesquisa ora em andamento é justamente o período de Juscelino, ou seja, 1956 a 1962. Podemos afirmar, sem dúvida, que o objetivo do Plano de Metas era a industrialização maciça do País, ficando claro a atração da mão-de-obra. A industrialização é característica da mão-de-obra especializada, mas estimula também a indústria de acessórios, uma industrialização de bens de consumo duráveis. Assim sendo, não se permite deixar de especificar o Nordeste dentro do contexto econômico, responsabilizando a industrialização pelas levas de Migrantes na cidade de São Paulo.

Um dos pontos que pretendemos ressaltar de modo especial em nosso trabalho, é a média de composição da chamada reserva do operariado. A bibliografia utilizada terá por base as Ciências Humanas de modo geral, jornais e revistas da época, além do uso da técnica de Documentação Oral ou História Oral como sistema extrator de memórias e testemunhos da época.

PROF. JOSÉ UBIRATAN ROSÁRIO
(da Universidade Federal do Pará)

1. A PREEMINÊNCIA DO CICLO AGRÍCOLA
NA OCUPAÇÃO CULTURAL DA AMAZÔNIA

Contradição e divergência dos autores na polêmica sobre a ocupação humana da região - Hipotetização do processo civilizatório da Amazônia.

2. EFEITOS CULTURAIS DO CICLO AGRÍCOLA
NA PAISAGEM REGIONAL

Divergência dos intérpretes quanto ao significado e função do cacau da Companhia de Comércio e outros fatores dinâmicos na humanização da paisagem. Ergologia e tecnologia extra-amazônicas e sua incorporação ao acervo amazônico. As instituições culturais na Amazônia do século XVIII.

NORMA DE GÓES MONTEIRO
da UFMG

INTRODUÇÃO:

Esta comunicação tem por objetivo apresentar as pesquisas que estão sendo realizadas pelo Centro de Estudos Mineiros, órgão de extensão e pesquisa da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

A partir de maio de 1977, o Centro de Estudos Mineiros, por intermédio da UFMG assinou um convênio com a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República com a finalidade de levar a cabo um extenso programa de pesquisa: "A República em Minas Gerais- 1889/1975". O programa compreende quatro distintos projetos:

PROJETO I:

"Dicionário da História Republicana de Minas Gerais (1889/1975)".
Coordenadora: Profa. Norma de Góes Monteiro.

OBJETIVOS: oferecer aos estudiosos e pesquisadores um instrumento de informação biográfica e temática que facilite a busca e a pesquisa preliminar do trabalho histórico; abrir aos estudiosos e pesquisadores caminhos para a investigação de temas, pouco ou mal estudados, através das bibliografias que acompanharão os verbetes.

PROJETO II:

"Minas Gerais na República (documentos)"

Coordenador: Prof. Francisco Iglésias.

OBJETIVOS: Pretende-se elaborar um livro que contenha a História de Minas Gerais na república, através da documentação de fontes primárias que esclareçam os vários aspectos. Além da realidade política, com suas lutas, eleições, partidos, aspirações e práticas, procurar-se-á mostrar o que foi a sociedade em sua população, estrutura de classes, hábitos marcantes, religião e lazer, bem como as atividades econômicas que deram rumo ao Estado, com a produção, o trabalho, fontes de energia, transportes, finanças. O propósito é um retrato quando possível completo da trajetória de 1889 a 1970, evidenciando o que foi a região em que medida participou do cenário nacional ou exprimiu as suas grandes linhas, projetando-as ou criando-as.

PROJETO III:

"Estatística Histórica de Minas Gerais durante a República Velha"
Coordenador: Prof. Afranio Alves de Andrade.

OBJETIVOS: Coletar dados estatísticos de interesse para a pesquisa da história de Minas Gerais no período de 1889/1930. O projeto culmina com a publicação de volume contendo séries e quadros estatísticos organizados segundo metodologias modernas, além de um guia das fontes de estatísticas para o período.

PROJETO IV:

"Arquivos Mineiros da República Velha"

Coordenadora: Profa. Mitiko Okazaki Kehdy.

OBJETIVOS: Levantamento das fontes documentais referentes aos mais importantes setores da economia mineira no período da primeira República.

Este trabalho visa fornecer subsídios básicos, essenciais à pesquisa de História Econômica de Minas Gerais.

PESSOAL: participam do programa professores e alunos dos Departamentos de História e Economia da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadores contratados pelo Centro de Estudos Mineiros.

METODOLOGIA DOS PROJETOS: A ser apresentada no texto definitivo.

PRAZO DO PROGRAMA: Foi solicitado inicialmente um prazo de 2 (dois) anos para a sua realização. Por várias razões não foi possível terminar no tempo fixado.

Em fevereiro, se solicitou à FINEP a continuidade do Programa por mais 2 (dois) anos para os projetos I, II e IV.

VICTOR V. VALLA
*da Univ. Federal
Fluminense e da
Fundação Getú-
lio Vargas - R.
de Janeiro.*

Esta pesquisa, já em andamento, visa a estudar as favelas do Rio de Janeiro dentro de uma perspectiva de sociedade de classes. Embora a favela do Rio de Janeiro tenha suas origens no início do século XX, o corte escolhido é dos últimos 50 anos — de 1930, quando o aparecimento das favelas começa a chamar atenção das autoridades, até 1980, ano em que se estima que a população favelada do Grande Rio de Janeiro somará mais de um milhão e meio de habitantes.

Uma perspectiva teórica de sociedade de classes faz com que se encare as favelas como produtos de um processo específico de industrialização dentro de um país capitalista dependente. O crescimento dos setores industriais e de serviços nas cidades, aliados às péssimas condições de vida nas áreas rurais fazem com que a relação capital/trabalho nas cidades obriguem uma grande parcela das camadas populares urbanas a buscar a sua sobrevivência através da moradia auto-construída e precária.

O caso particular das favelas do Rio de Janeiro começa a chamar atenção dos historiadores, e não apenas dos sociólogos, arquitetos e assistentes sociais, pois já existem favelas com tradição de mais de 60 anos. A pesquisa em questão começa a partir do presente, com a constatação de que o problema principal da favela, i.e., a polêmica antiga da "posse da terra e/ou urbanização" versus "remoção", uma polêmica que reaparece principalmente nas épocas das chamadas "aberturas democráticas", ganha atualmente uma nova urgência. O problema da ocupação do espaço urbano aliada a especulação imobiliária, com a iniciativa de consolidar a cidade do Rio de Janeiro como capital turística e financeira da América Latina, faz com que os favelados e o Estado estejam chegando rapidamente a um impasse.

Nessa perspectiva, a pesquisa em questão, no decorrer do levantamento e da análise histórica, vai procurar desvendar os mecanismos de dominação da classe dominante em relação aos favelados (parcelas das camadas populares). Visa, portanto, estudar os muitos projetos e programas das instituições pertencentes a ou

utilizados pela classe dominante (Estado, igrejas, entidades particulares) que são desenvolvidos nas favelas desde 1930.

A preocupação principal da pesquisa é de apreender como esses projetos ou programas, aparentemente burocráticos e assistenciais servem, na realidade, como difusores dos valores da classe dominante, agindo continuamente como fatores de desmobilização da organização política dos favelados. Assim, várias conjunturas foram delimitadas, numa periodização que representa uma dialética entre a expansão do capitalismo internacional e os reflexos dessa expansão em relação às medidas adotadas pela classe dominante sobre as favelas. Os seis períodos escolhidos são: 1930-1945; 1946-1954; 1955-1963; 1964-1972; 1973-1977; 1978-1980.

A pesquisa visa como categoria principal de análise a transmissão da ideologia da classe dominante, fazendo com que os seus valores pareçam válidos para o restante da sociedade, e nesse caso particular, como esse processo ocorre em relação aos favelados. Decorrente dessa categoria principal de ideologia, visa apreender os programas chamados "educativos", tais como desenvolvimento comunitário, alfabetização, saúde pública e programas religiosos.

As fontes que estão sendo utilizadas para o desenvolvimento dessa pesquisa inclui os documentos oficiais das várias entidades do Estado, projetos e programas de igrejas e outras entidades particulares, juntamente com o vasto registro deixado nos últimos 50 anos pelos sociólogos, políticos e jornalistas.

IGREJA E EDUCAÇÃO POPULAR: RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA EXPERIÊNCIA DA CRUZADA SÃO SEBASTIÃO

RUTE MARIA MONTEIRO MACHADO RIOS
*Orientador: Prof. Victor Vincent
Valla.*

O objetivo desta investigação é analisar a atuação da Cruzada São Sebastião no decorrer da sua história visando desvelar através dos objetivos formulados e das atividades propostas nas diferentes conjunturas político sociais verificadas no período (1955-1979), as concepções de educação popular por ela expressa da.

A presença da Igreja Católica junto as camadas populares na América Latina é um fato inquestionável atualmente. No Brasil e, especificamente no Rio de Janeiro, esta presença tem se traduzido na atuação sistemática através de planos pastorais, comunidades eclesiais de base e instituições especificamente destinadas a promover a educação e o desenvolvimento sócio-econômico destas camadas, localizadas nas favelas e periferia da cidade.

A favela nesta investigação é vista como produto da sociedade capitalista. Dentro do contexto deste sistema a Igreja Católica, ainda que não possa ser tomada como um bloco homogêneo, tem assumido, historicamente, uma postura que pode ser considerada como a de uma aliada do Estado nas tentativas de equacionar o problema das desigualdades sociais.

Atualmente, a linha de ação proposta pela Igreja, traduzindo posições assumidas nas Conferências latino-americanas (Medellin e Puebla), sugerem uma perspectiva de libertação da condição de oprimidos em que se encontram estas camadas em nosso Continente. Desta forma, existe hoje um consenso a respeito da importância do papel da Igreja como Instituição promotora de um tipo de educação popular que visa contribuir para a concretização dos interesses sociais destas camadas.

A "Cruzada São Sebastião" fundada em 1955 pelo então bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro - D. Helder Câmara - constitui uma iniciativa que antecede o momento em que a Igreja, oficialmente, passa a falar na "teologia da libertação" e na "opção pelos pobres". Seu aparecimento se dá em pleno período desenvolvimentista, onde a migração do homem do campo para a cidade determina um crescimento incontrollável das favelas nas grandes

des metrópoles. A "Cruzada" embora tenha características originais de obra social, pode ser considerada como uma iniciativa pioneira da Igreja na área de educação popular, na medida em que sua dinâmica interna permitiu que no período da criação da entidade, esta se propusesse objetivos explicitamente educacionais. As atividades de remoção, urbanização, construção de moradias promovidas pela entidade traziam no seu bojo proposições de atividades educativas, tais como: educação sanitária, formação de administradores de prédios, etc.

O problema que se coloca nesta investigação é saber como as mudanças ocorridas no interior da Igreja no decorrer do período repercutiram na formulação dos objetivos e nas atividades concretas desenvolvidas pela "Cruzada". Considerando a Igreja como uma Instituição inserida na sociedade concreta e, como tal, submetida as tendências a mudança inerente ao processo social como um todo, procurar-se-á detectar nas inovações propostas as marcas das idéias antigas, nas quais foram geradas as referidas inovações. Em outras palavras: A tradução feita pela entidade de uma proposta de educação popular libertadora da condição de oprimido sugerida pelos documentos oficiais das conferências episcopais latino-americanas responde efetivamente a concretização dos interesses sociais das camadas a que se destina? Em que medida estão presentes nesta proposta as concepções assistencialistas que caracterizavam a "Cruzada" (parcialmente) na sua criação?

Pretende-se finalmente, em termos de método, utilizar como fontes de informação a documentação oficial da entidade onde a nível das proposições podem ser levantados os objetivos formulados e reformulados no decorrer do período a ser estudado. Por outro lado, levando em conta que os objetivos educativos de uma ação não são autônomos da ação propriamente dita, deverão ser levantadas informações relativas as atividades que concretizam as intenções contidas nos objetivos propostos durante o período. Neste sentido deverão ser realizadas entrevistas com dirigentes e técnicos da entidade que atuaram desde o seu início e ainda com a população atingida. Outras fontes de consulta serão livros, jornais da cidade, e jornais elaborados pela população favelada atingida pela ação da "Cruzada".

O DESENVOLVIMENTO DA CONSTRUÇÃO NAVAL EM ITAJAÍ, SANTA CATARINA ,
UMA RESPOSTA AO MERCADO LOCAL, 1900 a 1950.

JOANA MARIA PEDRO MACHADO
de Santa Catarina.

Entre os anos de 1900 e 1950, em Itajaí, litoral norte do Estado de Santa Catarina, desenvolveu-se uma atividade tradicional da região, a construção de embarcações de madeira. Este desenvolvimento foi provocado pelo mercado local que no decorrer deste período cresceu e se transformou. Geograficamente, a região sugeria o uso de embarcações por situar-se no litoral, localizar-se na foz de um rio e possuir um importante porto. A própria situação geográfica aliada ao desenvolvimento da região formaram o mercado local. Este sofreu transformações. De início a pesca artesanal, a navegação fluvial através do rio Itajaí-Açú e o comércio através dos portos do Estado proporcionaram o impulso para o desenvolvimento da construção naval, por exigirem estas atividades, embarcações de pequeno porte.

Do início do século até os anos trinta, a construção naval de Itajaí foi basicamente artesanal e manual, exigindo perícia, trabalho e tempo dos construtores e carpinteiros da ribeira. Mesmo assim, apesar do uso de métodos que poderiam ser considerados rudimentares, conseguiram satisfazer a demanda do mercado que até este período fora pouco exigente. Os anos trinta representaram um período de dificuldades para a construção naval. Houve restrições de demanda e problemas com a legislação e encargos sociais que refletiam dificuldades na conjuntura econômica do país. A baixa de produção foi sensível e excedeu à queda da procura. O período 1941 a 1950 mostrou um panorama diferente. As demandas geradas pela guerra trouxeram ao porto de Itajaí um grande crescimento, que provocou uma procura maior de embarcações. Para atender a esta demanda, instalaram-se estaleiros modernos com máquinas elétricas para o beneficiamento da madeira que ia ser empregada. Destes estaleiros, os mais bem aparelhados foram montados com recursos provenientes de outras atividades econômicas. O crescimento da demanda apresentado, principalmente no início deste período, proporcionou lucros suficientes para, no final do período, permitir a modernização de outros estaleiros.

A construção naval proporcionou de forma geral um rendimento estável, alicerçado nos trabalhos de consertos e reparos, nas construções destinadas a pequenos proprietários e no próprio contrato da obra que limitava as possibilidades de prejuízo. Entretanto, este rendimento era limitado, pois a própria forma de contrato dava oportunidade ao proprietário de regatear preço. Além disso, por se alicerçar em construções destinadas a pequenos proprietários, pessoas de poucos recursos, os lucros eram limitados. As construções de embarcações destinadas a médios proprietários e empresas, foram, antes de 1941, esporádicas. Deste ano em diante até 1945, as encomendas cresceram proporcionando lucros que foram capitalizados na modernização dos estaleiros.

Antes de 1950 porém, já se começava a observar o declínio desta atividade. O mercado que a havia desenvolvido, estava se transformando rapidamente. A navegação fluvial e o comércio entre os portos do Estado apresentavam franca decadência. O porto continuava crescendo, mas passava já a exigir não apenas embarcações de porte, como embarcações de ferro, que fugia à capacidade local da construção naval.

WILSON PIRES FERRO
da Universidade Federal do Maranhão.

O Maranhão é, por tradição, um Estado de economia predominantemente agrícola. Entretanto, estudando aspectos de sua História Econômica, deparamo-nos com largos espaços de tempo, em que, graças ao supremo esforço de sua classe empresarial, houve tentativas, quase sempre desordenadas e sem obedecerem ao mais elementar planejamento, de instalação de parques industriais.

A primeira experiência industrial surgiu com os êxitos alcançados na cultura da cana de açúcar, nos primórdios do século XVII. Produzindo em escala razoável essa imprescindível matéria-prima, pode a Província do Maranhão, com muito sacrifício, fabricar o açúcar. Foi aí que surgiu, em 1622, o primeiro engenho, de propriedade de Antonio Muniz Barreiros.

Por volta de 1860, quando o Maranhão atravessava uma fase áurea de sua economia, com o algodão despontando como principal produto em sua balança comercial, contavam-se nada menos que 410 engenhos de açúcar, sendo 284 movidos a vapor e à força hidráulica e 136 de tração animal. Dez anos depois o total de engenhos se elevaria para 500.

Veio a abolição, e a economia do Maranhão, sustentada exclusivamente pelo braço escravo, ficou reduzida ao caos. Os proprietários de engenhos se viram forçados a liquidar seus estabelecimentos a preços irrisórios, havendo casos em que a desvalorização patrimonial, representou um prejuízo lastimável da ordem de 90%.

E é das cinzas da lavoura do Maranhão, para consumir o algodão produzido na terra, que surge o parque industrial têxtil.

Mas o sonho dos maranhenses de verem seu Estado transformado na Manchester brasileira, não durou meio século, cedo se desvaneceria. E o desastre ocorrido à indústria açucareira se repetia, com mais intensidade, na têxtil.

Várias causas parecem ter concorrido para a hecatombe. Dentre estas, podemos citar: carência de tecnologia e de capital; restri

to meio bancário; falta de mentalidade industrial dos que sucederam aos fundadores das extintas fábricas de tecidos; elevação do custo da mão de obra, do preço de energia elétrica e dos óleos combustíveis; falta de financiamento para reequipamento da maquinaria e aquisição da matéria prima; impacto da concorrência da indústria modernizada do centro-sul; descaso e falta de assistência por parte de alguns governos ao problema do algodão; falta de modernização dos equipamentos e instalações; carência de estradas para facilitar o transporte da matéria prima até os centros consumidores; inexistência de tradição industrial da grande maioria dos empresários da indústria têxtil; má aplicação dos lucros; enfim, as calamitosas administrações que teve a maior parte dos estabelecimentos fabris.

Assim, o parque industrial têxtil que parecia florescente e se auspiciava alvissareiro, desaparece com a mesma velocidade com que surgira. E não foram raros os casos em que os estabelecimentos têxteis sofreram metamorfose. Transformaram-se em fábricas de óleo de babaçu.

O advento da exploração do coco babaçu, com a possibilidade do seu aproveitamento integral, dele extraindo-se, inclusive o álcool, de capital importância no programa energético, como mais viável alternativa como substituto do petróleo; a construção do Porto do Itaqui e de uma estrada ligando o Maranhão ao Pará, para escoamento do minério de ferro oriundo da serra dos Carajás, localizada neste último, representam fatores que podem levar o Estado a uma nova e promissora experiência industrial.

LYGIA CARRIÇO DE OLIVEIRA LIMA
(Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mato Grosso do Sul - FUCMT).

O Estado de Mato Grosso compunha-se, anteriormente, dos atuais Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Território de Rondônia.

No século XVI, Ruy Dias Melgarejo, subindo o Rio Paraguai funda em 1580, a precária povoação de Santiago de Xeres, a margem do rio Aquidauna (ainda restam vestígios). Pretendiam os espanhóis criar a Província de Nueva Viscaya. Em 1632, os jesuítas espanhóis organizam as reduções do Itatim e de Maracajú, destruídas pelos bandeirantes vicentinos. Fundam os espanhóis outra povoação de Xeres, mais a leste. (Até hoje não se encontrou vestígios). Os preadores vicentinos continuavam em suas incursões no sertão da Vacaria. Pascoal Moreira Cabral Leme descobre ouro em 1719, na Forquilha (Cuiabá), tornando-se Mato Grosso do Sul, tráfego de canoeiros-mineradores, na corrida do ouro feita pelos monçoneiros através dos rios: Paraná, Pardo, Anhanduí, Sertões da Vacaria, Rio Miranda e Rio Paraguai; encurtando a distância pelo Varadouro de Camapuã, descendo o rio Coxim, Mato Grosso do Sul que pertencia a capitania de S.Vicente, em 1709 passou a fazer parte da capitania de São Paulo e Minas do Ouro. Em 1720 separa-se a capitania de Minas Gerais. Com a descoberta do ouro no Mato Grosso do Jaur, que daria nome ao atual Estado, é criada a capitania de Mato Grosso (1748). Fundam-se os fortes de N.S. dos Prazeres, (1767)  margem direita do Rio Iguatemi (existem vestígios com grandes fossos, um laranjal e restos de habitações antigas) e o de Nova Coimbra (13/09/1775) no Rio Paraguai.

Em Cuiabá com uma popula de 40.000 mil habitantes, suplantando a do Rio de Janeiro,  minera aliou-se a agropecuária de subsistência. Depois, o gado para a alimenta dos mineradores que vinha de Pernambuco e da Bahia, via Minas Gerais, espalhou-se pelo Pantanal Superior e Vale do Cuiabá. A agro-indústria açucareira não evitou as leva migratórias para o sul do Estado. Mato Grosso do Sul foi se povoando nas margens do Rio Paraguai e na Vacaria, constituindo as vilas de Corumbá, Miranda, Nioac entre outras, e a economia fundamentou-se na pecuária.

Fazendeiros paranaenses receberam do Imperador terras devolutas no Mato Grosso do Sul fronteiras ao Paraguai. A esse tempo povoava-se a região fronteira a Minas Gerais e Goiás.

O regresso dos soldados brasileiros da Guerra do Paraguai, fez surgir o fluxo migratório da Província de Minas Gerais à procura de terras férteis, baratas, clima favorável à agricultura e pastagens naturais de criação de gado. José Antonio Pereira um visionário mineiro, funda Campo Grande na década de 70 do século XIX, construindo os alicerces da futura capital.

Com a erva-mate no Sudoeste, penetram famílias paraguaias na região de Ponta-Porã e à procura de boas terras, famílias riograndenses.

Na última década do século XIX a migração terrestre para MS diminuiu em virtude da difícil via de acesso. Só possuíamos além do rio Paraguai uma estrada boiadeira de difícil locomoção que partia da fronteira de Minas Gerais para os arredores de Campo Grande. O transporte do gado era feito com sacrifício sobrehumano, levava-se 6 meses por esta via conduzindo uma boiada para o Triângulo Mineiro e grandes centros pecuaristas de São Paulo: estouros de boiada, doenças, índios, feras, desencorajavam a entrada de famílias em Mato Grosso do Sul. Manoel da Costa Lima um fazendeiro também visionário, em 1900 com recursos próprios abriu a estrada Campo Grande-Porto XV e daí a Platina (São Paulo). O tempo de duração das viagens por esse trajeto passou a ser de 28 dias. Depois o mesmo trouxe um navio de Concepcion subindo o rio Paraguai até Aquidaua, desmontando e transportando-o em 7 carretões subindo e descendo a Serra de Maracajú puxado por 200 bois até o Porto XV, tendo antes montado o Navio. Abriu assim as portas de Mato Grosso do Sul facilitando a penetração e o progresso.

Em 1914 a E.F.N.O.B facilitou também a penetração, ligando Três Lagoas a Corumbá e mais tarde um ramal de Campo Grande a Ponta Porã.

O Estado de Mato Grosso era uma região fronteira de grandes extensões territoriais e havia necessidade de dividir para melhor administrar.

No dia 11 de outubro de 1977 foi criado pelo Presidente Geisel o mais novo Estado da Federação, o Mato Grosso do Sul pelo desmembramento do Estado de Mato Grosso, constituído por 7 microrregiões homogêneas, situadas em 350.549 quilômetros quadrados, sendo o 7º Estado brasileiro em superfície. A 01 de janeiro de 1979 foi instalada a Assembléia Constituinte eleita pelos mato-grossenses do sul, que também escolheram os deputados federais e um senador; foi investido também o 1º Governador Harry Amorim Costa nomeado pelo Presidente da República.

VERA M. DIAS DE ANDRADE RENOLDI

ORIENTADORA: PROF. LUCIARA SILVEIRA DE ARAGÃO E FROTA
da Pontifícia Universidade Católica de S. Paulo (PUC)

Tem a presente, a finalidade de comunicar aos colegas do X Simpósio Nacional da ANPUH, a pesquisa em andamento sobre a força estamental exercida nos cultos de origem popular a ponto de modificar totalmente sua essência.

O problema se coloca nesse trabalho envolvendo três fases distintas:

- a incorporação das crenças de origem africana, decorrentes do escravismo, à cultura popular através do fenômeno do sincretismo religioso;
- a repressão a esses cultos, em desenvolvimento acelerado após a Abolição da Escravatura, e paralelamente, a todas as formas de expressão cultural de origem africana já incorporados à cultura social popular brasileira;
- a diminuição progressiva da repressão até uma aceitação através da incorporação desses cultos, agora mais genericamente sob a designação de Umbanda, como elemento aceito na estrutura social brasileira.

A intenção deste estudo é unir as 3 fases estabelecendo uma linha única de interpretação — colocando a atuação de uma sociedade de estrutura estamental sobre os fenômenos culturais populares — procurando assim fixar o sentido evolutivo da dominação estamental.

As hipóteses a serem elaboradas, terão como ponto de partida o estamento e a dominação ideológica que ele determina e sua força moldadora de todas as manifestações de cunho popular, buscando-se não só verificar as modificações exercidas pelo molde estamental sobre a cultura popular mas também o reconhecimento da estrutura ideológica que se superpõe às formas culturais para torná-las aceitáveis e integrantes do quadro estamental.

Colocando-se essa conceituação para a abordagem do problema, a análise deverá ser feita em relação às 3 fases distintas para uní-las no processo global do comportamento estamental.

É necessário verificar de que forma o estamento permitiu que o sincretismo se realizasse:

- se simplesmente permitindo que o fenômeno acontecesse ou se até incentivando-o a fim de evitar que as crenças africanas se tornassem um quisto social estratificado em seus moldes exclusivamente africanos.

Com a Abolição e o advento da República, decorrendo um aumento significativo nessa área de culto, modifica-se o papel do estamento em relação a essas crenças numericamente em expansão: a repressão que se estabelece procura eliminá-las por não serem aderentes à religião oficial (utilizando o aspecto religioso de dominação) ou se visa apenas o extermínio de um culto popular.

Finalmente com o aparecimento histórico da Umbanda por volta dos anos trinta, é necessário verificar novamente o papel do estamento e sob que valoração ele permite a existência de uma religião que seria a sequência lógica dos cultos africanos agora formalmente organizados: se essa "permissão" estamental decorre das modificações sociais que tornam essa aceitação necessária ou simplesmente se se verificam novos valores nessa nova forma de culto, valores agora permitidos ou até mesmo inculcados pela ideologia estamental.

Esse estudo visa fixar a atuação estamental em um culto de origem exclusivamente popular e não dependente do estamento — como sempre o foi a religião católica oficial — desde suas origens como culto marginalizado enquanto não controlável pelo estamento até sua aceitação dentro dos moldes estamentais porque já dominado e transformado a ponto de se tornar um instrumento como força política a serviço dessa dominação estamental.

Todo o enfoque se baseia teoricamente na interpretação de Raymond Faoro sobre a realidade brasileira, que por sua vez parte das conceituações de Max Weber sobre estamento e sociedade estamental.

É importante verificar até que ponto Faoro segue os conceitos de Weber e em que altura passa a adotar um enfoque próprio da nossa realidade.

Será seguida essa linha interpretativa procurando-se uma adequação desses conceitos ao caso específico dos cultos.

A historiografia do SOCIAL encaminhou-se em parte para uma DESCRITIVA/DENÚNCIA ou DESCRITIVA/RETORNO de uma sociedade preliminar errada (roteiro Marx-Althusser e outros) que, como contrapartida, supõe um projeto ou ainda a existência de uma sociedade corrigida, posterior àquela denunciada.

Doutra parte, pela corrente de historiografia DESCRITIVA/EVOLUTIVA de uma sociedade preliminar atrasada (roteiro Toynbee/Rostow e Outros) temos em contrapartida o projeto e a existência de uma sociedade posterior adiantada, como resultado de transformações automáticas.

A corrente DESCRITIVA/DENÚNCIA acredita que a luta (em última ratio: o agente humano) conduz a uma ação eficaz de retorno a uma estrutura de igualdade social (primitivismo exemplar), e mediante um segundo tipo de retorno de superestrutura sobre a infraestrutura do sistema (Althusser). Evidente existir nesse segundo retorno uma retificação ao espelhismo do MATERIAL/IDEAL, do discípulo Althusser sobre o mestre Marx, mas que atende ao tônus geral da obra deste último onde prepondera a denúncia ao erro do SOCIAL, tendo o retorno como correção.

Já na corrente DESCRITIVA/EVOLUTIVA o progresso (ou seja, a superioridade das agências impessoais sobre as pessoais) produz a ação eficaz que, no conjunto, é verificada no crescimento dos setores de indústria e de prestação de serviços em proporção ao setor agrário.

As nuances interpretativas não vêm ao caso. Basta dizer que na corrente DESCRITIVA/EVOLUTIVA o problema negativo de Feuerbach (alienação material nas condições de existência humana) passa a ter sentido positivo de novo estágio material e SOCIAL, para o que a ação humana diminui de grau corretivo (senso marxista) para grau derivado do processo de reestruturação.

Mas o que convém frisar em ambas correntes seria que, com maior ou menor empenho, turvam a DESCRITIVA do SOCIAL com seus projetos de RETORNO e de PROGRESSO respectivamente. Supõe, no dizer de Nietzsche "a necessidade de um certo tipo de conhecimento do passado" que se precipita em um "excesso de estudo histórico" porque

condiz com o COTIDIANO presente sem ter em conta a perfectibilidade de estática da ESTRUTURA do passado. Isso quando se tem em mente o estrutural como sistema fechado, pelo que dele transpira de irreversível e confiante. As reversibilidades (da reprodução, diria Althusser) das condições sociais, digamos com o exemplar histórico do ANTIGO REGIME entendidas como noções axiológicas: erro ou atraso, comportam no SOCIAL a busca de uma atividade CONTRAESTRUTURAL que por sua intensidade pode conduzir à negação do FATO SOCIAL, à aspiração da dinâmica pura do COTIDIANO, à hipótese do sistema do SOCIAL em aberto. No mínimo a hipercrítica chega a ser uma confusão entre a sociedade do presente e a do passado (ucronia).

A questão da neutralidade axiológica para o conceito de SOCIEDADE INIGUALITÁRIA (abrangendo o que uns chamam de pré-industrial ou tradicional e outros de pré-capitalista e capitalista) não depende obviamente do viver cotidiano do passado, onde sempre existiu. Cresceram seus atuais inimigos porque a ESTRUTURA passou a ser apresentada como ameaça às correções e ao progresso. A ESTRUTURA INIGUALITÁRIA diria recentemente Le Roy Ladurie, teve pouca atividade inconformista a seu tempo. A necessidade de dar relevo às manifestações antiestruturais desse passado na historiografia do SOCIAL melhor conduzem ao reconhecimento de outra estrutura, estranha a esse passado, do que ao sistema total ao modo de encerrar a ESTRUTURA.

Segue-se a comparação entre o modelo de neutralidade axiológica da SOCIEDADE INIGUALITÁRIA descrita por Paul Weyne (Le Pain et le Cirque) e os utilizados por alguns autores brasileiros.

D.

METODOLOGIA E TÉCNICA DO ENSINO
E DA PESQUISA HISTÓRICA.

A História Oral é basicamente a conservação do Conhecimento e da experiência dos homens através de fitas de gravação. Corresponde assim, à preocupação maior da História que se preocupa num sentido amplo com o homem, suas idéias e palavras, elementos essenciais nas tentativas de compreender o curso de suas ações ao longo de sucessivas gerações.

O projeto de montagem e formação de um setor de Memória Oral, tem como embasamento os preceitos, métodos e conhecimentos de Historiografia, caracterizada como uma das mais importantes áreas instrumentais de educação superior. Trata-se de um projeto de Ciência Histórica utilizando-se a técnica da História Oral já consagrada no México, Estados Unidos, Argentina e mesmo no Brasil, por pesquisadores e autoridades que alargaram o estrito campo de trabalho sobre a história de personagens testemunhas de uma época, para uma visão interdisciplinar e sistemática dentro de um contexto social que engloba a própria evolução dos conhecimentos e de sua preservação para o futuro.

O acervo de memórias, impressão e biografia de um povo dentro de certo período, além de uma contribuição relevante e inédita às Ciências Humanas no Brasil, será também um instrumento poderoso para proporcionar estímulo aos serviços prestados pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo à comunidade acadêmica, sobretudo ao Setor de Pós-Graduação.

Trabalhos relevantes já realizados:

- O curso de História Oral no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, contando com 15 alunos regularmente matriculados, dentre eles alunos docentes das Universidades Federais (Ceará e Rio Grande do Norte) ligados ao PICD.

- Curso intensivo de História Oral, também vinculado aos Estudos Pós-Graduados de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo por objetivo o treinamento de um grupo de entrevistadores para execução de trabalho inédito voltado para o projeto de História Crítica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, solicitado pela Vice-Reitoria Comunitária.

O grupo treinado por esse curso envolveu como participante a Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação em História, Chefe do Departamento de História, Coordenador da Sala Comunicações, um aluno docente do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, uma pesquisadora do Centro de Documentação em História, alunos docentes vinculados ao PICD (Ceará e Rio Grande do Norte) e 4 alunos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em História.

Decorrente do acima mencionado elaborou-se como primeiro projeto interdisciplinar, de Documentação Oral, A História Crítica da PUC.

Sumário do Projeto I História Crítica da PUC

Parte I - Informação de apoio e antecedentes

- I-1 - Justificativa do projeto interdisciplinar
- I-2 - Estrutura institucional e capacidade instalada.

Parte II - Objetivos do Projeto

- II-1 - Com relação à política nacional na época.
- II-2 - Com relação ao desenvolvimento de São Paulo.
- II-3 - Alcance educacional e científico
- II-4 - Com relação à expansão e melhoria da Instituição desde as suas origens.

Parte III - Plano de trabalho

- III-1 - Pessoal Participante
- III-2 - Passos de trabalho
- III-3 - Cronograma de execução.

VICENTE GIANCOTTI TASSONE

Professor Visitante da UFRN, Coordenador de Arqueologia do MCC da UFRN.

1) Problemática: É difícil falar de Arqueologia em termos unitários. Na realidade se teria que considerar o termo de "Arqueologias". A Arqueologia Pré-Histórica, nada tem a ver com a Arqueologia Clássica e, por exemplo, a Arqueologia Pré-Histórica da Europa é inteiramente diferente daquela da América. Isto ao que se refere exclusivamente às técnicas praticadas nas excavações. A problemática, neste nível é, conseqüentemente, de ordem metodológica, e epistemológica. Sobre este aspecto formal, se apresenta outro de maiores implicações filosóficas e gnoseológicas, quer dizer, se as técnicas de excavações e análise dos materiais integram o aspecto das disciplinas vagamente chamadas "Históricas" e também, ou eventualmente, as Antropológicas.

2) Aspectos das oposições metodológicas: Para o autor deste resumo, existem oposições entre a Arqueologia e a História, que determinam a posição do qual, sumariamente é a seguinte: impossibilidade de considerar as duas atividades como análogas, pelo menos, em toda sua extensão. A Arqueologia é fundamentalmente formal, possui uma série de métodos precisos e exatos e os valores que os fenômenos observados — objetos — são puramente quantitativos. Além disso, os conceitos de acontecimento, sucessão e tempo não são absolutos, eles dependem exclusivamente dos parâmetros lógico-matemáticos utilizados, podendo-se considerar cada um dos sistemas construídos como transformação de um em outro, conservando ainda invariantes básicos. A História se caracteriza, ao contrário, por seu caráter informal, cientificamente sem método, o campo dos acontecimentos caracterizando-se pela preponderância dos fenômenos não repetitivos e, conseqüentemente, a preponderância das aproximações subjetivas e valorativas, e na emissão de hipótese quando vai mais além da descrição do acontecimento do tipo "UNDECICABLES".

As categorias ordinais em História são sumamente vagas e porque não dizer inexistentes, ao passo que na Arqueologia elas são fundamentais e altamente desenvolvidas, tanto como as categorias estatísticas, das quais elas se derivam em parte. Para terminar este resumo, é necessário remarcar a significação distinta que tem para a História e para a Arqueologia o conceito de "reconstrução"

e, portanto, a utilização em sentidos opostos do que poderiam ser as "relações" causais. É o óbvio que, não tendo nenhuma explicação, entre os historiadores, o conceito de causa, na prática, se utiliza no sentido de eleição de um ou mais fenômenos que determinam a aparição de um novo elemento ou estado ou acontecimento. É um sentido sumamente mecanicista e que ainda não superou a metafísica do século XIX, quer dizer, o Hegelianismo ao qual aderem, conscientes ou inconscientemente, a grande maioria dos "teóricos" da história. O autor deste trabalho quer demonstrar que, metodologicamente, este sistema é inconsistente já que é impossível definir o peso de cada fator na aparição de um fenômeno, além disso não se pode definir a totalidade dos fatores. Sucintamente, se considera uma reconstrução "histórica" como uma conclusão, a partir de premissas, analisado o procedimento se chega à uma conclusão de que ali não existe nada logicamente analisável, enquanto é uma especulação sumamente aleatória sem formas lógicas, essa "reconstrução" não é nem uma redução nem uma dedução mas, tão pouco, pode ser enquadrada em alguma das lógicas não clássicas. Em Arqueologia, a situação é sumamente diferente, com a condição de que não se caia no erro de considerá-lo como parte de História ou da Antropologia, segundo os tipos de Arqueologias. Em 1º lugar, se manejam conceitos de relação, concretamente, as relações de um conjunto "indistinto" (Fuzzy) para outro. Em uma situação menos complexa a "relação" está de um fenômeno para outro — por simples estruturas formais: os valores que se obtem nas análises de regressão e correlação, lineares ou não lineares etc., os índices das estatísticas não paramétricas, a avaliação das probabilidades mesmo em casos e com sistemas muito simples como, por exemplo, quando se proceda estabelecer uma curva cumulativa. A estrutura da análise "causal" em Arqueologia, nada tem a ver com a análise histórica, simplesmente se pressupõe e se tenta ver a passagem de um estado, de um sistema para outro, tendo em conta o número de fatores que arbitrariamente se consideram variáveis e que, tomados em seu conjunto, dependem de duas variáveis: tempo e quantidades. Procede-se ulteriormente, a tomar pares ou mais de variáveis, dentro desses fatores, para ver se entre eles existe alguma estrutura hierárquica. O espírito, aqui apresentado, existe, inclusive, na maioria dos arqueólogos que pretendem efetuar "reconstruções históricas" e que não conhecem matemática. Por fim, é evidente que a Arqueologia oferece informação ao historiador, como qualquer outra, desde a Medicina até a Física, mas é evidente que, entre esses dois campos há uma grande diferença de métodos e dos fenômenos analisados.

CIRO FLAMARION S. CARDOSO

*Da Universidade Federal
Fluminense.*

O objetivo da comunicação é mostrar a relevância, para todas as discussões relativas ao conceito de tempo entre os historiadores, do exame do mesmo conceito no âmbito das ciências naturais. Assim, a concepção newtoniana de um tempo "absoluto" que existe por si mesmo como pura duração, independentemente dos objetos materiais e dos fenômenos (ou seja, a concepção do tempo como uma espécie de substância), marcou a ciência e inclusive os debates filosóficos durante séculos. As posições dominantss entre os historiadores até meados do século XX — positivismo e idealismo historicista — no que se refere ao tempo, estavam determinadas pelo debate entre as idéias de Newton a respeito e a crítica (idealista subjetiva) de Kant. No começo do século XX, a teoria da relatividade mudou radicalmente os dados da questão, demonstrando ser absurdo o tempo absoluto, o "tempo-essência": o tempo sem dúvida existe objetivamente, mas apenas como forma de existência da matéria, na dependência dos objetos materiais em movimento e das suas relações. Ao afiançar-se no mundo científico, a relatividade provocou um reordenamento das posições. A concepção idealista, por exemplo, assumiu a forma da variante operacionionalista do neopositivismo (opinião pragmática ou convencional sobre o tempo e o espaço), já que a idéia kantiana do tempo como forma apriorística da percepção sensorial se tornou muito difícil de defender diante do novo estado de coisas vigente nas ciências naturais.

Embora seja fácil perceber que as opiniões dos historiadores sobre a temporalidade sofreram forçosamente o impacto de mudanças tão profundas do quadro científico e filosófico, a verdade é que só de maneira esporádica se refletiu a respeito. A segunda parte da comunicação trata de abordar esta questão, examinando quatro problemas metodológicos da maior importância para a metodologia da história e a maneira em que a forma de focalizá-los mudou em função do impacto da teoria da relatividade (e da física quântica) no

âmbito das ciências naturais. Tais problemas são:

- 1) o da unicidade ou multiplicidade do tempo da história;
- 2) a questão da relação passado-presente-futuro e em particular a causalidade;
- 3) a periodização, com a oposição tradicional entre "realistas" e "convencionalistas";
- 4) finalmente, a relação entre evolução ou movimento histórico e estrutura.

A questão de descobrir a autenticidade e veracidade dos documentos comporta um dos mais graves e complicados problemas da Diplomática e da Crítica Histórica. A essa descoberta, opõem-se numerosos escolhos que o pesquisador deve conhecer e saber resolver de maneira total, exata e perfeita. Pode acertar em tudo. Se, porém, errar num só deles que seja, tudo estará perdido.

Sem pretender pois, entrar a fundo nesses problemas, coisa que deve fazer a Diplomática, limitar-nos-emos aqui a dar ao pesquisador as noções indispensáveis para descobrir essa autenticidade e veracidade, fornecendo-lhe, ao mesmo tempo, os meios indispensáveis para salvar também todos esses escolhos.

Os documentos podem ser de várias classes: autênticos e verídicos ou seus contrários: apócrifos e falsos; em ambos os casos, os escolhos que se opõem à veracidade e autenticidade são também numerosos. Todos serão estudados cumpridamente e com os mais emocionantes e por vezes, até trágicos exemplos, rigorosamente históricos e perfeitamente documentados, abrangendo toda a História mundial, tanto Antiga, como Medieval, Moderna e Contemporânea, incluindo especialmente o Brasil.

Dentre eles merecerão estudo especial os documentos falsos e apócrifos, os interpolados, os deturpados, os mal lidos paleograficamente, os mal traduzidos, os sub-reptícios, os forjados, os adulterados, os omissos, além de muitos outros que o pesquisador precisa conhecer para não cometê-los ou resolvê-los devidamente, quando como acontecer-lhe-á frequentemente encontrá-los nas suas pesquisas.

ROSA MARIA GODOY SILVEIRA
da Universidade Federal da
Paraíba.

Diante da atual conjuntura do país, evidencia-se uma determinada revalorização da História por parte de vários grupos sociais e com as mais variadas posturas ideológicas.

Em contraste, o posicionamento do historiador é ainda, no conjunto, alheio e marginal a essa tendência. Irônica, mas explicavelmente o profissional cujo objeto de trabalho é o processo histórico, está ainda a reboque do mesmo, incapaz de captar o sentido do seu próprio tempo e como esse tempo se insere e se especifica no processo histórico mais amplo.

É patente, pois, a exigência de que se forme um novo historiador, preparado para encarar os novos problemas e temas que a realidade coloca a sua compreensão, de uma forma mais adequada e correta.

A questão se remete, em última análise, ao tipo de historiador que vem sendo formado, ao tipo de ciência histórica praticada no país, portanto, à relação ensino-pesquisa de História. Redimensioná-la significa, tendo como contorno básico a indagação sobre a função social do historiador, delinear um novo perfil para este profissional a partir de pressupostos teóricos e suas correspondentes implicações práticas, tais como:

- a noção de conhecimento científico enquanto processo de natureza histórica, simultaneamente modificado e modificador da realidade, substituindo a noção de conhecimento científico enquanto mero congelador da realidade, portanto, a-histórico. Implicação prática: - elaborar um conhecimento histórico criativo e original, capaz de gerar uma consciência crítica sobre a realidade, em substituição a um saber passivo e repetitivo;
- a relação dialética entre processo histórico (real concreto) e ciência histórica (real ideal), substituindo a noção da lógica formal de separação e incomunicabilidade entre estas duas esferas da realidade. Implicação prática: - elaborar um conhecimento

histórico lógico e correto, unificador da teoria e da prática, em substituição a uma visão fragmentária e informe da realidade.

A prática do trabalho de História tem-se consubstanciado na separação e isolamento entre ensino e pesquisa, correspondendo pois, ao pressuposto teórico de separação entre o ato de receber e o ato de criar conhecimento. Por sua vez, também é discutível a "criação de conhecimento" que se vem fazendo, implícita no ensino mesmo, caso este concretizasse os pressupostos teóricos acima referidos.

Portanto, ao nível prático, a ação básica do historiador é agir sobre essa relação ensino-pesquisa, modificando-a, orientando-a para formar um novo perfil de si próprio.

A alternativa fundamental para essa atuação parece ser a reforma curricular. Discutir uma proposta de alteração curricular para o Curso de História na Universidade Federal da Paraíba, é o que se propõe esta comunicação, buscando estabelecer os possíveis efeitos sobre o ensino e a pesquisa histórica.

THELMA NOBRE MACHADO BITTENCOURT SILVA
HELOISA DE JESUS RABELLO
da Universidade Federal Fluminense.

Desde 1946, a Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) vem se empenhando, através de renovados esforços na melhoria da formação dos futuros professores. É inegável a imensa responsabilidade de colocar os universitários frente à realidade dos problemas educacionais brasileiros, sendo importante que estes mesmos universitários adquiram atitudes e habilidades necesárias ao desempenho efetivo do papel de educadores.

O Departamento de Teoria e Prática de Ensino (SPE), da Faculdade de Educação da UFF, procura concretizar o ensino, preocupando-se ainda em proporcionar aos universitários uma aprendizagem atualizada, que lhes permita um bom desempenho no magistério.

Na Prática de Ensino, sob a forma de estágio supervisionado, o SPE, atendendo à crescente idéia de abertura da Universidade para a comunidade local e à sua atuação em Campos avançados, oferece aos licenciandos como campos de estágios: as escolas da comunidade, Campos avançados da UFF e classes experimentais (inclusive as Microclasses) que funcionam nas dependências da ESE, formadas por alunos da comunidade e dirigidas pelos alunos-mestres sob a supervisão dos professores de Prática de Ensino.

As classes experimentais podem ser constituídas de turmas de 21 a 40 alunos, ou de turmas de 5 a 20 alunos, denominadas Microclasses.

As Microclasses na Faculdade de Educação da UFF vem sendo montadas desde 1970, a exemplo do que está sendo realizado na Escola de Educação da Universidade de Stanford, California, USA; os alunos-mestres, candidatos ao título de licenciado, ministram aulas para um grupo reduzido de alunos de 1º e 2º graus.

A Clínica de Micro-ensino em Stanford caracteriza-se por três etapas a serem percorridas: um programa de orientação individual a um aluno do curso secundário; microlições a pequenos grupos variáveis (3 a 4 alunos) e aulas para microclasses (4 a 5 alunos). Foram feitas adaptações à realidade brasileira estruturando-se o trabalho para atingir os objetivos visados em cada etapa:

- 1) série de sessões de atendimento individual onde os licenciandos procuram diagnosticar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos da comunidade;
- 2) micro-aulas dadas a pequenos grupos variáveis, possibilitando aos alunos-mestres ensinar a estudantes de diferentes séries, com experiências prévias e níveis de capacidade diversos;
- 3) Microclasses de 5 a 20 alunos, onde se desenvolve uma unidade completa; os alunos da comunidade são sempre os mesmos, para garantir condição realista de classe e proporcionar continuidade de de aprendizagem.

Importante frisar que as Microclasses constituem apenas uma parte do programa de ensino, visto que os licenciandos atuam também, em classes regulares, nos colégios da comunidade.

Avaliando-se o trabalho em microclasses que vem sendo realizado desde 1970, observa-se que os alunos-mestres, percorrendo as três etapas previstas podem realmente atender às diferenças individuais, diagnosticar e orientar com eficácia a aprendizagem dos alunos da comunidade. Começar entrevistando secundaristas, partir para micro-aulas dadas a 3 ou 4 destes elementos, desenvolver uma unidade completa para 5 a 20 alunos e finalmente trabalhar numa classe regular de 35 a 40 alunos da comunidade, é uma adaptação gradativa do relacionamento aluno-professor que efetivamente evita o trauma associado aos primeiros dias da Prática de Ensino.

E.

HISTORIOGRAFIA: FONTES PRIMÁRIAS
E SECUNDÁRIAS.

SUELY MACHADO CRESPO
do Instituto de História e Serviço Social da UNESP.

Frente à insuficiência do método tradicional de organização do tráfico entre Espanha e suas Índias Ocidentais, ao chegar o século XVIII, fazia-se tão evidente quanto urgente a conveniência de programa de reformas, máxime tendo em conta o papel essencial atribuído pela política borbônica, às relações mercantis com o império colonial.

Na difícil tarefa de reconstrução nacional empreendida pela nova dinastia, a regulação dos negócios com os domínios americanos adquiriu, desde o início, importância de primeira ordem.

O quadro conjuntural principiou a sofrer processo de mudança com a confirmação dos "navios de registro". O Projeto de 1720 admitia, juntamente com o sistema tradicional de navegação em frotas e galeões, o uso desta prática, ainda que destinada somente ao abastecimento de regiões que não necessitavam de comércio regular ou que se achavam fora das rotas habituais dos comboios.

O caráter de acidentalidade da navegação em registros soltos desapareceu a partir de 1739, quando passou a ser adotado, em detrimento das frotas, com regime de exclusividade. Isto por pressão de fator externo ao próprio mecanismo de permuta: a guerra com a Inglaterra.

Aquela nova modalidade foi imposta ao vice-reino da Nova Espanha e provocou importantes modificações que alteraram sua estrutura comercial. Entretanto, as pressões exercidas pelos grandes comerciantes gaditanos e mexicanos conseguiram, em 1754, restabelecer as frotas para o México.

Apesar das tentativas para melhorar as conexões comerciais com as Índias, a reforma não fora atacada de rijo. O tradicionalismo e o antigo restricionismo dos negócios coloniais eram barreiras que só paulatinamente poderiam ser superadas.

Tal desafio aceitou Carlos III. Foi o período do triunfo da tese revisionista e da investida para uma renovação em profundidade.

O lance experimental iniciou-se com o Decreto de 16 de outubro de 1765. Começo de renovador programa de "liberdade" comercial, desenvolveu-se e perfilou em anos sucessivos, até alcançar sua plena consolidação em 1778.

As modificações encetadas pelos governos do século XVIII conquistaram notória repercussão nos territórios coloniais. Nova Espanha alcançou cada vez maior importância, em todos os setores da vida, sobretudo no econômico.

A melhoria geral do quadro vice-real acionou o intercâmbio entre os diversos territórios mexicanos, fazendo com que as relações interprovinciais se ativassem.

Um outro aspecto revelou-se, logo que as trocas progrediram. A vantagem que oferecia a superfície líquida para o transporte, a preços módicos, dos produtos do solo e manufaturados. O mar tornou-se traço de união entre os vários pontos do litoral atlântico do México.

Entre os portos que disputavam o frete, a seleção estabeleceu-se. Menos pelas vantagens náuticas particulares e mais pelas facilidades de relações com a hinterlândia. A zona periférica estendeu-se e este movimento teve como resultado natural acumular, concentrar a vida econômica naqueles pontos de junção.

O "Archivo General de Indias", em Sevilha e "Archivo General de la Nación", no México, guardam excelente manancial para estudos sobre o comércio marítimo da Nova Espanha. Àqueles que se sentirem atraídos pelo assunto, oferecemos lista de fontes manuscritas e impressas, a serem oportunamente utilizadas.

MANUSCRITAS

"Archivo General de Indias" - Sevilha

- Indiferente General. Legajos 2409, 2410, 2412, 2441, 2445, 2446,
- Armadas y Flotas. Legajos 2725, 2726.
- Armadas, Flotas y Navegación. Legajos 2736, 2737, 2738, 2739.
- Embarcaciones del Comercio Libre. Legajos 2445, 2446.
- Audiencia de Méjico. Legajos 2213, 2214.

IMPRESSAS

"Archivo General de la Nación" - México

- Gazeta de México (1801) - tomo X, nºs. 31, 32, 33, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48.
- Suplemento a la Gazeta de México (1801) - tomo X, nº 19.
- Gazeta de México (1802) - tomo XI, nºs. 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 26.
- Suplemento a la Gazeta de México (1802) - tomo XI, nºs. 12, 14, 15, 16, 20, 23.
- Gazeta de México (1803) - tomo XI, nºs. 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 49, 50.
- Suplemento a la Gazeta de México (1803) - tomo XI, nº 44.
- Gazeta de México (1804) - tomo XII, nºs. 1, 4.
- Suplemento a la Gazeta de México (1804) - tomo XII, nº 4.

CAIO CÉSAR BOSCHI
da UFMG - UCMG

Da necessidade de dotar o historiador de eficientes instrumentos de pesquisa origina-se o presente trabalho, situado na mesma linha de outro anteriormente publicado (v.nota), do qual é mero desdobramento. Se naquele a preocupação foi com o levantamento bibliográfico crítico dos arquivos e bibliotecas de Portugal úteis ao pesquisador da história do Brasil, neste, a essência são os próprios documentos encontrados nos acervos portugueses respeitantes à história mineira. O que se pretendeu foi a particularização do levantamento, ao mesmo tempo em que se consultou fontes de outra natureza. Aqui a bibliografia interessa somente na medida em que cataloga e/ou comenta as fontes primárias. No entanto, há um traço comum entre ambos, ou seja, o fato de serem simples compilação, na tentativa de agrupar, num único repertório, acervos e fontes de diversas procedências sobre uma determinada região geográfica.

Os acervos pesquisados se caracterizam pela heterogeneidade e pela diversificação de seus conteúdos. Daí a discrepância que se encontrarão no corpo do trabalho, quando ao lado de fundos riquíssimos, apresentam-se outros pouco expressivos (pelo menos para o tema em pauta). De qualquer forma, caberá ao pesquisador fazer a distinção, na exata medida de seu interesse específico na consulta deste trabalho. Por isso, ao fim e ao cabo, foi mantido o critério inicial de se relacionar indistintamente todos os arquivos dos quais se tivesse conhecimento e que contivessem documentação respeitantes à Capitania das Minas Gerais.

Basicamente, foram três os tipos de fontes inventariadas: manuscritas, cartográficas e iconográficas. Quanto às primeiras, as mais numerosas, elas aqui se apresentam sob diferentes formas: como códices completos, como documentos avulsos e, finalmente, como parte integrante de códices.

A metodologia utilizada inicial e predominantemente foi a de identificar nos catálogos e/ou inventários dos acervos a documentação relativa a Minas Gerais, anotando seus elementos essenciais (título completo, local e data, número de referência e comentário

crítico, quando havia) e, imediatamente, buscando-se o acesso direto à própria fonte, não só para o conhecimento, como também para a conferência dos mencionados dados, nem sempre coincidentes. Afora as correções exigidas, em certos casos, foram inseridos outros elementos que se faziam necessários para dar maior exatidão à identificação dos documentos. Porém, nos casos em que, por qualquer razão, houve impossibilidade de acesso direto às fontes, os documentos foram listados com as cotas e informações declaradas nos catálogos dos acervos e aqui relacionados com as devidas aspas.

Como se vê — e é de se notar em trabalho do gênero — este levantamento contém não poucas lacunas. A escassez do tempo disponível; determinadas (ainda que bem localizadas) impossibilidades de contacto direto com os documentos; o desconhecimento de certos arquivos, especialmente os da província e os particulares; a vastidão de outros, como o da Torre do Tombo, impedindo o exato dimensionamento de sua riqueza documental são algumas das razões que podem ser evocadas na tentativa de justificar as omissões. Por outro lado, dada as suas reconhecidas simplicidade e limitações, este trabalho restringiu-se a listar os documentos que decaaram explicitamente a direta vinculação com a história mineira.

No aspecto formal, tornam-se imprescindíveis algumas observações. A sequência da apresentação dos arquivos e bibliotecas não obedece a nenhum critério de grandeza ou importância. Apenas uma separação se fez, no sentido de distinguir aqueles sediados em Lisboa dos demais, chamados provinciais. As fontes são referenciadas em ordem cronológica, colocando-se no final de cada relação aquelas cuja data não foi possível identificar. Desse modo, foram realizados levantamentos nos seguintes acervos lisboetas: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Lisboa ("Reservados"), Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca do Palácio da Ajuda, Arquivo Histórico Militar, Academia das Ciências de Lisboa, Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Arquivo do Tribunal de Contas (Fundo do Erário Régio) e Arquivo dos Feitos Findos. Quanto aos da província: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Biblioteca Pública Municipal do Porto e Arquivo da Casa de Cadaval, em Muge.

A pesquisa se completa com dois apêndices. O primeiro apresenta a relação das "caixas de documentos avulsos" sobre a capitania das Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, o mais rico repositório da documentação de nosso período colonial. O próprio volume das caixas — no total de cento e trinta

ta — diz bem do acervo ali reunido, o qual, infelizmente, até o momento, não sofreu qualquer espécie de seleção, indexação e/ou catalogação. O segundo descreve três fundos do Arquivo da Casa da Moeda e da Imprensa Nacional de Lisboa, de grande interesse para o estudo da história econômica do sistema colonial português. Trata-se de um acervo de aproximadamente mil e quinhentos códices, compreendendo "Livros de manifestos do ouro, prata, dinheiro e pedras preciosas que vieram do Brasil em navios" (os mais numerosos), "Livros de Receita do 1% do produto do pau-brasil que veio do Brasil para a Casa da Moeda (de Lisboa)" e "Livros de manifestos feitos a bordo das naus de guerra e navios mercantes de todos os cabedades (ouro, prata, pedras preciosas, etc) que vieram da América". A inserção desses últimos acervos se explica pela estreita relação que têm com a história de Minas Gerais, para não dizer da necessidade de se destacar a existência da importante fração deste precioso, mas pouco conhecido e explorado arquivo.

O registro final é de agradecimento. Ao Instituto de Alta Cultura, de Lisboa, e à Fundação Calouste Gulbenkian pela concessão de bolsas de estudos e investigação — em 1972 e 1978, respectivamente — tornando viável a pesquisa *in loco*.

(NOTA) - BOSCHI, Caio César, O Brasil nos Arquivos e Bibliotecas de Portugal. Levantamento crítico e bibliográfico. *Revista de História*. São Paulo, 51 (101): 343/400, jan/mar. 1975.

LUCINDA COUTINHO DE MELLO COELHO

Prof.^a Adjunta da UFRJ - IFCS

Desenvolvendo a investigação sobre a atividade tabageira, encontramos numerosas fontes, sejam primárias, sejam secundárias.

A documentação manuscrita, levantada em diversos arquivos, é por demais volumosa e, apesar de já em grande parte examinada, ainda não foi totalmente atingida.

Neste primeiro lançamento apresentamos a documentação referente aos séculos XVI, XVII, XVIII e primeira metade do século XIX.

No que se refere às fontes secundárias, obtivemos igual rendimento, levantando muitos títulos.

NILCE APPARECIDA LODI
do IBILCE-UNESP- São
José do Rio Preto.

Impossível tentar compreender o relato de viagem ("CARTAS SOBRE A BAHIA", 1764) fora da vida global da sociedade em que se desenrola, bem como dissociar a Autora (Mrs. Kinderslen) das relações sócio-históricas em que está inserida. Sua situação de exterioridade ao país visitado fornece-lhe certas vantagens favorável à objetividade. Contudo, esta mesma situação comporta limitações. Não é nada fácil, para alguém que desconheça a língua portuguesa e tenha permanecido pouco tempo em Salvador, apreender, simultaneamente, o conjunto e os detalhes de uma sociedade tão complexa como é a sociedade colonial brasileira do século XVIII, nem identificar as raízes dos problemas locais com suas vinculações ideológicas e políticas.

Fatores diversos, pois, no conteúdo das Cartas de Mrs. Kinderslen. Sua maneira de "ver e vivenciar" os acontecimentos é o resultado de sua própria condição como mulher, inglesa e protestante.

A visitante oferece-nos sua visão sobre os integrantes da sociedade colonial brasileira, sua origem e procedência, apreendendo parcialmente as implicações do processo de emigração, ignorando a presença de moradores temporários, que vinham ao Brasil para o desempenho de atividades públicas; seus "vícios" e "virtudes". Descreve a mulher soteropolitana como indolente, desleixada e ignorante; astuta, dissimulada e com acentuada inclinação a aventuras amorosas e à infidelidade. Manifesta a Autora, incorrigível tendência discriminatória para com a massa de escravos pretos e traça um esboço distorcido da política missionária e colonizadora aplicada aos indígenas. Ressalta alguns aspectos do modo de viver predominante na época: os mais abastados e bem sucedidos, optam por um estilo de vida simples, sem ostentação, luxo e conforto material, aparentando pobreza, como recurso para assegurar-lhes uma existência tranquila e a preservação das riquezas conquistadas, da inveja e da cobiça de seus conterrâneos e do "poder terrível da Inquisição". Só assim "a propriedade e mesmo a vida" estarão em segurança.

Outro elemento que Mrs. Kinderslen não deixa de sublinhar é a forma de governo então vigente. Sua visita ocorre num momento de transformação na administração colonial e de crise no governo da Capitania. Dentre as grandes transformações, provocadas em parte

pela mineração e resultado de medidas preparatórias, está o deslocamento da sede do vice-reinado da cidade do Salvador para a do Rio de Janeiro em 1763. O panorama administrativo torna-se instável a partir de 1760, com a morte do último vice-rei, D. Antonio de Almeida Soares Portugal, e o pedido de resignação de D. José Botelho de Matos. Não havendo sucessor indicado para substituir o vice-rei falecido, o governo passa a ser exercido, em caráter provisório, por uma Junta composta por um Bispo ou seu representante, do Chanceler da Relação e da mais alta patente militar. Nossa visitante considera este governo "verdadeiramente esquisito", com "três chefes, com influências e poderes iguais" e sente dificuldade em "qualificá-lo: eclesiástico, militar ou civil". Seu interesse, porém, reside no funcionamento efetivo do tipo de governo, implantado na colônia e não em sua organização ideal ditada pela Metrópole. Seu relato é o somatório de suas experiências pessoais com a engrenagem da administração pública e de informações obtidas com terceiros. Tudo o que consegue apurar se resume em três evidências:

- a) Esse governo "mantem os estrangeiros sempre à distância e sob um esquema de vigilância permanente às vezes ostensivo;
- b) "É absolutamente impossível poder dizer qual dos três governantes é a figura preponderante";
- c) Isso acarreta "grandes dificuldades e demoras que se encontram para obter as coisas mais necessárias e indispensáveis à vida" sob o pretexto de "que o coronel nada pode fazer porque o governador civil está fora da cidade, em que o magistrado civil está impossibilitado devido à ausência do coronel, em que ambos nada resolvem por causa do bispo".

Desagradam-lhe as limitações que este regime impõe às suas aspirações e curiosidade. Deplora "ter que esperar pela volta do capitão" e não poder deixar o navio antes de, para tanto, ter recebido licença do governador". Receia "não poder gozar da liberdade de estar fora do navio, conforme entendia, por causa do horrível constrangimento em que tenho de viver num país em que o governo é tão suspicaz e pouco hospitaleiro". Todo o tempo foi "constantemente acompanhada por um oficial e uma praça", que não a largam um instante e fazem sentinela à porta de seu quarto.

Não é de estranhar o seu desabafo: "Santo Deus viver sob tal governo! Nós que anseiamos sempre por mais liberdade não poderíamos nos acostumar a isto!"

Na impossibilidade de detalhar todas as informações contidas nas "Cartas sobre a Bahia", limitamo-nos às que se enquadram ao tema central do presente Simpósio promovido pela ANPUH: "O Estado e a Sociedade".

A partir da análise das fontes primárias selecionadas nos Arquivos do Estado da Bahia e da Arquidiocese de São Salvador (Arquivo da Cúria) objetivamos elaborar uma tese de Doutorado (3º Ciclo), a ser apresentada à École Pratique des Hautes Études em Sciences Sociales sob a orientação da Profa. Adeline Daumard, Professora Titular da Universidade de Picardie, Amiens, França.

Os documentos coletados no Arquivo do Estado compõem-se de: *testamentos e inventários*, que possibilitam avaliar-se o comportamento social, econômico e religioso de muitos dos representantes de uma comunidade; *Cartas de Alforria e registro de compra, venda e hipoteca de escravos*: fornecem subsídios importantes, na medida em que identificam os proprietários da região, oferecendo ainda condições de avaliar-se prestígio e poderio econômico na sociedade local, bem assim os motivos condicionadores da referida concessão. Anota-se, ainda, o valor dos escravos de acordo com as suas condições físicas, sexo, idade e, por vezes, o tipo de trabalho a que se dedicavam. *Registro de compra, venda e hipoteca de imóvel e apontamento de letra* (empréstimo de dinheiro a juro), por sua vez, fornecem indicações tais que possibilitam a identificação de compradores e vendedores, tipos de transação comercial, origem dos bens vendáveis, valor da venda, prazo da hipoteca, empréstimo de dinheiro, data e local da apresentação da letra, nome do credor e do vendedor, por sua vez, o do procurador — intermediário da transação, às vezes o local de suas moradas, data, local e valor da letra, prazo de vencimento do empréstimo, porcentagem do juro cobrado e valor da multa na falta de quitação do débito. Mediante os apontamentos de letra, pois, obtemos notícias sobre a atividade econômica relacionada com empréstimo de dinheiro em região onde, naquela época, inexistiam instituições bancárias, bem assim sobre as pessoas que recorriam àquele expediente, os que pagavam em dia e os que tinham débitos e a frequência com que se efetuavam tais transações. Através destas amplas séries documentais será possível obter-se substanciais subsídios sobre a sociedade de Itapicuru, no século XIX, vale dizer, colher dados capazes de explicar o funcionamento daquela sociedade, fornecendo-nos informes extremamente importantes para a análise dos modos de vida do seu povo, a

realidade econômica daquela vila, cuja referência na "Notícia Geral desta Capitania da Bahia" de José Antonio Caldas, assegura o lugar de proeminência entre as mais importantes vilas do Estado da Bahia no passado.

Por outro lado, os registros paroquiais constantes de livros de Batizados, Casamentos e Óbitos, perfazendo um total de 30.000 fichas que, devidamente codificadas, serão objeto de programação em especializado Centro de Processamento de Dados, permitirão uma análise da população local. Através dessas fontes primárias, não apenas obteremos notícias sobre o número anual de batizados, incidência maior ou menor do sacramento, a frequência de batizados escravos ou filhos de escravos, às vezes a cor dos batizados, nome dos pais e padrinhos, mas por vezes a condição social do batizando.

Os assentos de casamento também nos condicionam o conhecimento, o número anual de casamentos, que pessoas contraíram o matrimônio, em que época mais se realizavam, residência dos noivos, às vezes local de origem, eventualmente a cor e sempre condição social (em caso de tratar-se de escravos). Os registros de Óbitos, por sua vez, fornecem informes sobre o nome do falecido, às vezes sua procedência e local de morada, moléstia de que falecera, condições de sepultamento.

Por sua vez, o material alusivo aos livros: DE GENERE; DE PATRIMÔNIO; DE MORIBUS, oferecem condições de avaliar-se a situação familiar e econômica dos postulantes à carreira sacerdotal.

A utilização, pois, criteriosa, dessas importantes fontes primárias nos permitirão assim, desenvolver um trabalho sobre a Vila de Itapicuru no século XIX, hoje pertencentes à Micro-região XVII do Agreste de Alagoinhas.

*DÉA RIBEIRO FENELON
da UNICAMP.*

Interessa-nos relatar, a título de observações para debate, algumas das experiências vividas durante o ano de 1978, no tocante a correção de provas de História, em duas situações distintas: o Concurso Vestibular às Universidades Estaduais e o Concurso para o provimento de Cargos de Magistério de Segundo Grau, no Estado de São Paulo.

Não se trata de realizar uma análise quantitativa de acertos e erros, ou mesmo de uma tentativa de avaliar o nível de professores e alunos. Trata-se, isto sim, de procurar identificar algumas linhas que parecem estar presentes no ensino de História e que desejariamos ver discutidas aqui na troca de experiências semelhantes, para buscar a compreensão de seu significado.

Pelo fato de contarmos com a observação de situações diferenciadas como a do término da escolaridade de Primeiro e Segundo Graus, por um lado, e por outro, a de elementos já no exercício profissional, ou de recém egressos da Universidade, creio poderemos falar do ensino da História em seus vários níveis. Temos assim a oportunidade de avaliar nosso trabalho duplamente: o da formação dos docentes e na reprodução de seu trabalho profissional.

JOÃO LUPI

Novo Hamburgo-RS

Os métodos ativos no ensino da História, incluindo as dramatizações, não só não são novos como já dispõem de uma relativa bibliografia. Mas as condições atuais de diminuição da importância da disciplina nos currículos, e consequente diminuição de horas-aula semanais, contribuem para que os métodos ativos, que gastam geralmente muitas horas em preparação, se tornem difíceis de aplicar. Não é demais, portanto, discutir os métodos em que se utiliza a aplicação prática, a transferência de conhecimentos, em particular a dramatização, a reinterpretação e a revivência de épocas e personagens, como formas não só de melhorar a assimilação de conteúdos, mas também de despertar o interesse e o gosto pela História. Os métodos que pretendemos discutir foram utilizados na 1a. e na 3a. série do 2º Grau, na Fundação Evangélica, Novo Hamburgo-RS; e na disciplina de História da Educação no curso de Pedagogia da FEEVALE, na mesma cidade, nos anos de 1976-79. As diversas tentativas de dramatização completa (montagem de peças teatrais sobre temas históricos) sofreram dificuldades de toda a ordem: falta de textos adequados, de tempo para ensaios, falta de experiência dos alunos; só em formas reduzidas tiveram êxito, como por exemplo, na representação das escolas da Antiguidade, em dramatizações de 2 a 3 minutos sobre fatos do século XIX, e outras semelhantes. Uma forma de dramatização geralmente bem sucedida foi aplicada à História Contemporânea, com a discussão dos temas numa representação de Assembléia da ONU. Outro método utilizado com êxito foi a construção de cenas históricas em maquetes, com materiais estudados em Artes Plásticas (isopor, papel, argila). A composição de livros ilustrados e a redação literária de cartas supostamente escritas em épocas passadas, tiveram também resultados satisfatórios. Em todos os casos procuramos despertar a imaginação do aluno, fazê-lo reviver interiormente outros povos e épocas.

cas, e orientar a sua expressão de modo a que ela se manifestasse em formas variadas. Corrigimos, é certo, os desvios e erros na interpretação histórica; mas, mais do que a pesquisa e a exatidão, nos preocupou o despertar do interesse pela História — em currículos em que ela entra como complemento ; e a demonstração das atividades práticas do Historiador, como conselheiro técnico em inúmeras formas de expressão e comunicação. Apenas em um caso nos dedicamos à orientação dos alunos para a pesquisa: quando iniciamos o Projeto "Museu Regional de Educação", da FEEVALE, lançando os estudantes de Pedagogia à investigação da História da Educação em seus Municípios de origem.

Entre as experiências que estamos planejando figuram a construção de túneis de papelão com pequenos espetáculos de luz e som interior ilustrando uma determinada cultura, e cenas históricas em video-tape — para a 1a.série do 2º Grau; e a definição de parâmetros e resolução de hipóteses de História Futura, para 3a. série do 2º Grau.

A comparação com experiências semelhantes seria de valor para obter o máximo de eficiência e critério.

ANÁLISE DESCRITIVA DO ENSINO DE HISTÓRIA NA 2a.FASE DO 1º GRAU DA REDE ESTADUAL EM GOIÂNIA (EM ANDAMENTO).

ELIANE GARCINDO DAYRELL
da Faculdade de Educação
UFG e
LEDONIAS FRANCO GARCIA
do Colégio de Aplicação
FE. UFG.

O estudo pretende identificar a situação do ensino de História na 2a.fase do 1º Grau, na rede estadual em Goiânia, através de sua prática, analisando o significado dessa prática em relação à aprendizagem que dela resulta. A partir do questionamento do ensino trabalha-se com a seguinte hipótese: O ensino de História não atinge um nível de qualidade desejável, ou seja, não habilita o aluno para a compreensão do mundo histórico.

Essa hipótese foi desdobrada em diversas sub-hipóteses onde se colocam as variáveis que se julga interferirem no processo de ensino de História.

Os dados estão sendo obtidos através de entrevistas realizadas com 2 (dois) professores de cada uma das 91 escolas de 1º grau da rede estadual (1 do período diurno e 1 do período noturno).

Numa segunda fase serão colhidos dados junto aos alunos.

A análise do material coletado será feita em relação aos aspectos qualitativos apresentados, embora não se deixe também de considerar indicadores quantitativos, relativos a aspectos teórico-metodológico e administrativos.

PROPOSIÇÃO DE UM MODELO DE ENSINO DE HISTÓRIA BASEADO EM REFERENCIAL TEÓRICO *.

ELIANE GARCINDO DAYRELL
e MARIA MITSUKO OKUDA

da Faculdade de Educação
UPG.

Propõem-se um modelo de ensino de História que considera o conhecimento histórico como o objeto de estudo e o fundamento da ação de ensinar. A teoria da instrução a ser adotada deve proporcionar o uso do método histórico como o meio de aquisição de conhecimento histórico e de raciocínio histórico.

O modelo estabelece como objetivo de ensino o conhecimento do produto (a História como ela se apresenta) e de seu processo de produção (a maneira como o conhecimento é produzido).

O modelo é, então, uma tentativa de superar o ensino da "História de eventos" tanto no que se refere à abordagem teórica, quanto no que se refere à ação de ensinar.

Apresentam-se ainda algumas implicações decorrentes do Modelo.

* Publicado na Revista Forum Educacional - FGV - ano 3 - nº 1
Jan./Mar.1979.

SUGESTÃO PARA UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA: "AÇÃO, REAÇÃO, TRANSAÇÃO" DE JUSTINIANO JOSÉ DA ROCHA.

MARIA DE LOURDES JANOTTI
do Depto. de História da
FFLCH da USP.

Esta comunicação pretende relatar as práticas que vêm sendo desenvolvidas no curso de pós-graduação, na disciplina *Historiografia e Sociedade*, que visam uma sistematização de instrumentos para a análise de textos historiográficos. Estas práticas envolvem, necessariamente, uma opção teórica sobre *História da Historiografia* e os critérios norteadores de uma definição de historiografia brasileira.

Oferece-se um roteiro para a análise fundamentado nas relações existentes entre o produtor da obra e seu grupo social; o público a que se destina, as circunstâncias históricas em que surge e suas repercussões. As etapas sugeridas envolvem a abordagem do documento quanto a sua natureza, periodização, linguagem e hierarquização de idéias. Para que se atinja o significado ideológico do texto acrescenta-se, ainda, o exame da conjuntura histórica em confronto com a visão de mundo do autor.

Concretizando as propostas apresentadas, far-se-á um estudo do panfleto de Justiniano José da Rocha.

DÉA RIBEIRO FENELON
MARIA CLEMENTINA P. CUNHA
EDGAR S. DE DECCA
MARIA AUXILIADORA D. DE DECCA
da UNICAMP.

Em que pese o enorme desenvolvimento alcançado recentemente nos estudos sobre a industrialização brasileira, todos reconhecem a exiguidade e a dificuldade de acesso às fontes disponíveis para o estudo da história da industrialização no Brasil. As fontes que permitiriam avançar no conhecimento deste processo encontram-se dispersas, fragmentadas em diferentes arquivos, muitas vezes abandonadas sem qualquer cuidado com sua conservação e organização, dificultando sobremaneira o trabalho do pesquisador.

Foi com intenção de sanar tal dificuldade que o Departamento de Ciências Sociais da UNICAMP propôs ao Ministério da Indústria e Comércio, através da Secretaria de Tecnologia Industrial, no ano de 1976, o início do trabalho de levantamento e sistematização das fontes sobre a história da industrialização brasileira. Através de convênio celebrado entre aquele Ministério e a UNICAMP, conseguiu-se reunir e sistematizar um enorme acervo documental que se encontra atualmente à disposição dos pesquisadores. Em complementação a tal convênio, quando do término do prazo de execução, a FINEP financiou o trabalho final de sistematização dos resultados obtidos.

No entanto, apesar dos consideráveis resultados alcançados nesta primeira etapa do trabalho, o acervo documental recolhido permanece com algumas lacunas importantes, facilmente compreensíveis em vista do imenso volume de trabalho necessário à concretização global da proposta.

Por esta razão, propusemos novo projeto à FINEP (Financiadora de Projetos) em torno de três linhas de preocupação, que guardam entre si a identidade básica de objetivos, ou seja, a de complementar um valioso corpo documental que, pela sua centralização e sistematização, permitem aos pesquisadores uma visão de conjunto da história da industrialização no Brasil.

Assim o projeto situa três linhas básicas de pesquisa a serem desenvolvidas paralelamente nesta etapa do trabalho:

1. Legislação pertinente à atividade industrial;
- 2- Condições de trabalho e de vida do operariado industrial;
3. Tecnologia e Indústria.

MITIKO OKAZAKI KEHDY
SHEILA BRANDÃO BAGGIO

1. INTRODUÇÃO

Esta comunicação contém os resultados do levantamento dos arquivos das principais indústrias textéis de Minas Gerais na República Velha.

Este levantamento faz parte do Projeto IV: "Arquivos Mineiros da República Velha", o qual abrange os diferentes setores da economia mineira, no período citado. Tal projeto está incluído no Programa "História da República em Minas Gerais-1889/1975", promovido pelo Centro de Estudos Mineiros da UFMG, e financiado pela FINEP, através de convênio.

2. OBJETIVOS

O projeto visa ao treinamento dos alunos em pesquisa: a conservação de importante acervo documental para a história regional e nacional; o esclarecimento aos homens de empresa sobre a importância desses arquivos e a elaboração de obra de referência para os interessados no estudo da realidade mineira.

3. METODOLOGIA

As etapas de trabalho desenvolvidas foram as seguintes:

- a) Análise preliminar da economia mineira na República Velha.
- b) Levantamento das empresas existentes e seleção das mais importantes, por setor.
- c) Avaliação preliminar dos arquivos existentes e das condições de pesquisa.
- d) Levantamento dos arquivos, através de fichas padronizadas.

4. PESSOAL

Participam do projeto, professores e alunos dos Departamentos de Economia e História da Universidade Federal de Minas Gerais. Sua coordenação cabe à Professora Mitiko Okazaki Kehdy - Faculdade de Ciências Econômicas, com a assistência da Professora Sheila Brandão Baggio - Departamento de História.

5. ARQUIVOS DAS INDÚSTRIAS TEXTÉIS

De acordo com as estatísticas mineiras de 1908, 1917, 1927 e dados da Junta Comercial de Minas Gerais, foram selecionadas as maiores indústrias do Estado, com capital superior a mil contos de réis e número de operários superior a cem.

a) CIA.FIAÇÃO E TECELAGEM CEDRO E CACHOEIRA: fundada em 1872.

- Localização do Arquivo: Caetanópolis e Belo Horizonte.

O arquivo contém documentos referentes às seguintes fábricas: Fábrica do Cedro (Caetanópolis); Fábrica da Cachoeira (Curvelo); Fábrica de São Vicente (Baldim); Fábrica de Santo Antônio, hoje fábrica "Geraldo Magalhães Mascarenhas" (Sete Lagoas); Fábrica São Sebastião (Caetanópolis).

b) CIA.INDUSTRIAL BELO HORIZONTE: fundada em 1906.

- Localização do Arquivo: Belo Horizonte.

O arquivo contém documentos referentes às seguintes fábricas: Fábrica da CIBH; Fábrica de Cachoeira Grande (Pedro Leopoldo); Fábrica da Cachoeirinha (Belo Horizonte); Fábrica da Cia.Fiação e Tecelagem Santa Terezinha (Juiz de Fora); Fábrica da Companhia Mineira de Fiação e Tecelagem (Belo Horizonte).

c) CIA.FABRIL MINEIRA (CIA.UNIÃO LAVRENSE) fundada em 1896.

O arquivo contém documentos da Cia.Fábril Mineira.

6. AVALIAÇÃO CRÍTICA DO LEVANTAMENTO

- a empresa, o arquivo e os documentos.
- o arquivo e a pesquisa histórica.

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DA BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO (1890-1974).

FRANCISCO VIDAL LUNA
da Faculdade de Eco-
nomia e Administra -
ção da USP;

REINÉRO ANTÔNIO LÉ-
RIAS
do Departamento de
História da USP.

Após um ano de pesquisa, trazemos a conhecimento público pela primeira vez, um arquivo histórico até então não manuseado; e a nosso ver, de grande importância e interesse para todos aqueles que de uma maneira ou de outra, pesquisam e estudam o histórico da cidade de São Paulo, sobretudo o seu mercado financeiro. Estamos nos referindo ao acervo histórico da Bolsa de Valores de São Paulo.

Este acervo, situado à Rua Álvares Penteado nº 151, 6º andar, está assim organizado:

- a - Documentos atinentes ao histórico da Bolsa Livre de São Paulo (cotações de ações, atas de assembleias, comentários etc., imprensa), estão microfilmados, xerografados e fotografados.
- b - Documentos referentes à toda existência da Bolsa de Valores de São Paulo (atas de assembleias, livros de cotações, livros de câmbio - manuscritos, ações, cautelas etc.), estão microfilmados e totalmente organizados na seção de microfilmagem desta instituição.

Outrossim, faz-se mister ressaltar que o mesmo possui uma enorme quantidade de dados relativos a bancos e companhias. Estes dados, contudo não estão completos, posto que muitos deles foram extraviados antes de serem microfilmados. Todavia, os existentes, registram a partir do momento que uma dada organização passou a movimentar suas ações através da Bolsa de Valores, o capital e sua evolução, bem como o número de títulos em circulação e suas respectivas cotações no mercado.

Do ponto de vista cronológico, pode-se dividi-lo, a nosso ver, em dois momentos. Primeiramente, ele contém dados de um período conturbado da história brasileira, isto é, os anos de 1890 e 1891.

Nesses anos foi possível detectar, através dele, uma organização até então desconhecida do público — a Bolsa Livre de São Paulo —, com a qual já estamos trabalhando há algum tempo. Num segundo momento, ele registra toda uma vastíssima documentação sobre a existência da Bolsa de Valores de São Paulo, que tem a sua gênese em janeiro de 1895.

Em suma, pensamos que o pequeno esboço ora apresentado, dá uma idéia do acervo supra citado, e com ele elementos que podem contribuir e enriquecer a historiografia, sobretudo àquela que retrata o passado da cidade de São Paulo.

RAQUEL GLEZER
do Depto. de
História da
FFLCH da USP.

O artigo tem como finalidade colocar em debate as análises críticas sobre a produção histórica brasileira, que nos anos 60 e 70 marcam uma nova área de interesse dos historiadores.

Partindo do debate proposto pelas obras que têm sido editadas, procura fazer um apanhado das determinações que levaram à essas análises críticas, como foram realizadas e o que atingiram, visando inseri-las no momento histórico-cultural de nossa realidade.

Coloca em discussão a função da análise crítica da produção histórica brasileira como uma tentativa de esclarecer os problemas do campo e de enriquecer as perspectivas futuras.

Teme que à falta de debates e discussões, a área da análise historiográfica brasileira termine por desaguar em campo estéril e isolado, perdendo a possibilidade de atuação mais rica no processo de conhecimento da realidade. Ao invés, propõe a compreensão da produção histórica brasileira, reconhecendo suas falhas e lacunas, admitindo posterior superação.

JOANA NEVES

Universidade
Federal da
Paraíba.

O presente trabalho tem por objetivo discutir os efeitos sobre o estudo da história paraibana de duas medidas adotadas pela UFPB a partir de 1976:

1. a inclusão da disciplina História da Paraíba no currículo do curso de História, e
2. a implantação do Núcleo de Documentação Histórica Regional.

Ambas as providências ensejaram novas perspectivas para o estudo da história local e regional, porém, evidenciaram, por outro lado, a existência de inúmeros problemas de natureza metodológica que merecem análise mais profunda.

A discussão implicará em três tipos de colocações:

- a) a situação atual dos arquivos e bibliotecas existentes na Paraíba, sendo que para efeitos deste trabalho restringe-se à cidade de João Pessoa;
- b) análise da produção historiográfica existente, implicando essa numa crítica da temática, das linhas de abordagens e dos enfoques adotados;
- c) a documentação existente, sua organização e as possibilidades de sua utilização pelos pesquisadores.

O trabalho se completa com o arrolamento de fontes bibliográficas e documentais sobre três tópicos escolhidos em função do desenvolvimento do último curso de História da Paraíba (1º semestre de 1979). A posse da terra, A época da Independência (1817-1822) e A repressão na Paraíba - 1964 e 1969.

OBS.: O trabalho contou com a participação dos alunos matriculados na disciplina História da Paraíba I - 1º semestre 1979.

